

**REVISTA DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE SÃO PAULO**

Ano CX – Volume XCVI
São Paulo - 2004

**REVISTA DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE SÃO PAULO**

Fundado em 1º de novembro de 1894,
reconhecido de Utilidade Pública pela Lei Estadual
508, de 17 de novembro de 1949 e pelo Decreto
Federal 59.151, de 26 de agosto de 1966.

Publicação oficial do

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Rua Benjamin Constant, 158

01005-000 São Paulo SP

Fone: 011-3242-8064

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - IHGSP

V. I, t. I, 1895. São Paulo: 1895

Anual

ISSM 0100-2953

1. História e Geografia - Periódicos.

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Diretoria do triênio 2002 – 2004:

Nelly Martins Ferreira Candeias -- Presidente
Célio Debes -- Primeiro Vice-Presidente
Benedito Lima de Toledo -- Segundo Vice-Presidente
Maria Luíza Marcílio -- Terceira Vice-Presidente
Lauro Ribeiro Escobar -- 1º Secretário
Pedro Abarca -- Segundo Secretário
Byron Gaspar -- Terceiro Secretário
Erasmão d'Almeida Magalhães -- Quarto Secretário
Maria Lúcia Rangel Ricci -- Primeira Tesoureira
Duílio Battistoni Filho -- Segundo Tesoureiro
Jesus Machado Tambellini -- Primeiro Orador
José Luiz Pasin - Segundo Orador
Rosemarie Érika Horch -- Primeira Bibliotecária
Helena Ribeiro -- Segunda Bibliotecária
Aristides Almeida Rocha -- Hemerotecário
Heinz Friedrich Budweg -- Diretor do Museu e Arquivo

Comissão da Revista:

Armando Alexandre dos Santos (coordenador)
Dóli de Castro Ferreira
Hernâni Donato
Paulo Bomfim
Sylvio Bomtempo

Diretoria eleita para o triênio 2005 – 2007:

Nelly Martins Ferreira Candeias -- Presidente
Ives Gandra da Silva Martins – Vice-Presidente
Augusto Francisco Mota Ferraz de Arruda – Secretário Geral
Pedro Abarca – Secretário Adjunto
Rogério Ribeiro da Luz – Primeiro Tesoureiro
Geraldo de Andrade Ribeiro Júnior – Segundo Tesoureiro
Antonio Penteado Mendonça – Diretor de Comunicação
Malcolm (Forest) Kigar – Diretor de Cultura
Liliana Rizzo Piazza – Diretora de Patrimônio
Armando Alexandre dos Santos – Diretor de Publicações

Apresentação

Fundada em 1895 e com quase uma centena de volumes publicados, a **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo** destina-se à divulgação de trabalhos originais dos sócios e colaboradores convidados sobre História, Geografia e ciências afins, especialmente relacionados com a Cidade e o Estado de São Paulo.

Nesta edição comemorativa dos 450 anos da cidade de São Paulo e dos 110 anos do Instituto, publicamos matérias inéditas de autoria de vários consócios, incluindo também algumas transcrições que nos pareceram oportunas, e dando destaque ao noticiário sobre as atividades sociais no último triênio.

Para marcar a nova fase do Instituto que se abre com a entrada em vigor do Estatuto recém-aprovado e com a tomada de posse, no próximo dia 25 de janeiro, da Diretoria eleita para o triênio 2005-2007, quisemos renovar também o aspecto gráfico da Revista, tomando como exemplo e modelo de inspiração a bem sucedida renovação gráfica da tradicional revista da Academia Paulista de Letras, idealizada pelo Acadêmico Hernâni Donato.

Lembramos que são de exclusiva responsabilidade dos respectivos autores a redação e os conceitos por eles emitidos em seus trabalhos.

Dezembro de 2004

SUMÁRIO

Ensaaios - Artigos - Discursos

- A presença feminina na história de Piratininga -- Homenagem às mulheres
quincentistas -- *Nelly Martins Ferreira Candeias*
- 1822: Os dias em que São Paulo foi a capital do País -- *Hernâni Donato*
- Rosa de Espanha -- *Paulo Bomfim*
- Nóbrega, Portugal, São Paulo e o Brasil -- *Ives Gandra da Silva Martins*
- A localização de São Paulo -- *Antonio Penteado Mendonça*
- Os limites da Capitania de Santo Amaro: um equívoco histórico -- *Augusto*
Francisco Mota Ferraz de Arruda
- Das antigas freguesias paulistanas -- *Sylvio Bomtempi*
- A Legião de São Paulo nas lutas pela conquista da Banda Oriental do Rio da
Prata -- *Dóli de Castro Ferreira*
- A propósito da coroação de Aparecida -- *Armando Alexandre dos Santos*

Transcrições

- As origens da cidade de São Paulo -- *Elaine Sanceau*
- Um julgamento célebre: o júri que absolveu o assassino do pintor Almeida
Júnior -- *Emeric Lévy*

Noticiário

- Visita da Ministra da Cultura de Portugal
Acordos de cooperação firmados pelo IHGSP

Documentação

- Ata da Sessão Solene de 25 de Janeiro de 2004 - Comemoração dos 450 anos de São
Paulo
- Relatório da Diretoria (Janeiro/2002-agosto/2004)
- Ata da Assembléia Geral de 13 de outubro de 2004, para a eleição da diretoria para o
triênio 2005-2008

A presença feminina na história de Piratininga Homenagem às mulheres quinhentistas

Nelly Martins Ferreira Candeias

Oração pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no dia 25 de janeiro de 2004, comemoração dos 450 Anos da Cidade.

As mulheres que povoaram o Planalto de Piratininga, no quinhentismo, só começavam a viver quando morriam ou enviuvavam, entrando para a história via cartorial, através principalmente dos inventários e testamentos, e, mais raramente, dos registros da Câmara e de cartas dadas de terra de sesmaria, quando então obtinham chãos para moradia e sustento da prole, numerosa e desamparada.

Mas há sempre uma história que não está na história. Surpreende verificar que houve mulheres no Planalto de Piratininga e no litoral da Capitania, capazes de se sobreporem às mais árduas circunstâncias: administradoras, empresárias, políticas, colonizadoras, aventureiras, devotadas a uma causa, mulheres de origem européia, índias e mamelucas, já no século XVI, conseguiram escapar aos ingratos destinos que lhes foram impostos e procriaram uma raça audaz de sertanistas e bandeirantes. De alma forte e determinada, aqui viveram, numa época em que as vidas corriam perigo, a cada passo e a cada momento. É justo, portanto, que sejam citados os nomes daquelas que deram origem à formação dos primeiros troncos paulistas da gente piratiningana.

Vou fazer referência a três mulheres que viveram na Capitania de São Vicente no século XVI: Maria da Silva Gonçalves, nascida em Portugal, Ana Pimentel, de Salamanca, e Leonor Leme, proveniente da Ilha da Madeira.

Maria da Silva Gonçalves

Ao tempo em que Gil Vicente dizia (**ora, assim me salve Deus e me livre do Brasil**), há registro de uma mulher, que viajou do reino para São Vicente, no início do século XVI. Casada com João Gonçalves, Meirinho na Vila de São Vicente, Dona Maria da Silva Gonçalves chegou ao Brasil, por volta de 1536. Foi a primeira mulher de origem europeia a desembarcar na Capitania de São Vicente, razão pela qual menciono seu nome neste momento, 468 anos após sua chegada ao Brasil.

Frei Gaspar da Madre de Deus, em *Memórias da Capitania de São Vicente*, refere-se a um documento que diz: "*Por João Gonçalves, meirinho, morador em esta vila de São Vicente, me foi feita a petição que lhe desse um pedaço de terra nas terras de Iripiranga, para fazer fazenda com os outros moradores, visto como ele era casado, com mulher e filhos em a dita terra, passado de um ano, e é ele o primeiro homem que à dita capitania (São Vicente) veio com mulher, com a determinação de a povoar. São Vicente, 3 de julho de 1538 a) Gonçalo Monteiro.*"

Dona Ana Pimentel

O papel de Dona Ana Pimentel, primeira donatária no Brasil, não ocupa o espaço que merece na história de São Paulo. Muito se tem escrito sobre seu marido, Martim Afonso de Sousa, um grande homem, mas pouco se tem dito sobre ela, uma grande mulher, apesar dos documentos que comprovam sua eficiente presença na Capitania de São Vicente. Foi a primeira mulher a exercer o cargo de governadora na América Portuguesa, com os poderes a ele inerentes.

Sua atuação, no período colonial, não passou despercebida a Frei Gaspar da Madre de Deus, em suas *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, e a Machado d'Oliveira, no *Quadro Histórico da Província de São Paulo*. Apesar de alguns historiadores terem-se referido a ela, poucos conhecem de fato os principais episódios de sua administração na Capitania de São Vicente. Sobre ela assim se expressou Viriato Correa (in *Alcovas da História*): "*os primeiros garrotes e as primeiras vacas vieram de Portugal e não das Antilhas. Vieram em navio português para São Vicente. Martim Afonso já não estava na Capitania: havia partido para as Índias. Administrava São Vicente a saia varonil de dona Ana Pimentel, esposa de Martim... Deve ter sido ali pelos anos de 1534 a 1536.*"

Exercida com sabedoria por mais de uma década, sua atuação foi louvada por Gilberto Freyre em seu discurso de posse na Academia Pernambucana de Letras, em 1986, quando a ela se referiu e à Dona Brites de

Albuquerque, ao mencionar a atuação de seus maridos, Martim Afonso de Sousa e Duarte Coelho, donatários ausentes das capitânicas de São Vicente e de Pernambuco.

De origem nobre espanhola, Ana Pimentel, dama de honra da rainha D. Catarina, casou-se com Martim Afonso de Sousa, de quem teve oito filhos. Gil Vicente, no *Auto das Fadas*, refere-se ao amor que os uniu desde a adolescência: “*E lá o Martim de Sousa que morre pola Pirimintel nam lh’hei de ser infiel*”.

Em 1532, Martim Afonso de Sousa recebeu a donatária de 100 léguas em São Vicente, tendo chegado ao Brasil, no comando de uma armada real, com o objetivo de tomar posse definitiva do território em nome de D. João III. Ao voltar a Portugal, para ocupar o cargo de capitão-mor da armada da Índia, deixou, como lugar-tenente da capitania o vigário Gonçalo Monteiro, e, como procuradora, sua mulher.

A incumbência de administrar a capitania foi passada à Dona Ana Pimentel, por procuração, com data de 3 de março de 1534. Ignora-se a data precisa da partida de Dona Ana Pimentel para o Brasil, mas tudo parece indicar que haja sido após 1536, visto que, já como procuradora do marido, reconduziu o padre Gonçalo Monteiro, como lugar-tenente da Capitania, de acordo com documento lavrado em Lisboa. Em 1538 substituiu Gonçalo Monteiro pelo capitão Antonio de Oliveira, em documento já lavrado no Brasil. Em 1542, nomeou Cristovão de Aguiar d’Áltero. Além dessas nomeações, em cumprimento a seu mandato, em 1536, fez carta de doação de sesmaria dirigida a Brás Cubas, que só viria a tomar posse efetiva das terras em 1540.

Em 1545, D. Ana Pimentel nomeou Brás Cubas capitão-mor e ouvidor da capitania, e, contrariando ordens dadas por seu marido, a pedido de Brás Cubas autorizou o acesso dos colonos ao planalto paulista, onde a terra era mais fértil e o clima mais ameno. Ao proibir os colonos de subirem a serra, Martim Afonso de Sousa pretendia evitar que portugueses se instalassem nas terras de índios aliados, provocando conflitos que pudessem colocar em risco o projeto colonizador. Em 1546 Dona Ana Pimentel considerou desnecessário tal zelo e revogou a proibição. Com essa decisão, homens e mulheres, os primeiros habitantes de São Paulo, partiram à procura do planalto, “*dez a doze léguas pelo sertão e terra a dentro*”, como relata Padre Anchieta, acrescentando: “*despenharem-se, e por ser o caminho tão mau e ter ruim serventia, padecem os moradores e os nossos grandes trabalhos.*”
“*Vão lá por umas serras tão altas que dificulosamente podem subir nenhuns animais, e os homens sobem com trabalho e às vezes de gatinhas*”.

Diz Nilva Mello em seu minucioso estudo sobre mulheres quinhentistas que, desde os primeiros tempos, havia mulheres brancas, filhas de brancos, ao lado de mamelucas e índias, no Planalto de Piratininga, inicialmente em Santo André, e depois em maior número em São Paulo.

Resta perguntar: como fizeram as mulheres para transpor a serra do mar, enfrentando sacrifícios e perigos da viagem? Penosíssimo como era o Caminho do Mar, o transporte serra acima/serra abaixo fazia-se por meio de carregadores índios, pois só eles desciam ou galgavam as veredas aspérrimas da serra do mar.

Leonor Leme

E isso nos leva a breve relato sobre Leonor Leme, uma mulher de serra acima. No século XVI, encontrava-se em S. Vicente o madeirense Antão Leme, mestre de açúcar, e seu filho Pedro Leme. Antão Leme, fidalgo da Ilha da Madeira, parente do donatário desta Ilha, foi juiz ordinário de S. Vicente, em 1544. A ele se refere frei Gaspar da Madre de Deus como um dos homens que veio com a primitiva cana-de-açúcar, a seu filho Pedro Leme, natural do Funchal, e ao genro deste Brás Esteves. Emigraram da Ilha da Madeira para S. Vicente, como técnicos açucareiros, acompanhados de familiares e vários criados do seu serviço.

Segundo Pedro Taques, Leonor Leme veio da Ilha da Madeira em companhia dos pais, sendo já casada, em 1550, com Brás Esteves, morador da vila de São Vicente, *“na mesma vila viveram muitos anos, abastados com lucros do engenho de açúcar, chamado de São Jorge dos Erasmos”*. Enfrentando o Caminho do Mar, lá se foi serra/acima, a famosa Leonor Leme, transportada em rede por índios carregadores entre o litoral e o planalto, dando origem a uma das mais importantes famílias da história paulista e brasileira, cujo desempenho foi preponderante na primeira fase de São Paulo colonial. Um dos mais famosos descendentes desse histórico casal de madeirenses foi Fernão Dias Pais, o Caçador de Esmeraldas, mas essa é certamente outra história. Fernão Dias Pais foi bisneto de D. Leonor Leme e de Brás Teves.

* * *

Lembro agora os nomes do grande Rei Tibiriçá, Chefe Guainás de Inhapuam-buçú, aliado de Martim Afonso, por influência de seu genro João Ramalho, protetor dos jesuítas, e de suas filhas Potira, Mboi-sy, e Terebê. As filhas do Rei Tibiriçá, ao se casarem com povoadores portugueses, deram origem à raça dos mamelucos. Para homenageá-los pelo muito que fizeram por São Paulo de Piratininga, a eles me dirijo em tupi antigo, língua geral do Brasil nos três primeiros séculos de colonização:

Kunhã Piratiningyguara, Morubixaba Tybyresa seryba'e raîyra,
Potyra, Mboi-sy, Terebé, oré Piratiningyguâra, pabe kó tetângatu pora
Oré ma'enduar pe rera resé

(Mulheres de Piratininga, filhas do Morubixaba Tybyressá, Potyra,
Mboi-sy, Terebé, nós todos de Piratininga, agora grande Nação,
lembramos, portanto, seus nomes.

Termina aqui minha homenagem às mulheres quinhentistas de São
Paulo. Que se estenda ela a todos que hoje aqui se encontram presentes, no
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, neste nosso muito amado chão
de Piratininga.

1822 -- Os dias em que São Paulo foi a capital do País

Hernâni Donato

“Que terra para um grande e vasto império!”

Foi esta a exclamação provocativa e prometedora com que José Bonifácio encerrou a sua despedida da Academia Real de Ciências, em Lisboa. Anunciava retorno ao Brasil, do qual estava ausente por mais de quarenta anos. Deve ter sido entendido: voltava para incorporar-se às vagas conspirações que retomavam o sonho da independência. Insistiu: *“que país este, senhores, para uma nova civilização e para novo assento da ciência!”*

Essa turbção da atmosfera política não terá passado despercebida ao Capitão-general Oeynhausen Gravenburg à frente da capitania de São Paulo. Começavam a definir-se os partidos unionista e separatista. O resultado, então ou no próximo futuro, só poderia ser um. Mas Oeynhausen representava o governo de dom João VI e seria fiel ao seu rei.

Acelerando o mover-se da engrenagem da História aconteceu a revolução liberal rompida na cidade portuguesa do Porto, com pronta adesão de Lisboa. Cancelava o absolutismo monárquico, instaurava o estado constitucional. No Rio de Janeiro, o rei, politicamente, aceitou a Constituição sem mesmo conhecê-la. Em São Paulo, José Bonifácio articulou pronunciamento de adesão ao liberalismo que era o independentismo e o levou às ruas no dia 23 de junho, 1821.

O Pátio instala o Governo Provisório Constitucional

Ultimada a aclamação do novo regime, organizou-se cortejo rumo do Pátio do Colégio. Os eleitos e o povo foram comunicar ao até pouco antes Capitão-General Governador que ele passara a ser Presidente do Governo Provisório.

Quem viu esse desfile, descreveu-o entrando no Pátio: *“marchava à frente a música do batalhão de Caçadores. Seguia-se logo a Câmara com o seu estandarte no meio dos deputados eleitos. Após, marchava o povo de mistura com os oficiais de todos os corpos, cantando o hino constitucional que a música ia tocando. Fechava a marcha a música do primeiro regimento de milícias. E acima de toda a expressão de entusiasmo, estrugia o contentamento com que de espaço a espaço eram repetidos os vivas”*.

Parecia uma compacta unanimidade. Mas, não. O Governo Provisório nascia dividido entre a facção liderada efetivamente pelo Oeynhausen e aquela inspirada pelos novos e vibrantes valores dos Andrada.

O rei dom João VI regressou a Lisboa, reclamado pelas Cortes que enveredaram por uma política de acelerada recolonização do Brasil. Inclusive,

desligando as capitanias da obediência ao Rio de Janeiro, vale dizer, da orientação do Regente e jungindo-as diretamente a Lisboa. Mais grave ainda: impunham (1º de outubro) a volta do príncipe, visando a cortar, ainda mais cerce, possíveis veleidades de independência.

Ousadia atrevida pela separação

São Paulo insurgiu-se contra essas imposições. No dia 21 de dezembro, ainda 1821, o Governo Provisório, reunido no Teatro porque o Palácio estava dominado pela facção dos unionistas, decidiu enviar representação ao príncipe dom Pedro contra a sua partida. José Bonifácio redigiu a mensagem. E com o vigário Gomes de Azevedo e o coronel Gama Lobo, abalou-se rumo ao Rio. A eles reuniu-se o marechal Arouche Toledo Rendón. Na verdade -- ousadia atrevida -- aconselhava a separação Brasil-Portugal..

Tão decidido a esse passo estava o Governo Provisório de São Paulo que chamou os comandantes militares e já no 7 de janeiro punha a tropa em alerta, aptas a marchar rumo da Corte ou de Santos, onde fosse mais necessário para a esperada guerra de emancipação..

Bem a tempo, tudo isso. Pois no dia 9, dom Pedro pronuncia aquela que pode ser considerada a primeira parte da declaração do Ipiranga: -- *“Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico”*. Praticamente, declarava-se independente. E já havia chamado para aconselhá-lo o jovem José Bonifácio que muito o impressionara. Logo mais entregaria ao novo amigo o posto de Ministro do Reino, Justiça e Estrangeiros do gabinete áulico constituído para a emergência.

Enquanto dom Pedro agita-se, providencia, galopa para Minas Gerais, pacífica e retorna ao Rio, em São Paulo aumentara a distância entre os dois grupos integrantes do governo paulista. Oeynhausen preside, nominalmente, mas sabidamente congrega os fiéis ao regime das Cortes de Lisboa. O príncipe, tendo ao lado e junto dos ouvidos o então Ministro predileto, José Bonifácio, chama ao Rio o presidente Oeynhausen. Certamente, para desautorá-lo.

A bernarda de Francisco Inácio

Bernarda, explica o dicionário, quer dizer confusão, agitação de rua, motim visando a derrubar ou a impor governo. Aconteceu em São Paulo a 23 de maio, 1822. Tomou o nome do coronel Francisco Inácio de Souza Queirós, partidário do Presidente, portanto unionista, obediente às Cortes e contrário aos Andrada.

Mandado apresentar-se ao Regente, Oeynhausen e companheiros compreenderam que no Rio seriam minimizados e punidos, obrigados a entregar o poder aos seus adversários. Militar duro além de homem refinadamente culto, Oeynhausen recusou-se a obedecer.

Mobilizou seu partido, entusiasmou parte do povo e mandou-os -- populares e partidários -- à Câmara Municipal exigir que esta votasse moção retendo o Presidente do Governo -- ou seja, o próprio Oeynhausen -- em São Paulo. Isto é, oficializando a desobediência em relação a dom Pedro. A Câmara negou-se, alegando ser de seu dever a obediência ao Príncipe. Ainda mais em situação, quase, de conflito com a metrópole.

Ocorreu a bernarda. Os partidários de Oeynhausen empalmaram o poder. Martim Francisco de Andrada -- que então liderava os independentistas -- esgueirou-se para o Rio de Janeiro juntando-se ao irmão Ministro.

O Pátio tornou-se praça de guerra. Ou de pré-guerra, pois Oeynhausen não cede, não parte para o Rio. O Ministério expede ordens para a deposição do Presidente e sua remessa à Corte, juntamente com o coronel Francisco Inácio e o ouvidor Costa Carvalho. E demonstrando energia mobiliza contra os “bernardistas” a artilharia santista e os dois regimentos de milicianos paulistas. Manda, ainda, entregar aos novos comandantes designados pelo príncipe dez mil cartuchos de espingarda e dois mil de pistola. O que foi tido como índice de resolução final: guerra. O conflito se aproxima do Pátio.

Felizmente, a 21 de julho, 1822, quem salta da sela à porta do palácio e assume o controle do mesmo foi o marechal Cândido Xavier de Almeida, governador militar de Santos, com ordens expressas de dom Pedro. Ainda correm três dias de vacilações e de perigo de conflito. Mas a desproporção de influências e de forças recomenda aos bernardistas a rendição.

Oeynhausen deixou o Palácio, quer dizer, o Pátio. Rumo ao Rio de Janeiro.

Adeus a dias de brilho e festa

Com a saída de João Carlos Augusto de Oeynhausen Gravenburg, general português, diplomata, esteta, aculturado nos meios refinados da Europa, encerrou-se outro período de brilho cultural e social do Palácio do Pátio.

Basta evocar Saint-Hilaire que, em notas de viagens, registradoras de fatos que mais o impressionaram, descreveu seu contato com o Capitão-General de São Paulo:

“Às três horas da tarde, reunião geral em palácio; ali se encontravam as principais autoridades, vários oficiais de linha e milicianos fardados de gala. À espera do jantar, jogou o general o whist; após a sopa levantou-se, fez a saúde ao rei e a música do regimento que estava à porta do salão, fez estrugir os ares com um dobrado marcial. Brindes sobre brindes se ergueram aos infantes, ao capitão-general, às autoridades locais, aos paulistas”.

Saint-Hilaire pediu licença e levantou *“um toast em honra à união eterna de Portugal e da França. E o fez, naturalmente, em francês. Pois o Oeynhausen traduziu palavra por palavra o que ouvia, para proveito dos circunstantes. Não só, pois terminados os aplausos, por sua vez, em um francês que o cientista considerou muito correto, devolveu amabilidades”.* (1)

A caminho do Rio de Janeiro, em uma das paradas, Oeynhausen cruzou com o Príncipe que vinha a São Paulo. Pediu audiência. Dom Pedro recusou-a. E partiram em direções contrárias. Cada um ao encontro do seu destino.

A caminho do Ipiranga

A 25 de agosto, o príncipe apeou do cavalo na Ladeira do Carmo, colocou-se debaixo do pátio solene e caminhou entre alas de autoridades e de povo até a Catedral onde lhe cantaram *Te Deum*.

Da Catedral passou-se para o Pátio do Colégio, acomodou-se no Palácio chamado desde esse instante Paço da Regência, onde concedeu beija-mão. No dia 26, ainda no edifício do Colégio, assistiu a cortejos que o vitoriavam, deu outra vez a mão a beijar e recebeu em audiência os vereadores incorporados sob o estandarte da Câmara.

Decorreram nove dias durante os quais o príncipe passeou, visitou, fez política e assediou certa jovem, irmã de um seu secretário assistente, moça

chamada Domitila. E partiu para Santos. Justificou a viagem como desejoso de conhecer melhor a família dos seus recentes amigos, os Andrada. Murmurou-se, porém, que convencido da guerra inevitável contra Portugal, queria medir o entusiasmo da adesão santista à idéia da Independência e a consistência do aparato defensivo da praça estratégica.

E voltou a São Paulo quando já era o dia 7 de setembro. De 1822. Para recompor-se e entrar principescamente na cidade fez alto num lugar chamado Ipiranga. E junto do ribeirão do Ipiranga, sabe-se bem o que aconteceu.

Um cavalariano foi despachado à frente do piquete, com a ordem de ir gritando a nova do acontecido.

A cavalgada gloriosa

Fosse qual fosse o estado de ânimo com que dom Pedro montou sua mula viajeira depois do “Grito”, ao chegar à iminência mais próxima da cidade avistou a torre da Boa Morte (cujo sino avisava os paulistanos com toque especial à chegada de pessoas importantes); à esquerda, na frente, a do Carmo; à direita, no fundo a de Santa Tereza, e, mais afastada, a da Sé. Descortinava toda São Paulo.

Saindo da estrada do Ipiranga, entrou no Largo do Cambuci. E a galopada da comitiva foi tão rápida e bulhenta -- contrariamente ao uso dos que chegavam cansadíssimos da subida desde o mar -- que o sineiro, tendo primeiro querido saber de quem se tratava e o que ocorrera para justificar tamanho escarcéu, tardiamente é que fez repicar o sino de aviso.(2)

O sino que anunciou a Independência permaneceu na Sé até 1931, quando passou para o mosteiro da Luz, de onde foi levado, a 24 de junho de 1942, à

torre da matriz de São Geraldo das Perdizes. Em 2002, nas vésperas do Dia da Independência lhe roubaram o badalo.

Com Pedro à frente, o grupo desembocou na Rua do Lavapés, a meio da qual sustou o trote para corresponder ao sorriso da jovem Domitila que o saudava da porta da sua casa, (3) seguiu pela Rua da Glória, chegou ao Largo do Pelourinho (hoje 7 de Setembro), enfiou pelo Largo de São Gonçalo (Marechal Deodoro), percorreu a rua de Santa Teresa, embarafustou pela do Carmo e rompeu pelo Pátio do Colégio.

Sem entrar, dizem que aproveitando o batente da porta como se mesa fosse, desenhou o que seria o símbolo do acontecimento da tarde com destaque para a frase retumbante e ordenou com o vigor das grandes determinações que o melhor ourives -- e lhe disseram que era o de nome Lessa, ali na vizinha Rua da Boa Vista -- transformasse o desenho em prenda de ouro. E que caprichasse, pois desejava exibi-lo, logo mais, à noite, pregado à fita verde-amarela com que pretendia apresentar-se ao povo.

E essa apresentação, pelo Proclamador, da fita auriverde, do distintivo, aconteceu no teatro do Pátio. Onde mais?

No Pátio, a aclamação do Rei do Brasil

Uma aclamação real sempre há de ter e ser algo teatral. O Pátio continha também o único teatro de São Paulo.

Entre a tarde e a noite o povo tomara as ruas e o Largo, onde o Proclamador -- dizem -- musicava o hino à independência e os membros da sua comitiva repetiam pela vez milionésima o sucedido junto do Ipiranga.

Em cada janela, à frente de cada casa, uma luminária. A multidão “*em tropel, unânime de alegria, percorreu as ruas, manifestando o entusiasmo patriótico em vivas retumbantes...*” (4)

Tudo o quê significava que dom Pedro já não era príncipe regente, mas rei. Por que não lhe reconhecer, em público e sob aclamação, a glória da independência e a honra do título? Onde? No Pátio, no teatro.

Estando dom Pedro bem acomodado a meio do camarote, fez leve sinal e o seu ajudante de ordens, Francisco de Castro Canto e Melo, correu as cortinas para aplauso frenético do público. Em meio ao qual, juntando vozes, o alferes Tomás de Aquino e Castro e o padre Ildefonso Xavier Ferreira, este tendo subido a uma cadeira, gritaram: -- Independência ou Morte! Viva a Independência do Brasil!

E o povo os acompanhou com vivas estentóricos, intermináveis.

Dom Pedro acedia ao título e às aclamações, regeu o Hino da Independência (que compusera quem sabe quanto tempo antes? Ou teria sido, num relâmpago de genialidade, naqueles minutos freneticamente festivos entre a chegada do Ipiranga e a ida ao teatro?) cantado pelas damas então desobrigadas pelo importante momento, da sempre requerida circunspeção.

O alferes Aquino e Castro bateu palmas chamando para si a atenção geral e declamou um soneto, que teria produzido durante aquela tarde provocadora de excepcionais inspirações artísticas, soneto que terminava com o afirmar: -- “*E se é Pedro seu perpétuo defensor/ Será logo o Brasil mais que foi Roma/ Sendo Pedro seu primeiro imperador*”.

Noitada de atrevimentos foi aquela. Mesmo para provincianos de uma cidade com pouco mais de oito mil habitantes, se tantos. Por isso, outros recitadores disseram poesias entre as quais uma tendo por mote a frase-grito ouvida no Ipiranga e atribuída ao já então aclamado reinante. Outra, que ganhou

louvores e palmas, foi a do secretário Manuel da Cunha, construída em torno do lema “*ou ficar a Pátria livre, ou morrer pelo Brasil*”.

Parece ter sido poeticamente muito fértil o intervalo de poucas horas entre a chegada da comitiva e o instante dos recitativos. Findos os quais, o padre Ildefonso deixou o camarote, baixou à platéia, subiu a um assento fronteiro ao homenageado e por três vezes teria gritado, alto o quanto pode:

-- Viva o primeiro rei brasileiro! (5).

O teatro inteiro gritou com ele, três vezes. O então príncipe regente e rei aclamado, talvez fatigado pelas muitas emoções do dia sentou-se. O pano de boca subiu e teve início a representação da peça “O convidado de pedra”, pelo elenco da Companhia Zachelli. O público não terá seguido muito de perto a encenação. Havia, ali, ao vivo, história muito mais importante. E “O convidado de pedra” era uma das duas peças repetidamente apresentadas ao mesmo público.

E o Pátio juntou à crônica dos seus grandes dias: o 25 de janeiro de 1554; o 9 de julho de 1562; mais esse dia, 7 de setembro de 1822, o da aclamação de um soberano. Ali e assim, começava o Brasil independente.

O Manifesto aos Paulistas

Não é fácil aceitar que chegando ao Palácio já pelo entardecer, dom Pedro tenha recebido jatos de inspiração desencadeada pelo impulsivo gesto do Ipiranga e assim podido criar o dístico, compor o hino, fazê-lo conhecido e ouvi-lo, em coro popular no Teatro, poucas horas depois.

Mas sabemos com certeza de um documento elaborado no seu cômodo do Palácio do Colégio: o Manifesto aos Paulistas.

Também é de horas depois evento histórico. Redigido possivelmente à noite, depois do espetáculo no teatro.

Dado a conhecer no dia 9, tem um primeiro trecho que vale a pena ser conhecido:

“O amor que eu consagro ao Brasil em geral e à vossa província em particular, por ser aquela que perante mim e o mundo inteiro fez conhecer primeiro que todo o sistema maquiavélico, desorganizador e faccioso das Cortes de Lisboa, me obriga a vir entre vós consolidar a fraternal união e tranqüilidade, que vacilava e era ameaçada por desorganizadores que em breve conhecereis (...) Eu vos asseguro que nenhuma coisa me poderia ser mais sensível que o golpe que minha alma sofre, separando-me dos meus amigos paulistanos, a quem o Brasil e eu devemos os bens que gozamos e esperamos gozar de uma constituição liberal e judiciousa”.

Às 5 horas do dia 10, Pedro deixou São Paulo. Iria estourar cavalos na mais rápida e desesperada galopada vale afora, rumo ao Rio de Janeiro. Não acontecesse que, conhecida ali a sua proclamação no Ipiranga, os mesmos que o animaram a fazer a separação, aproveitando a sua ausência, não passassem a reclamar que ela se implantasse sob a forma não monárquica e sim republicana.

Deixara uma São Paulo inebriada com o ter sido, por alguns dias, a capital do país nascente, o palco onde se desenvolvera o grande ato e o ter merecido palavras de tão alto agradecimento.

(1) – Taunay, *“Non ducor duco”*, SP, 1924, p.164.

(2) R. Menezes, op. cit.???, p. 148.

(3) Affonso A. de Freitas, *“Tradições e reminiscências paulistanas”*, SP, Governo do Estado, 1978, p. 23 -- *“Notável por outros títulos era ainda o prédio do largo da Glória: ali viveu, de 1817 a 1822, e*

pela primeira vez se avistou com o príncipe regente a nobre dama que tão decidida influência veio a ter...”.

(4) Jacinto Ribeiro, “*Cronologia Paulistana*”.

(5) Há quem aponte impropriedade do título pois dom João VI era, ainda, rei do reino unido. Mas, considerando o momento e o propósito andou certo o padre Ildefonso.

Rosa de Espanha

Paulo Bomfim

Quando Castro Alves escreveu: “*Tenho saudades... ai de ti! São Paulo, rosa de Espanha no hibernar friul*” pressentia a influência espanhola em hábitos e temperamento dos habitantes “*do país do sul*”. Sua geração caminhou pela Paulicéia, sob mantilhas e capas espanholas, entre os Cristos ensangüentados das igrejas e as corridas de touros que aconteciam no Largo dos Curros, futura Praça da República.

Nos primeiros tempos de Piratininga, reza a tradição, que “*quien no es Bueno es malo*”.

No século XVI, duas esquadras trazem para São Vicente marcos civilizadores. A de Martim Afonso de Sousa e seus pioneiros embarcados no Tejo, e a de Diogo Flores de Valdés, com os primeiros povoadores castelhanos.

A bandeira, na disciplina e na organização, é portuguesa; e espanhola no toque desassombrado de conquista. Nela, o sebastianismo se transfigura em alumbramentos do Eldorado.

Sob o gibão do bandeirante refulge a couraça do *adelantado*.

A tropa que ruma para o desconhecido é um arquipélago de destinos contraditórios irmanados no mesmo sonho de conquista.

O paulista antigo, é um don juan de horizontes, enamorado de causas impossíveis, das yaras que aguardam seus guerreiros no fundo de lagoas douradas. Na essência de cada mameluco há sempre a demanda de “*algo de nuevo a se mirar*”.

Nos albores piratininganos, a presença espanhola é uma constante. Bartolomeu Bueno da Ribeira é sevilhano, Jusepe de Camargo nasce em Castela, D. Simão de Toledo Piza dá ao filho o sobrenome Castelhana. Balthazar de Godoy chega no reinado de Felipe II, e os Martins Bonilha vêm com Diogo Flores de Valdés. Os Saavedras são originários de Castela, D. Diogo de Lara é de Zamora, e Bernardo de Quadros, provedor e administrador das minas em 1599, procede de Sevilha.

Enquanto Martim Rodrigues Tenório de Aguilar leva ao Paraubava a inquietação andalusa, D. Francisco de Lemos traz para São Paulo o brasão de Castela.

A aclamação de Amador Bueno é tentativa de golpe de estado espanhol em terras do rei de Portugal. Seus signatários, inconformados com a ascensão da Casa de Bragança, ostentam origens espanholas. São os irmãos Rendón, da Ciudad de Coria, D. Francisco de Lemos, de Orense, Gabriel Ponce de Leon, da Ciudad Real de Guaira, Bartolomeu de Torales, da Vila Rica situada no Paraguai, de onde chegam também, André de Zunega, D. João de Espínola Gusmán e outros militares. Todos ocupando seus espaços em Piratininga, através de casamentos com as filhas de potentados da terra.

No seiscentismo, a guerra entre Pires e Camargos traz no bojo algo de Aljubarrota. Os Pires, visceralmente lusitanos, contra os Camargos, de rompantes castelhanos. O duelo ocorrido no Largo da Sé entre Pedro Taques e Fernão de Camargo, alcunhado “*El tigre*”, foi combate onde Portugal é apunhalado pela Espanha.

Nos séculos XVII e XVIII, a argamassa formadora do cerne das bandeiras é composta de portugueses, espanhóis, mamelucos e índios. Sem essa mescla fascinante de etnias e temperamentos, as bandeiras saídas de São

Paulo não teriam ousado plantar, na rosa dos ventos do sertão, seus pavilhões de conquista.

Os jesuítas aqui chegados, trazem sob as sotainas o elã combativo de Ignácio de Loyola, fidalgo que transformou as feridas recebidas em Pamplona nos exercícios espirituais que regeriam a milícia que combate pela conquista dos céus. Em Anchieta, a formação coimbrã luta com raízes canarinas.

O peregrino do êxtase é tipicamente espanhol: Santa Teresa e San Juan de la Cruz pertencem ao universo de El Greco.

Ao proclamar a independência do Brasil, o temperamento arrebatado de Carlota Joaquina sobrepuja, em D. Pedro, o bom senso do pai. O jovem imperador retoma o tema da cavalaria desaparecido em Alcácer Kibir, ressuscitando, na pacata Casa de Bragança, o heroísmo das dinastias de Borgonha e Avis.

D. Pedro nasce e morre no Palácio de Queluz, em aposento cercado das proezas de um fidalgo manchego. Seu temperamento irá oscilar entre o delírio quixotesco materno e o equilíbrio sanchopanseano do pai.

O império brasileiro surge do gesto-gesta do derradeiro cavaleiro andante e morre na praia burguesa da república. Nele, o sangue Camargo, de Feijó, dá um toque de inconformismo e rebeldia.

Nos Lusíadas, a epopéia é planejada; no Quixote, o plano se dilui na aventura.

No sertanismo, a conquista sulina fala o português com Manuel Preto e Raposo Tavares; mas o delírio das minas de ouro tem o sotaque castelhano de Buenos, Laras e Tenórios de Aguilar.

Em São Paulo, extensão de Portugal, “*jardim da Europa a beira mar plantado*”, a rosa de Espanha floresceu com os espinhos das conquistas bandeirantes e o perfume das serenatas estudantis.

Nóbrega, Portugal, São Paulo e o Brasil

Ives Gandra da Silva Martins

-I-

A realidade brasileira do século XXI, com a consolidação de suas fronteiras, unidade política, administrativa, de idioma e de costumes comuns, nada obstante a preservação cultural de 0,25% de uma população constituída de índios (410.000, num universo de 180.000.000 de habitantes), pressupõe um projeto nacional, cujas origens, entretanto, não são brasileiras.

Estou convencido de que, após Aljubarrota, um projeto português foi concebido pela Dinastia de Avis, para a futura expansão do reino, sendo a criação, quase um século depois, da Escola de Sagres, o alicerce maior deste projeto.

Com dois inimigos permanentes, um, já em franca decadência (os mouros), e outro, a caminho da unificação de forças, o que ocorreu com os reis católicos (os espanhóis), milagres como Aljubarrota não entravam mais nas esperanças e anseios dos detentores do poder, em Portugal.

Havia necessidade de expansão para fortalecer o país. O fracasso de todas as Cruzadas, após os quase 200 anos de permanência dos católicos em território judaico, na 1ª. delas, levaria, fatalmente, à consolidação dos fragilizados reinos europeus, sendo que a própria guerra dinástica que opôs, por mais de 100 anos, ingleses e franceses, manteria um conflito permanente entre eles, até os tempos napoleônicos, mas não impediria a consolidação de ambos os Estados. Embora a península itálica estivesse ainda sob variado comando, inclusive de Sua Santidade, nos territórios pontifícios, o certo é que ganhava também maior solidez, principalmente pela força da “Sereníssima Republica de Veneza”. Na Alemanha, inclusive, os reinos se uniam perante alguns inimigos comuns, à luz do crescente

enfraquecimento da Roma Oriental, que viria a se desfazer em 1453, perante os turcos.

Portugal percebia que, no momento em que o destino europeu começava a ser traçado em outras dimensões e com linhas mais firmes em seus contornos, sua vocação teria que ser marítima. Resgatou a frase de general romano, no primeiro século, que, em momento de emergência, conclamou seus subordinados a navegar em condições precárias, dizendo “*Navegar é preciso*”. Navegar era tão preciso, para Portugal, que, mais tarde, Fernando Pessoa reproduziria, em belíssimo poema, o dito da autoridade romana, como pertinente -- no que tinha razão -- à vocação lusíada.

É que, não só a Europa continuava necessitando de produtos orientais, que só chegavam pela rota turca -- os otomanos, duas vezes, chegaram, em séculos posteriores, até às portas de Viena --, vale dizer, com maior dificuldade para o comércio. Fazia-se, urgente, abrir novas perspectivas mercantis em rota diversa. Além disso, a conformação geográfica da nação portuguesa lançava-a para o mar.

A experiência marítima, portanto, afigurava-se como o melhor caminho de fortalecimento do “gigantesco” pequeno país, em face dos inimigos maiores que cresciam, necessitando, pois, enriquecer e expandir-se para um mundo desconhecido.

Sagres foi, portanto, a conseqüência natural do projeto português pós-Aljubarrota, assim como as grandes navegações, que os portugueses e os espanhóis -- estes, graças aos alunos daquela escola -- realizaram, no início dos tempos modernos, na fase do Renascimento artístico e político europeu.

Não sem razão, o Tratado de Tordesilhas -- assinado entre portugueses e espanhóis, que conheciam o universo ultratlântico, visto que navegantes dos dois países tinham chegado à América Central e do Sul antes de sua assinatura --

separou a América Portuguesa da Espanhola, antes de a descoberta do novo continente ter sido anunciada ao mundo, pelos lusitanos.

Em outras palavras, a vocação atlântica de portugueses e espanhóis, após Sagres, estava desvendada, com um sentido de maior urgência para Portugal, que, por sua menor extensão e população, dependia, após a unificação dos reinos católicos, deste seu empreendimento marítimo.

Acredito mesmo que depois da descoberta da rota para as Índias, ao contornar o Cabo das Tormentas, e ao começar a enviar expedições (algumas, todos os anos) para as Índias, não agradou a Dom Manuel, que uma delas se tivesse desviado da rota e chegado ao Brasil, tornando público, ao mundo inteiro, o que já estava assegurado a Portugal, pelo acordo tordesilhiano.

Não só o número de caravelas perdidas na expedição -- eram treze ao sair de Portugal e a frota foi reduzida à metade, na volta --, mas também o fato de tal descoberta ter chamado a atenção de outras nações para o Brasil, em momento em que Portugal não poderia dispersar forças em duas frentes (Índia e Brasil), é que fez com que Cabral nunca mais recebesse qualquer outra missão de relevo e terminasse sepultado em terras de sua mulher, em seu túmulo não constando o registro de seus feitos -- a inscrição é absolutamente silente a respeito -- mas, apenas, que era casado com alguém que servira à rainha e à infanta, havendo mais palavras sobre a esposa do que sobre ele, na lápide colocada na principal Igreja de Santarém.

O certo é que, durante 32 anos, não teve, Portugal, como assegurar a frente aberta no Brasil, visitado por franceses e outros povos, em face da batalha pela manutenção das conquistas indianas.

A expedição de Martim Afonso de Souza, que aportou em São Vicente, de rigor, enquadra-se em projeto que objetiva enfrentar a maior presença dos

franceses e a tentativa de assegurar, no Sul, a permanência do Tratado de Tordesilhas.

Por outro lado, a divisão burocrática do Brasil em capitânicas hereditárias - a burocracia portuguesa de controles, juridicizada, de forma abrangente, pelas ordenações afonsinas, no século XV, sempre foi marca do reino, numa época em que o novo mundo ainda não tinha colonizadores, mas já estava partilhado -- terminou por não representar a melhor solução, razão pela qual o Rei criou os governos gerais, sendo Tomé de Souza o primeiro Governador, com o nítido objetivo de permitir maior integração da presença portuguesa no continente.

Já, a esta altura, o inimigo francês, aproveitando a fraca densidade de lusos na terra, levava a luta ao Sul, em face da aliança com os tamoios, nitidamente manipulados contra os portugueses. Os combates e o perigo de derrota obrigaram os portugueses a fundarem a cidade de São Paulo, ao abandono de Santo André da Borda do Campo, à luta pela sobrevivência com João Ramalho e Tibiriçá, os quais, alguns anos após a fundação, enfrentaram e venceram os tamoios, nas tentativas que estes índios realizavam para tomar o Planalto.

O acordo de paz obtido, após a consolidação de São Paulo, com a participação heróica de Anchieta e Nóbrega, assim como a vitória, por duas vezes, do Governador Mem de Sá -- a última, com a perda de seu sobrinho Estácio de Sá -- para consolidar a presença portuguesa no Rio de Janeiro, assegurou, então, relativa tranqüilidade e garantiu a presença portuguesa em um projeto universal, a meu ver, já imaginado, após Aljubarrota. Sul e Norte consolidaram-se, com fortalecimento maior do Norte, por força da produção de cana e açúcar, o “ouro doce”, que chegava a Portugal, produzido pelas usinas do Nordeste.

O grande mérito do projeto português, de sustentar extensão territorial tão grande, apesar de sua população pequena, foi o de manter a unidade nacional. Sua tradição de reis fortes e burocracia capaz de fazer valer as determinações do reino,

fez com que o Brasil se mantivesse português, nos limites de Tordesilhas, até a morte de Dom Sebastião e Antônio, Prior de Crato e a tomada do reino português por Felipe de Espanha.

O período de 60 anos de domínio espanhol não foi ruim para o Brasil. O domínio, na América, de “portugueses-espanhóis” confundia fronteiras, o que permitiu à gente bandeirante a distensão dos limites tordesilhanos além do Tratado de 1498. E, com a restauração do reino, em 1640, manteve-se a unidade luso-americana em extensão territorial maior do que aquela acordada, fato que terminou por ser reconhecido pelos espanhóis, graças ao trabalho de um outro paulista, Alexandre de Gusmão, que a tornou definitiva, no Tratado de Madri, em 1750.

O certo é que, ao contrário da pulverização em inúmeras nações -- fenômeno que acompanhou a presença espanhola na América --, Portugal, em seu projeto continental, soube manter uma América portuguesa unida, que resultou na maior nação latino-americana.

Estou convencido de que as linhas gerais desta realidade, que venceu os séculos, foi projeto idealizado, desde a aventura marítima portuguesa, pelos geniais construtores das duas grandes pátrias irmãs, Portugal e Brasil.

II

Neste contexto insere-se, em suas origens, a figura notável de Manoel da Nóbrega.

A vida do Padre Manoel da Nóbrega está ligada a Ignácio de Loyola, que, na Espanha, em 1491, foi ferido na batalha de Pamplona, recolhido ao Castelo de seu pai (em Loyola) e lá, após leituras, decidiu dedicar-se à paz e não à guerra. Depois de peregrinação à Terra Santa e de completar seus estudos em Salamanca e Paris, fundou, com 6 outros amigos, a Companhia de Jesus (Regimini Militantes

Eclesia), obtendo a autorização papal (Paulo III) para que a milícia integrasse o ordenamento jurídico e pastoral da Igreja.

Expandiu-se pelo mundo inteiro, a Companhia de Jesus, tendo Simão Rodrigues, um de seus 6 fundadores, levado a ordem para Portugal (1540), a pedido da corte de D. João III.

Manoel da Nóbrega ingressou na Companhia em 1544, tendo nascido em 18/10/1517, cursado Salamanca e Coimbra, onde completou o curso de direito canônico. Ordenado, foi preterido por motivos políticos, para o ingresso no Mosteiro de Santa Cruz como professor, o que o levou a aproximar-se dos jesuítas.

Em 1548, vem para a América com Tomé de Sousa, chefiando outros sacerdotes (Antonio Pires, Leonardo Nunes, João Navarro, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome, os últimos irmãos e não sacerdotes). Tendo saído de Lisboa com certo atraso, tiveram que ser levados até a nau capitânia por outra embarcação.

De Salvador, onde se instala o governo geral de Tomé de Sousa, vem a São Vicente, nomeando Leonardo Nunes para lá ficar, com Diogo Jácome. Em Porto Seguro ficam Vicente Rodrigues e Antonio Pires, permanecendo Navarro na Bahia (Salvador).

Voltando à Bahia, após instalar seus primeiros sacerdotes naquelas regiões, é nomeado vice-provincial do Brasil, em 1550, e sugere a D. João III a criação de uma Diocese no Brasil, o que ocorre, com a nomeação de D. Pedro Fernandes Sardinha.

Viajando, Tomé de Sousa, com sua nau e duas caravelas, para levar armamentos às diversas possessões portuguesas, Manoel da Nóbrega considerou que a região era a *“mais sã de todas”*, com boa convivência entre colonos e

índios, graças a Tibiriçá, Caiubi, João Ramalho e Brás Cubas. Fundou, então, o “*Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente*” em 2/2/1553.

Em seguida, foi ao Planalto e escolheu o local para a instalação do colégio de São Paulo de Piratininga, pacificando divergências entre jesuítas e João Ramalho.

Em missa solene, no Pátio do Colégio, lança os fundamentos de São Paulo em 29/8/1553, por considerar que a colina, entre os rios Anhangabaú e Tamanduateí, oferecia melhores condições de defesa aos futuros moradores.

Neste ínterim, é nomeado João Ramalho governador de Santo André da Borda do Campo por Tomé de Sousa.

Traz para o sul doze ou treze sacerdotes (Padre Leonardo, Manuel de Paiva, os irmãos Afonso Brás, Leonardo Vale, Brás Lourenço, Gregório Mendes, Diogo Jácome, José de Anchieta, Gaspar Lourenço e outros).

Em 24/12/1553 vai para Moniçoba, razão pela qual, depois de ter ordenado a fundação do Colégio de Piratininga e determinado que Manuel de Paiva o instalasse, solenemente, no dia do apóstolo São Paulo (25/1/1554), não esteve presente à sua fundação.

O papel de Anchieta é relevante para a estabilização das divergências entre os tamoios e os guainazes. É de se lembrar que, antes, Manoel da Nóbrega colocou, no Largo de São Bento, João Ramalho, Tibiriçá e sua tribo e, no Carmo, aquela de Caiubi.

Por uma questão de segurança, Santo André foi incorporada a São Paulo. Após batalhas entre os habitantes da cidade e os tamoios, foram, Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, até Iperoig para acordar a paz com a Confederação dos tamoios e a gente do Planalto.

Antes disso, em 1556, voltou para a Bahia e em 1558 obteve de Mem de Sá legislação para tratamento humanitário dos indígenas.

Em 1564, acompanhou a expedição para a fundação do Rio de Janeiro, em 1º de março de 1565, e voltou a acompanhar Estácio de Sá, em 1567, quando derrotou os franceses (20/1/1567) e estabilizou as recém-fundadas cidades (a data de fundação da cidade é a da batalha decisiva), morrendo Estácio de Sá um mês depois.

Com a saúde abalada e tendo ficado com Estácio de Sá até a morte, fundou Colégio onde faleceu, com 53 anos, em 1570.

Apesar de demitido da função de vice-provincial em 1564, sua atuação continuou, até sua morte, tão intensa, que o fortalecimento de sua ordem religiosa no Brasil, deveu-se a seu trabalho, assim como o melhor tratamento nas relações entre indígenas e colonizadores. Tudo isto foi possível graças a seu gênio criador e a sua visão mais ampla sobre o papel da religião e do português no futuro do Brasil, como sugere Douglas Michalany, em seu trabalho para o livro da Academia Lusíada de Ciências Letras e Artes sobre os 450 anos de São Paulo, ao transcrever algumas de suas cartas.

Concluo, lembrando o que já disse em outra oportunidade:

Três figuras marcaram o deslanchar de uma epopéia que, durante 200 anos, permitiu o crescimento do país para atingir suas dimensões atuais e a colonização do interior brasileiro por gente vinda de São Paulo. Foram elas João Ramalho, Anchieta e Nóbrega. O primeiro, representando a força da presença da gente portuguesa no Planalto; o segundo, o trabalho de catequese, de conquista e de ensino; o terceiro, a inteligência do planejamento, que levou à formação da cidade de São Paulo.

Sem a força e sem a gente de Ramalho, sem o trabalho e sem a catequese de Anchieta e sem o planejamento e sem a ordem de Manoel da Nóbrega, não haveria São Paulo, cujo bravo povo, nos momentos difíceis da derrota da batalha do açúcar, voltou-se para o interior, num movimento em busca de ouro, mas que

passou pelo bandeirismo de apresamento, “*remédio para os males do planalto*”, na linguagem dos paulistas da época.

É bem verdade que, como em toda a conquista, nem sempre houve os resguardos necessários e a moderação desejada, e parte daqueles descendentes dos fundadores de São Paulo terminou por atacar, na busca de mão-de-obra para os engenhos do Nordeste, missões jesuítas da mesma ordem de seus dois principais criadores.

A história escreve-se com as grandezas e as misérias dos homens. Os bandeirantes tiveram suas grandezas e suas misérias. Deram, todavia, ao Brasil, sua dimensão atual, herança maior que a Nação deles recebeu. Seus dois fundadores, Nóbrega e Anchieta, só tiveram gestos altaneiros, um deles beatificado, na segunda metade do século XX, por ter vivido em santidade absoluta, em sua passagem pelo Brasil.

Nem sempre os criadores conhecem a extensão e o valor das suas criaturas. Nóbrega, mais do que Anchieta, previu a importância de São Paulo, por ser intelectual com visão antecipatória. Anchieta, todavia, mais do que Nóbrega, semeou o futuro desta gente, por ser homem de labor diário na fundação. Como no “Símbolo Atanasiano” de Tomás de Aquino, nenhum é maior do que o outro. Ambos são imensos e São Paulo e o Brasil têm sua envergadura atual, graças aos dois.

Manoel da Nóbrega, indiscutivelmente, foi o grande arquiteto de São Paulo.

A localização de São Paulo

Antonio Penteado Mendonça

Quando o primeiro barco português chegou na boca da barra de São Vicente, a serra imensa, como uma muralha descomunal, que acompanhava a costa desde o Rio de Janeiro, deve ter parecido intransponível, destinada a proteger o interior da cobiça do homem branco, deixando mais distante o sonho de conquistar o Eldorado.

Íngreme, escura, coberta de mata densa, com apenas uma ou outra nesga de rocha negra saindo do meio das árvores, às vezes com uma cachoeira a prumo descendo por ela, a serra de Paranapiacaba até hoje, em pleno século 21, impõe respeito e atemoriza quem olha para ela, balançando no mar.

No começo do século 16, erguendo-se próxima da costa de uma terra desconhecida, pela sua dimensão imponente e dramática, a prumo sobre a linha do mar, tinha tudo para jogar os portugueses mais para o sul, até próximo do litoral de Santa Catarina, onde a serra perde muito de sua imponência, permitindo adentrar o sertão sem as mesmas dificuldades do litoral paulista.

Como se não bastasse, a estreita planície espremida entre a montanha e o mar era em grande parte composta por um imenso manguezal, cortado por rios que saíam das matas cobrindo os morros.

Mas os portugueses não se intimidaram com a cena impressionante e entraram barra à dentro, ancorando num porto protegido, do outro lado da passagem difícil. Que barco era este, quem o comandava e quando chegou,

ninguém sabe. Como ninguém sabe se deixou gente na terra, ou se regressou e apenas informou o que havia encontrado, para outro navio seguir sua rota e também varar a barra, ancorando no mesmo porto, de onde seus tripulantes viam a serra como o adversário a ser conquistado, como a muralha protegendo seus sonhos, como o desafio a ser superado depois de desvendados os segredos dos mares.

Ninguém sabe quando o primeiro branco desembarcou em São Vicente. Também não se sabe quem era ele, nem se desceu diretamente de uma nau ancorada na baía, ou se veio descendo ou subindo a costa, como tantos outros que chegaram na região, depois de naufragarem ou desertarem.

O fato é que na segunda década do século a região já era habitada por europeus e controlada pelos portugueses, que viviam de reabastecer de víveres e vender escravos para completarem as tripulações dos navios que levavam meses para cruzarem o largo oceano.

Mas a região de São Vicente não foi escolhida por acaso. Era lá que terminava uma estrada impressionante, com oito palmos de largura, coberta com uma relva especial que a protegia do desgaste. Ela descia a serra, vinda do interior do continente, onde se ligava com as estradas reais incas, levando o viajante até Cuzco, a capital do grande império sul-americano. Conhecida por Peabiru, esta estrada que acabava em São Vicente -- ou, na época, Porto dos Escravos -- atravessava o amplo planalto do outro lado da serra, entrava pelo sertão, paralela ao rio Tietê, e, depois de cruzá-lo, caía para o sul, entrando em terras do atual Paraná, no rumo de Assunção, no Paraguai, e de lá subindo para a Bolívia e finalmente o Peru.

Foi através dela que o branco subiu a serra que de longe parecia intransponível com muito menos esforço do que o imaginado pelos primeiros navegantes ao verem a cadeia de montanhas, ainda do mar.

Também não se sabe quem foi o primeiro europeu a seguir por ela, serra acima, até dar nos campos de Piratininga, onde tribos de índios já viviam há muito. É certo que João Ramalho e outros europeus habitavam a região quando Martim Afonso desembarcou em São Vicente em 1532. Provavelmente estes homens estavam instalados nos campos de Piratininga desde antes de 1520, respondendo pela primeira linha de contato e comércio com os espanhóis que dominavam o interior do continente e que faziam descer pelo caminho, para serem comercializados no porto de São Vicente, uma grande gama de produtos, alguns vindos inclusive das regiões andinas.

Entre estes, os índios escravizados tinham lugar de destaque porque eram necessários para recompor as tripulações dizimadas pela longa travessia do Atlântico. Daí o lugar, conhecido por Porto dos Escravos, ser parada obrigatória para todos os navios que buscavam o sul do continente, tendo servido de refúgio para as naus de Fernão de Magalhães em sua viagem de circunavegação da terra.

A importância deste comércio era tão grande que até pouco depois da ordem para o fechamento obrigatório do Peabiru, em meados do século 16, a maior alfândega da coroa portuguesa na América do Sul era a do porto de São Vicente, mesmo com a cana-de-açúcar já sendo plantada em escala comercial no nordeste do Brasil.

Quando Martim Afonso, depois de navegar até o rio da Prata, volta para erguer o Porto dos Escravos à condição de Vila de São Vicente, elegendo a primeira Câmara da terra, João Ramalho desce para a costa e sobe de volta para seu planalto levando consigo o comandante português.

O caminho seguido não foi outro senão o Peabiru. E sua extensão, varando interior adentro, impressionou Martim Afonso de Sousa que percebeu imediatamente sua importância estratégica, como via de

penetração e rota natural para os portugueses chegarem aos Andes e aos tesouros incas sem necessidade de mudarem de oceano, cruzando a América Central, como faziam os espanhóis.

Mas o capitão português percebeu mais. Percebeu que através dele os espanhóis poderiam atacar São Vicente pela retaguarda, e que, portanto, era fundamental criar no planalto, numa distância segura mas fácil de ser percorrida, um ponto de defesa, que garantisse a retaguarda do porto, contra a eventualidade de um ataque espanhol.

Assim, no mesmo ano de 1532, logo depois de erguer o entreposto na costa a Vila de São Vicente, ele fundou a segunda vila da terra, a qual se chamou Vila de Piratininga, por estar instalada no planalto com este nome.

As razões que levaram à instalação da vila em outro local que não o habitado por João Ramalho não são conhecidas, mas é possível se conjecturar com certo grau de certeza que a principal delas foi o fato deste lugar ser em verdade a taba do sogro de João Ramalho, o cacique Tibiriçá.

Pode ser também que João Ramalho morasse distante da estrada a ser protegida, além do que, se fosse na taba de Tibiriçá, era costume dos índios se mudarem de tempos em tempos, abandonando a taba antiga em favor de outra com terras férteis e caça farta em volta.

A Câmara desta nova vila foi eleita em 1532 e nunca mais foi revogada. Como as vilas portuguesas eram constituídas e confirmadas com a eleição de sua Câmara, na medida que a Câmara da Vila de Piratininga nunca foi extinta, tendo apenas andado pelos chãos do planalto, legalmente, a fundação de São Paulo aconteceu neste momento, em lugar atualmente desconhecido e abandonado poucos anos depois, com a mudança de seus moradores para Santo André da Borda do Campo, povoação dominada por

João Ramalho, erguida à condição de vila pela instalação da Câmara original de 1532 dentro de seus limites.

E a razão de sua fundação neste determinado lugar do planalto, e não em qualquer outro, se não houvesse um motivo especial, teve na origem a clara intenção de criar um posto de defesa, comandado por portugueses, que protegesse São Vicente e sua próspera alfândega da ameaça de um ataque espanhol que tomasse o porto pelas costas.

Quando em 1553 os padres jesuítas comandados por Manuel da Nóbrega chegam ao planalto, vindos de São Vicente, a vila original já havia sido abandonada e desaparecido, estando a câmara instalada em Santo André da Borda do Campo e dominada por João Ramalho, que, sendo o genro de Tibiriçá, era o senhor branco do lugar.

Os padres se instalam em Santo André sob o comando direto do padre Manuel de Paiva que ergue uma primeira escola logo em agosto de 1553. Mas os jesuítas não estavam contentes com a localização de Santo André, aberta demais para uma defesa eficiente em caso de um ataque dos índios inimigos, que na época era uma ameaça bastante concreta.

Próxima da vila havia uma colina cercada por dois rios e por um pântano que a tornavam praticamente inexpugnável. Os jesuítas, treinados com formação militar e preocupados com sua defesa, inviável na Vila de Santo André, decidem erguer um novo prédio no alto deste morro, para servir de moradia para eles e escola para os habitantes do planalto.

Prédio humilde, coberto de palha, não tinha nada de parecido com a igreja atual, mas era melhor que a moradia da vila, tanto em conforto -- ainda que por muitos anos a frente, absolutamente precário -- como em matéria de defesa, pela localização muito melhor do que a da vila de João Ramalho.

Quando os jesuítas se mudaram para a colina do pátio do Colégio, não tinham a menor intenção de criar uma nova vila, que além de inútil, não teria população suficiente para habitá-la. Tanto isso é verdade que no dia 25 de janeiro de 1554, quando da missa para consagração da igreja da escola, Manuel da Nóbrega, o provincial da Companhia de Jesus no Brasil, não estava presente, tendo deixado os campos de Piratininga para percorrer a antiga estrada do Peabiru, até as imediações de onde hoje é Itu, para verificar a possibilidade de criar lá um outro centro para a conversão do índio.

Neste tempo a estrada já estava fechada e começava a se deteriorar, em função da ordem do governador geral Tomé de Sousa, preocupado com a intensidade do comércio entre espanhóis e portugueses e da quantidade de mercadorias que circulava por ela, em direção a São Vicente.

Poucos anos depois, de novo por interferência de Manuel da Nóbrega, preocupado com o abandono quase que total da região em volta do colégio dos jesuítas, um acordo com João Ramalho, aceito pelo governador geral Mem de Sá, transfere a população e a Câmara de Santo André da Borda do Campo para a colina do colégio de São Paulo de Piratininga, dando origem ao nome que a cidade tem até hoje e que passa a ser oficialmente adotado a partir da década de 1560.

Como se vê, tanto para a vila fundada por Martim Afonso, como para o colégio erguido pelos jesuítas, a palavra defesa tem um significado todo especial, significado que é o grande responsável pela localização da São Paulo atual num ponto exato do planalto de Piratininga. Ponto que se espalhou, conquistou as terras em volta, alcançou, uniu e ultrapassou todas as eventuais localizações originais, para criar uma das maiores

concentrações urbanas do mundo, tanto em quilômetros quadrados, como em número de habitantes.

Bibliografia

Sumé e Peabiru – Hernâni Donato

Peabiru, Os Incas no Brasil – Luiz Galdino

A Capital da Solidão – Roberto Pompeu de Toledo

O Trato do Vivente – Luiz Felipe de Alencastro

Histórias da História de São Paulo – Raimundo de Menezes

Voz Lusíada, São Paulo 450 Anos - Diversos

Os limites da Capitania de Santo Amaro: um equívoco histórico

Augusto Francisco Mota Ferraz de Arruda

Pensemos em 1500 como ponto de referência histórica. Armar um navio para sair do estuário do Tejo e trazê-lo, às velas içadas, por mares “*nunca dantes navegados*”, não era coisa de pouco dinheiro. O processo envolvia matéria prima, ou seja, madeira de boa qualidade, mão de obra específica, mestres, técnicos, tripulação habilitada, desde o simples grumete aos experimentados, capitão e piloto, conhecedores das rotas, dos ventos, das correntes marítimas. Todo esse conjunto de “saberes” tinha um móvel: alcançar as Índias e as suas especiarias. O fim era o lucro mercantil.

Jean-Pierre Vernant, profundo conhecedor da antiga civilização grega, afirma que a razão é filha da pólis. Parafraseando-o poder-se-ia dizer que a razão mercantilista é filha do burgo (pólis) medieval. O homem mercador provocou a cizânia dentro da Igreja Católica. Lutero e Calvino. Aquele mais teórico. Este mais prático, tão prático que justificou a cobrança dos juros onzenários. A corrida para a acumulação desenfreada do capital tomou conta dos mais espertos. Àqueles que odiavam arar, semear e colher, Calvino lhes deu a paz de espírito com a garantia de acesso ao Paraíso Celestial. O discurso calvinista, o qual Max Weber, como se sabe, põe como causa eficiente do desenvolvimento norte-americano, espalhou-se pela Europa de uma forma revolucionária, abalando dogmas e fundamentos da Igreja Católica. A pólis moderna começa, então, a fincar os seus alicerces de tijolo e argamassa para abrigar as companhias mercantis, os armazéns, os entrepostos, os cartórios, as casas bancárias, enfim, um contexto sócio-econômico embrionário do qual hoje

presenciamos perplexos o resultado: aquela embrionária razão mercantilista transformou-se numa razão simples e objetiva como a razão de uma criança de um ano e meio de idade para quem não existe o espaço e nem o tempo, mas somente o “eu quero porque quero”. O executivo de Wall Street aperta uma simples e prosaica tecla de computador e, em menos de quinze segundos, ele transfere de bancos do outro lado do mundo, bilhões de dólares sem se importar que essa transferência possa custar a miséria de centenas de milhares de pessoas. Mas isso é outra história, que foi tocada apenas para que se medite sobre a Europa de cinco séculos e meio atrás que entrava na Idade Moderna, ao mesmo tempo em que os turcos fechavam a porta de acesso ao Oriente. E coube à inteligência e ao espírito português demonstrar que o homem da modernidade chegara. A polis portuguesa contornou a porta cerrada pelos otomanos e entrou no Oriente pelos fundos com as suas naus e caravelas, alcançando a Índia, a China e o Japão, ainda que tudo com um fim só: o dinheiro, justificando a ironia de Shakespeare que já dizia ser o dinheiro a alcoviteira do mundo.

De qualquer forma, o movimento marítimo português, como se disse no início, não dizia respeito somente à arte da navegação, mas antes de tudo pressupunha todo um complexo de atividades que eram desempenhadas na própria pólis, tendo por eixo mestre a construção náutica. Imagino que, *mutatis mutandis*, deveria ser algo parecido com o que ocorreu com a indústria automobilística a partir do início do século passado, ou no caso específico de São Paulo o que representou a época da produção cafeeira para o progresso do povo paulista.

Navegar é preciso, viver não é preciso.

Segundo consta, Vasco da Gama retornou de sua viagem às Índias depauperado, mas, em todo caso, com especiarias que deram aos financiadores 4.000% de lucros. Contava-se com a razão científica para se navegar com

relativa precisão e deixando para Deus cuidar da parte que a própria razão não dava conta. Estes eram os pressupostos racionais e de fé que garantiam a realização do fim pretendido: alcançar a Índia das especiarias, a principal destas, a pimenta, tornando-se compreensível a razão de o Brasil, depois de descoberto, ter ficado praticamente às moscas, holandesas, francesas que fossem, mas ficou. Exatamente por não compensar o retorno financeiro que o comércio com as Índias propiciava, foi a razão de o Estado português, dependente do dinheiro alheio, ter deixado o imenso Brasil de lado por trinta anos, certo que, contudo, só viria efetiva e concretamente se interessar, ainda que no meu modesto e não abalizado modo de ver, com verdadeiro empenho pelas terras do Novo Mundo a partir do final do século XVII, com as descobertas, pelos paulistas, do ouro na atual Minas Gerais.

Não se pode desconhecer, é verdade, que a partir da Bahia, para o nordeste e norte, o Brasil já possuía, nas três primeiras décadas do século XVI, algumas tantas feitorias extratoras da riqueza natural, especialmente, como se sabe, o pau-brasil. Da Bahia para baixo não havia pau-brasil, muito menos feitorias extratoras.

Havia no sul, é verdade, Cananéia, assim como São Vicente, paragens conhecidas dos navegantes, tanto que comprovadamente figuravam nos primeiros mapas da costa brasileira, conforme documenta o célebre Diário de Navegação, de Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso de Sousa. Mas a existência destas duas, digamos, paragens, porque nem feitoria nem vila eram, tanto Cananéia quanto São Vicente, se devia a outras razões sobre as quais falaremos em seguida.

O Brasil que despertava alguma cobiça, própria da mentalidade progressista mercantil quinhentista, era o Brasil nordestino, por duas razões: em primeiro lugar por ser menos distante da Europa e em segundo, pelo pau-brasil.

Holandeses e franceses rondavam desde então o norte e nordeste brasileiro, causando alguma preocupação para a Coroa Portuguesa, mas não tanto que esta se dispusesse a compor uma dispendiosa armada para repelir os estrangeiros. Acontece que por esses tempos chegara aos ouvidos de D. João III rumores cada vez mais consistentes, da existência de minas de ouro e prata no cone sul do Brasil, rumo oeste, ou seja, para as bandas do Paraguai. Quem dera oficialmente essas informações foi um português de nome Henrique Montes, que cá já vivia, mais precisamente em Santos, e que em 1527 havia participado de uma expedição ao Rio da Prata, comandada pelo genovês Caboto. Foi com Caboto que a Lagoa do Ouro deixava de ser apenas uma lenda. Henrique Montes, em troca de favores pessoais, aceitou revelar para D. João III o que sabia sobre as fabulosas minas de ouro do Paraná e Paraguai. Tanta era a fama da existência do ouro no Paraná e Paraguai que a costa sul do Brasil passou a se chamar Costa do Ouro e Prata. Não se olvide que a Espanha, por essa época, já se fartava com o ouro peruano, a ponto de inflacionar a própria economia interna. Também não se olvide que Portugal estava enterrado em dívidas. A dívida pública era de mais de dois milhões de cruzados, quando a receita anual ordinária não chegava a um milhão. D. João III, pois, aflito com a situação financeira, depositou toda a sua esperança no relato de Henrique Montes, certo de que as riquezas que encontraria eram maiores do que as dos espanhóis. Foi então que foi armada a grande expedição comandada por Martim Afonso de Sousa para expulsar os estrangeiros da costa nordestina brasileira, versão esta oficial para despistar, principalmente os espanhóis. O sonhado ouro paraguaio, se de fato existia, estava dentro dos limites territoriais dos espanhóis, segundo o Tratado de Tordesilhas, portanto, impunha-se o mais absoluto sigilo, muito embora o inexcedível Francisco Varnhagen diga sobre a clara intenção da armada de Martim Afonso de Sousa de chegar ao Rio da Prata, tanto que não faltava quem

queria se alistar como tripulante ou apenas passageiro em busca das riquezas do Rio da Prata. Diz Varnhagen: *Muitas destas diziam adeus à Pátria, no momento em que porventura sonhavam que dentro de pouco volveriam a ela com grossos cabedais -- com rios de prata*ⁱ. O mesmo historiador reproduz carta enviada por D. João III a Martim Afonso de Sousa quanto este já se encontrava em Pernambuco. Diz D. João III: *soube de vossa chegada a essa terra do Brasil, e como íeis correndo a costa, caminho do Rio da Prata...* (omissis)ⁱⁱ.

Assim é que, em 1530, Martim Afonso deixa para trás o Tejo e vem para o Brasil, trazendo na sua companhia Henrique Montes, já agora informante oficial do reino, com salário e tudo. Martim Afonso, a *caminho do Rio da Prata*, aprisionou alguns navios para confirmar a versão oficial policialesca. Depois desceu a costa, passou pelo Rio de Janeiro e rapidamente seguiu para Cananéia e foi bater com os costados na foz do Rio da Prata. Martim Afonso quis ir além entrando pelo rio adentro, mas acabou soçobrando. Escapou da morte agarrado a uma tábua. Frustrado, retornou, fixando-se em São Vicente e lá permaneceu por dois anos. Por que São Vicente? Porque dois caminhos levavam às sonhadas minas do oeste: um subindo o Rio da Prata e o outro subindo o rio Paraguai. Esta segunda opção se alcançava, tanto partindo de Cananéia, como do Planalto Paulista. Martim Afonso, instalado em São Vicente, tomou imediatamente duas providências: a primeira consistiu em logo mandar que o Capitão Pero Lobo, com uma significativa comitiva de 40 besteiros e 40 espingardeiros, partisse de Cananéia e, levados pelo mateiro Francisco Chaves, se embrenhassem pelo sertão, rumo oeste, em busca das minas, expedição da qual, contudo, nunca mais teria notícias; e a segunda foi, ele próprio, subir a Serra do Mar para se avistar com João Ramalho e nomeá-lo, em nome do rei, Capitão. A idéia que trazia na mente era a de que João Ramalho funcionasse como um policial de fronteira,

impedindo que aventureiros penetrassem o sertão paraguaio a partir do rumo oeste do altiplano paulista.

Martim Afonso de Sousa aguardou por quase dois anos notícias da expedição de Pero Lobo. Silêncio absoluto. Cansou de esperar. Voltou para Portugal em 1533 e logo em seguida foi nomeado Vice-Rei das Índias para nunca mais retornar ao Brasil, nomeando sua mulher, Ana Pimentel, como sua procuradora plenipotenciária para as coisas de suas Capitânicas. Há quem afirme que Ana Pimentel esteve no Brasil. De minha parte, com a ressalva de minha provável ignorância, suponho que essa nobre senhora jamais esteve por aqui. Tem-se notícia de contatos, alguns pessoais, com Brás Cubas, que recebera dela, por ordem de Martim Afonso, terras em Santos e só.

A interpretação que dou dos fatos documentados, diga-se, não é só minha, é a de que Martim Afonso de Sousa, e depois a sua mulher Ana Pimentel, não estavam nem um pouco interessados no Brasil. Martim Afonso era um homem de seu tempo, um homem do Renascimento, ambicioso, corajoso por certo, e que não tinha nenhuma queda para o ostracismo, muito menos para empreendimentos que não lhe dessem retorno imediato. Entre ficar no Brasil, mais precisamente em São Vicente, vivendo em tapera, preferiu as Índias como Vice-Rei, e lá viveu coberto de honras e riquezas, e segundo alguns historiadores teria ele cometido algumas atrocidades contra os chamados gentios, relato que, se comprovado, só confirma ser um conquistador e não um colonizador.

De resto, só a transformação do Brasil em capitânicas hereditárias comprova que Martim Afonso de Sousa não veio para colonizar o cone sul do Brasil, muito menos São Vicente. Martim Afonso de Sousa acabara de partir de Lisboa com a sua esquadra e D. João III já lhe mandava comunicar que iria dividir o Brasil em Capitânicas para efeito de colonizá-lo.

Assim, mais uma vez ressaltando o meu modesto conhecimento histórico, a meu ver, a presença de Martim Afonso de Sousa em São Vicente tinha por único e exclusivo objetivo encontrar as fabulosas minas de ouro paranaenses e paraguaias, tanto que mais não fez do que elevar o ínfimo vilarejo à condição de Vila Real, dotando-a de alguns predicamentos administrativos oficiais, aliás, que se faziam necessários para firmar de fato e juridicamente a posse portuguesa. Enfim, tudo o que mais por aqui fez, aliás, muito pouco se considerarmos a extensão do mandato real que lhe fora entregue, eram condutas indispensáveis para a fixação da posse do reino sobre as terras que davam acesso ao Paraguai, inclusive o de conceder o título de capitão a João Ramalho de sorte a desqualificá-lo juridicamente como líder e posseiro das terras do altiplano. A outra comprovação da despreocupação de Martim Afonso com São Vicente está no fato de Santos, em razão da visão imobiliária e empresarial de Brás Cubas, ter-se desenvolvido rapidamente, deixando São Vicente de ser o ponto de referência para os navegantes. Mas efetivamente não havia motivo real e concreto para Portugal investir em São Vicente ou no sul do Brasil. Estava distante, muito distante de Portugal. Não havia nada que pudesse ser explorado comercialmente, presumindo-se que nenhum Fuger da época, no uso de suas faculdades mentais, iria subvencionar uma armada para descobrir minas de ouro, cuja existência o próprio Martim Afonso atestara que não passavam de quimeras de aventureiros.

Mas o que tem a ver toda essa introdução com os limites das capitanias de Martim Afonso de Sousa e de seu irmão Pero Lopes de Sousa?

Tem tudo a ver.

Em 1532, quando pressionado pelas circunstâncias, que não vem ao caso discorrer sobre elas, o reino português resolveu transformar o Brasil em um grande loteamento, Martim Afonso de Sousa e seu irmão Pero Lopes de

Sousa foram agraciados, com as capitânicas do sul, precisamente as Capitânicas do Rio de Janeiro, Santo Amaro, São Vicente e Sant'Ana que formavam o Cone Sul do Brasil, ou seja, a chamada Costa do Ouro e Prata. O primeiro ficou, no sul, com a Capitania de São Vicente e Rio de Janeiro, enquanto o segundo tornou-se proprietário de Santo Amaro e Sant'Ana, significando dizer que toda a Costa do Ouro e Prata era de propriedade dos dois irmãos, os quais, entretanto, não tinham interesse em explorar as terras doadas, a exemplo do que se tentou em algumas capitânicas do norte-nordeste. Tanto que se pode medir o desprezo que Martim Afonso de Sousa devotava às suas capitânicas que, quando o Conde da Castanheira lhe pediu um pedaço de terra no Brasil, ele respondeu por escrito: *Pero Lopes de Sousa me escreveu que vossa senhoria queria um pedaço dessa terra do Brasil, que lá tenho; mande-a tomar toda ou a que quiser, que essa será para mim a maior mercê e a maior honra.*

O regime jurídico administrativo das Capitânicas Hereditárias conferia ao capitão donatário amplos e majestáticos poderes; quase soberania, posto que el-rei transferia, de juro e herdade, o mais alto poder real que era o de exercer a jurisdição penal e no âmbito administrativo os de fundar vilas, instalar conselhos municipais, autorizar forais, assentar colonos, conceder datas e sesmarias. O Estado português conscientemente afastava-se da administração da terra, deixando, digamos assim, para a iniciativa privada a exploração do território brasileiro. A única coisa que se reservou à coroa foi a participação nos impostos recolhidos pelo donatário, sem mencionar a complexa relação jurídica que envolvia a Igreja Católica por meio de a Ordem de Cristo.

Acredito que o desinteresse de Martim Afonso de Sousa e de seu irmão Pero Lopes de Sousa pelas respectivas capitânicas, muito embora não fosse exceção comparando-se aos demais donatários, por certo, foi o que

determinou o grande equívoco histórico, talvez até a desatenção dos historiadores para os limites territoriais das Capitânicas de São Vicente, Santo Amaro e Rio de Janeiro, a primeira e última pertencentes, como já se disse, a Martim Afonso de Sousa e a de Santo Amaro a Pero Lopes de Sousa. Poder-se-ia dizer que Pero Lopes de Sousa teve morte prematura, não tendo tempo de administrar e povoar as suas capitânicas. A meu ver tal não aconteceu, considerando que a Capitania de Santo Amaro, de fato, lhe pertencia desde 1534 e ele veio a falecer em 1536. Talvez fosse até desnecessário insistir nesse ponto, considerando que é opinião unânime entre os grandes historiadores o fato de as capitânicas do extremo sul ficarem praticamente abandonadas e a de São Vicente a mercê de seus próprios e corajosos povoadores, repita-se, equivocadamente tratada por Capitania de São Vicente, quando na realidade os ditos valorosos povoadores habitavam as terras pertencentes à Capitania de Santo Amaro.

Sem dúvida alguma que o manifesto desinteresse dos donatários Martim Afonso de Sousa e Pero Lopes de Sousa fez por colocar a vila de São Paulo como pertencente à Capitania de São Vicente, de propriedade do primeiro, ou seja, Martim Afonso de Sousa, quando na realidade, de fato e de direito, a Vila de São Paulo pertencia à Capitania de Santo Amaro, de propriedade de Pero Lopes de Sousa. Esta confusão perdurou por quase dois séculos, trazendo implicações jurídicas que foram quase que completamente ignoradas pelos historiadores, com exceção de Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus. Datas e sesmarias eram concedidas, vilas eram fundadas, como a Vila de Mogi das Cruzes, por exemplo, por quem não tinha nenhuma autoridade de fato e de direito para tanto.

Com efeito, sempre aprendemos que as capitânicas se dividiam em linhas retas e paralelas que partiam da costa para o interior do Brasil, ou seja, *um certo número de*

léguas de terra, que começavam à beira-mar e prosseguiam com a mesma largura inicial para o interior, até encontrar a linha de Tordesilhasⁱⁱⁱ. Até o respeitado historiador Francisco Varnhagen se equivocou com essa questão das linhas paralelas ao dizer que *as raias entre capitania e capitania se fixaram por linhas geográficas tiradas de um lugar da mesma costa, em direção a oeste. Assim o território ficou verdadeiramente dividido em zonas paralelas, porém umas mais largas que outras^{iv}*. Mesmo as mais recentes publicações sobre a história do Brasil falam dessa divisão territorial em linhas retas e paralelas, partindo da costa e indo para o interior, no rumo oeste^v.

Acontece que a Capitania de Santo Amaro fugia desse padrão. A capitania de Santo Amaro, de propriedade de Pero Lopes de Sousa, que ficava entre as capitanias do Rio de Janeiro e São Vicente, estas duas de propriedade do irmão, Martim Afonso de Sousa, tinha uma deflexão a partir da costa, no rumo noroeste, até alcançar a latitude de 23°. Portanto, as vilas de São Paulo, Mogi das Cruzes e São Sebastião originariamente pertenciam à capitania de Santo Amaro, de propriedade de Pero Lopes de Sousa e seus herdeiros. É sabido que os herdeiros de Martim Afonso de Sousa travaram por longos e intermináveis anos batalhas judiciais pela posse e propriedade das Vilas de São Vicente, Santos, São Paulo e Mogi das Cruzes, como foi esmiuçado e detalhado por Frei Gaspar da Madre de Deus. As batalhas judiciais ocorreram em razão do desenvolvimento das vilas acima citadas. Relembremos que o donatário era até mais que proprietário da Capitania e que toda riqueza produzida ou descoberta em seu território, tirante os impostos e o quinto real, lhe pertencia; a partir do momento que as vilas começaram a apresentar uma relativa produção é evidente que os donatários herdeiros se deram conta de que podiam retirar proveitos econômicos substanciais sem precisar fazer muito esforço. Aliás, o desinteresse dos primeiros donatários e depois o litígio entre os herdeiros que se eternizava foram as causas

determinantes de os paulistas assumirem a inegável característica de gente independente.

Fixemo-nos, contudo, no objetivo deste modesto trabalho, qual seja os limites territoriais das três capitanias, a saber: Rio de Janeiro e São Vicente, pertencentes a Martim Afonso, e Santo Amaro, a Pero Lopes. Conferindo:

O foral de doação das Capitanias do Rio de Janeiro e São Vicente a Martim Afonso de Sousa descreve os limites territoriais de ambas.

A do Rio de Janeiro:

Cincoenta e cinco leguas que começarão de treze leguas ao norte do Cabo Frio, e acabarão no rio Curupacé, e do dito Cabo Frio começarão as trezes leguas ao longo da costa para a banda do norte, e no cabo d'ellas se porá um padrão das minhas armas, e se lançará uma linha pelo rumo de noroeste até a altura de vinte um grãos, e d'esta altura se lançará outra linha, que virá directamente a l'oeste, e se porá outro padrão da banda do norte do dito rio Curupacé, e se lançará até a altura de vinte e três grãos, e d'esta altura cortará a linha directamente a l'oeste.

A de São Vicente:

As quarenta e cinco léguas que fallecem começarão do rio de S. Vicente, e acabarão doze leguas ao sul da ilha de Cananéia, e no cabo das ditas doze léguas se porá um padrão, e se lançará uma linha que vá directamente para l'oeste do dito rio de São Vicente, e no braço da banda do norte se porá um padrão, e se lançará uma linha que corra directamente a l'oeste^{vi}.

Por sua vez, o foral de doação da Capitania de Santo Amaro a Pero Lopes de Sousa descreve:

De 10 legoas que começaram do Rio de Curparê^{vii} da banda do Norte se porá Padram, e se lançará huma linha, pelo rumo de Noroeste athe a altura de 23^o^{viii} e desta dita altura cortará a linha directamente a Loeste; e no Rio de São Vicente

da banda do norte será outro Padram, e se lançará huma linha que corte diretamente a Loeste.^{ix}

Considerando, pois, que a Capitania do Rio de Janeiro, de Martim Afonso de Sousa, terminava no rio Curapacê (hoje rio Juqueriquerê, Porto Novo, Caraguatatuba, cf. nota v) no rumo noroeste até atingir a latitude de 23°, onde assume uma linha reta, rumo oeste, e considerando ainda que a de Pero Lopes de Sousa começava onde a de seu irmão terminava, é óbvio, com as mesmas medidas limítrofes, conforme o foral acima descrito, é de se verificar que São Paulo, Mogi das Cruzes e São Sebastião estavam dentro da **Capitania de Santo Amaro**, ou seja, dentro dos limites da propriedade de Pero Lopes de Sousa.

Com efeito, partindo-se do ponto do rio Juqueriquerê (Curapacê), no rumo noroeste, até alcançar 23° de latitude, vamos encontrar este ponto de interseção mais ou menos na divisa dos atuais Municípios de Piracaia e Joanópolis. Traçando, a partir deste ponto, uma linha reta no rumo oeste, se verifica que ela passa pelos atuais Municípios de Capivari, Conchas e Ourinhos, este na divisa com o Estado do Paraná. O curioso, pois, é que a maior parte do Vale do Paraíba pertencia à Capitania do Rio de Janeiro, de propriedade de Martim Afonso de Sousa. Confira-se no anexo, ao final do texto.

Foi o manifesto desinteresse dos dois irmãos pelas suas respectivas capitanias, bem como, posteriormente, as desavenças entre os seus respectivos herdeiros, que acabaram por consolidar a confusão dos limites territoriais das duas capitanias.

Sesmarias e datas de terras eram concedidas a esmo pelos capitães-mores, prepostos dos ausentes donatários que pouco se incomodavam com as doações, privilegiando os mais salientes com grandes extensões de terras, ou então Governadores Gerais que usurpavam poderes dos donatários para conceder forais de vila, doar datas de terras ou sesmarias. Um exemplo disso, por exemplo, está no

processo de demarcação das terras de Brás Cubas, aspecto que será objeto de outro trabalho. Outro exemplo e tanto ou mais relevante é o fato de a Vila de São Paulo ficar à mercê da Vila de São Vicente ou até mesmo de Santos, para assuntos de seu exclusivo interesse. Quantas não foram as vezes que a Câmara Municipal de São Paulo solicitava ao Capitão Mor de São Vicente autorização para o seu comércio ou produção, ou aprisionar índios, quando prescindiam dessa autorização, muito embora, diga-se, há uma ata da Câmara de São Paulo onde consta expressamente que os paulistas não deveriam obedecer ao Governador Geral, mas sim ao donatário da Capitania de Santo Amaro, herdeiro de Pero Lopes de Sousa. Da mesma forma sesmarias e datas de terras foram concedidas no altiplano paulista por capitães-mores de Martim Afonso ou de seus herdeiros quando não tinham eles autoridade alguma para tanto, já que o planalto paulista pertencia à Capitania de Santo Amaro, portanto, a Pero Lopes de Sousa e seus herdeiros. O certo é que muitas questões jurídicas poderiam ser apontadas para demonstrar os equívocos decorrentes da confusão entre as duas Capitânicas, São Vicente e Santo Amaro, mas os limites deste modesto trabalho não permitem.

Foi assim, portanto, que a Capitania de Santo Amaro, de propriedade de Pero Lopes de Sousa, foi colocada de lado pela historiografia paulista. Não se argumente que os herdeiros de Martim Afonso de Sousa acabaram assumindo a condição de donatários da Capitania de Santo Amaro e por isso mesmo se deu a confusão. Não vale o argumento pela razão de o processo judicial declaratório de herança ter-se prolongado por quase um século; e depois a condição jurídica de independência entre as duas Capitânicas São Vicente e Santo Amaro não tirava a autonomia das respectivas Câmaras Municipais para os assuntos de seus exclusivos interesses, como aconteceu.

Em todo caso, paradoxalmente, a Capitania de Santo Amaro, estreita, pequena, seccionada na metade, se considerarmos as outras Capitânicas, veio dar

origem ao mais rico e empreendedor Estado da Federação e à maior Capital da América Latina.

Enfim, muito mais poder-se-ia dizer. De qualquer forma, o que se comprova é que é o homem quem faz a sua história e que homem algum, por maior que seja o seu poder, detém o domínio dos fatos. São Paulo Estado, São Paulo cidade, são frutos dos fatos criados pela gente portuguesa que atravessou mares “*nunca dantes navegados*” para escrever a sua história, alargou os horizontes geográficos para muito além da pequena Capitania de Santo Amaro, gente portuguesa da melhor cepa que aqui fincou o melhor da tradição paulista, hoje em dia um tanto quanto esquecida, infelizmente, de autonomia, independência e altivez de alma.

A Legião de São Paulo nas lutas pela conquista da Banda Oriental do Rio da Prata

Dóli de Castro Ferreira

Introdução

D. João VI e a Corte portuguesa estabelecidos no Rio de Janeiro (1808-1821), referenciaram um período em que as idéias ligadas à instalação de um possível poderoso e amplo império, tendo como sede a cidade citada, povoaram o imaginário dos que, estando mais próximos do rei, serviam-lhe de conselheiros, ministros e ocupantes de cargos burocráticos. Entre esses, Tomás Antônio de Vilanova Portugal, chanceler-mor, conselheiro particular e no período de 1817-1821, ministro plenipotenciário, era dos que pareciam mais voltados a esse propósito.

Entre algumas das preocupações primordiais colocava-se a questão da dimensionalidade territorial, e, portanto, dos limites e fronteiras. As regiões do Prata e do Amazonas representadas por sua importância “*estratégica e comercial*” eram, como nos mostra M.L.V. Lyra¹, disputadas entre as potências coloniais, e, estavam no foco da “*proposta da criação de dois centros de força*”, cujo interesse parecia focalizar-se na instalação de um reino no Brasil, cuja unidade seria preciso preservar. A expressão usada era de um poderoso império, embora admitido pelos comentadores de análise historiográfica como utópico.

A questão dos limites esteve sempre presente nas articulações propostas pela idéia do “*poderoso império*”.

Em 1816, a questão platina era foco de grande inquietação para a corte no Rio de Janeiro, dada a oposição de Buenos Aires à Espanha restaurada com Fernando VII no poder, e à tentativa de atrair para sua área de influência as demais províncias² no Prata “*hispanico*”. A declaração formal da independência das “*Províncias Unidas em Sud América, lideradas por Buenos Aires*”, a 9 de julho de 1816, fizera-se logo após a

¹ LYRA, Maria de Lourdes Viana, *A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: Bastidores da Política – 1798-1822*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.

² FERREIRA, Dóli de Castro. *Tomás Antônio de Vilanova Portugal: um ministro de D. João VI (1817-1821)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2004, pp. 44-48.

subida de Juan Martin Pueyredón à chefia do Diretório. A tentativa de domínio hegemônico de Buenos Aires no Prata representava uma ameaça para os interesses portugueses direcionados para o comércio e os negócios no Atlântico Sul. E, nesse jogo de interesses, a presença importante de negociantes ingleses representava um complicador, cujo peso não poderia ser facilmente descartado.

Entretanto, a Corte Joanina, pressionada pela política das potências européias, não possuía condições para manifestar-se em confronto aberto às disposições que, particularmente os ingleses interpunham, como por exemplo a proibição do tráfico de escravos, além das questões internas derivadas da ocupação da antiga metrópole pelas tropas napoleônicas que levaram a Grã-Bretanha a ter, pela ajuda prestada, o papel sobrelevado de protetora dos portugueses, sob uma evidente férula (palmatória), que parecia funcionar sempre que fosse preciso. As ambigüidades recobriam as zonas de tensão; portanto, era preciso muita habilidade para evitar fraturas.

Para a Corte do Rio de Janeiro duas linhas de força se demonstravam: de um lado, a presença de proprietários e negociantes portugueses ou pró-portugueses na região platina, em apoio ao governo joanino, face às artimanhas dos ingleses em posicionar-se ao lado dos rebeldes em luta pela independência; de outro lado, o alegado interesse português em “*proteger*” a monarquia espanhola dos revolucionários artiguistas de (José Gervásio Artigas), que dominavam Montevideú³.

Daí a invocação contínua do termo “*pacificação*”, na justificativa da companhia militar que direcionou os Voluntários Reais de Portugal, e as Milícias de São Paulo, em direção à Banda Oriental do Prata e a Montevideú.

A “Guerra do Sul” e a questão dos limites: por que as lutas no Prata, de pesados gastos?

Interessado que estava D. João VI em estender seus domínios da América portuguesa até ao estuário do Prata, e preocupado com disputas diplomáticas e comerciais que estavam envolvidas na porção meridional que incluía a Colônia do Sacramento, a Capitania de São Pedro do Rio Grande, além de Montevideú e sua região, inclusive o porto localizado na baía de Maldonado, fez vir de Portugal o Corpo de Voluntários Reais sob a chefia de Carlos Frederico Lecor. Afinal, tratava-se de militares que já haviam provado suas forças nas disputas territoriais na metrópole quando

³ FERREIRA, D. C. op. cit. p. 48

da invasão das tropas napoleônicas. Assim, a divisão dos Voluntários Reais do Príncipe, depois do Rei, desembarcou no Rio de Janeiro a 30 de março de 1816. Era preciso, portanto, mandar essas forças para conter os ânimos acirrados pelos revolucionários de Buenos Aires, lutando pela independência, que invadiram Montevidéu em 1814. Tal movimento instabilizava, em sua expansão, a Província do Rio Grande do Sul, provocando tensões nas linhas fronteiriças⁴.

Por sua vez, o armistício que fora celebrado a 26 de maio de 1812, correspondente às lutas pelas questões de limites a partir dos tratados de 1750 e 1777, estava perturbado pelas citadas lutas dos revolucionários de Buenos Aires e pelas disputas pelas posições geográficas referenciadoras “*dos fluxos comerciais legais e ilegais*” por todo o século XVIII e inícios do XIX entre a América espanhola e a portuguesa⁵.

A região do Prata, portanto, encontrava-se envolvida em conflitos gerados pelos interesses dos habitantes de Buenos Aires, que declararam-se livres e independentes, desde que em 1810, após a substituição de Fernando VII na Espanha por José Bonaparte, a mando de Napoleão, proclamaram essa decisão pela instalação do congresso de Tucumán. Segundo esse, reuniam-se as Províncias Unidas do Rio da Prata, formadas pela Argentina, o Alto Peru (Bolívia), e pelo Paraguai e Uruguai.

Artigas (José Gervásio) pretendeu ter um estado independente, cuja capital seria Montevidéu, e incorporados nesse estado, o que corresponderia aos atuais territórios do Uruguai, Rio Grande do Sul e as províncias argentinas de Entre-Rios, Corrientes e Missões.

Residia nesse ponto a motivação pela qual as tropas portuguesas foram enviadas por D. João VI ao Prata em 1816, mas o significado dessa medida possui mais amplo sentido. Afinal, estava em jogo a posição do porto do Rio de Janeiro, intermediando o jogo de interesses comerciais que se declarava a partir da região platina: leia-se Montevidéu e Buenos Aires. Como foi anotado por Luccock, que via nessa articulação o cuidado dos negociantes preocupados com questões de confiança e segurança pois afinal, aí se articulavam redes de contrabando, e este acabava por justificar-se como expressão de liberdade de circulação das “*potências neutras*”, entre elas Portugal, como decorrência das questões levantadas pela guerra

⁴ Ver VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal*. 5ª ed. São Paulo; Melhoramentos, 1956, Tomo V, p. 120. Ver também SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir a história do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

⁵ PIMENTA, João Paulo Garrido. *O Brasil e a América espanhola*. São Paulo, 2003. DH-FFLCH/USP, Tese de doutoramento, pp. 34-35.

anglo-espanhola de 1796⁶. Por sua vez, o porto de Montevideu possuía contatos comerciais com as cidades de Lisboa e Porto, em Portugal, Boston e Baltimore, nos Estados Unidos, além de Cuba, Peru e Chile. Relações comerciais muito importantes, não sem deixar de anotar com J. Fragoso e M. Florentino que havia relevantes conexões entre Montevideu, Buenos Aires e Rio de Janeiro do comércio e tráfico de escravos⁷. Principalmente deste último.

Razões havia, de sobra, para que o rei português no Rio de Janeiro, com um projeto de instalação de um “*grande, rico e poderoso*” império, desejasse impor seus limites ao território litigioso da Banda Oriental do Prata. D. João VI fornecera instruções para ocupação e governo do território oriental a Lecor a caminho de Montevideu. Assim, em 1816, o deslocamento das tropas por via marítima dos Voluntários Reais chefiadas por Lecor saindo do Rio de Janeiro, fazia-se até a ilha de Santa Catarina (junho-julho de 1816), (e daí, por terra com grandes dificuldades) até às fronteiras da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, e em seguida, em direção à praça de Montevideu. A essas tropas foram incorporadas as da Legião de São Paulo e do Rio Grande.

A viagem por terra foi demorada (5 meses), com vários combates e vitórias, tais como em Ibiraocaí, Carumbé, Índia-Muerta e Catalão, até chegar às portas de Montevideu a 20 de janeiro de 1817⁸.

A Legião de São Paulo nas lutas do Prata – Campanha 1816-1817

A história documentada desses combates foi escrita, segundo Varnhagen, pelo paulista Diogo Arouche de Moraes Lara, capitão de infantaria da Legião de São Paulo⁹.

A demora na viagem e os combates davam a José Gervásio Artigas tempo e oportunidade de se articular com os rebeldes de Buenos Aires. Ameaçava com suas tropas os limites da Capitania de São Pedro instabilizando o seu sistema defensivo (particularmente nos limites das fronteiras de Missões e Rio Pardo).

⁶ Ver LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975, p. 393. Luccock esteve na região platina entre 1808 e 1818.

⁷ Ver FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, C. 1790 – 1840. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 197.

⁸ Ver VARNHAGEN, F. A., op.cit, p. 120-121-122.

⁹ *Memória da Campanha de 1816, com a exposição dos acontecimentos militares das fronteiras das Missões, e Rio Pardo da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, e no território ocupado pelas tropas da mesma Capitania*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Secção de Documentos Manuscritos, Códice I – 28, 31, 45. A referir-se a essa memória VARNHAGEN atribui ao autor “*muita fidelidade e exatidão*”. Ver VARNHAGEN, F. A., op.cit., p. 122.

Nomeados o tenente-general Joaquim Xavier Curado para a defesa de Rio Pardo e distrito de Entre-Rios, e o brigadeiro Francisco das Chagas Santos, das tropas de São Paulo e Rio Grande, para socorrer a província de Missões, puseram-se em marcha com o apoio da infantaria e artilharia da Legião de São Paulo. Contavam ainda, com o regimento de dragões, o 1º regimento de cavalaria miliciano da Capitania do Rio Grande, e mais dois esquadrões do 3º regimento da mesma arma, além do regimento de infantaria da ilha de Santa Catarina, dois esquadrões de voluntários milicianos e elementos das guerrilhas que por aí se organizavam. As hostilidades eram constantes, incluindo-se o incêndio e a destruição de estabelecimentos e propriedades rurais, muitas delas, de portugueses aí estabelecidos¹⁰.

Diogo Arouche de Moraes Lara, memorialista dessa campanha, e dela participante como capitão de infantaria da Legião de São Paulo, em serviço na Capitania do Rio Grande, estende-se em seus comentários sobre o deslocamento das tropas, os chefes militares e as ocorrências de que participaram, por exemplo, o alferes de milícias Antonio Garcez de Moraes, os tenentes Gaspar Francisco Menna Barreto e José Rodrigues Barbosa, assim como também os cadetes Patrício José Correa da Câmara e Francisco Pinto de Fontoura, (todos do regimento de dragões).

Cita também as ações do capitão de guerrilhas Alexandre Luiz e do tenente de milícias Anacleto Francisco Gulart, além das dos falecidos em combate na região de Sant'Ana, como o capitão Sebastião Antonio de Bulhões Leóte, o tenente Valentim Bueno de Camargos e o porta-estandarte Izidoro Belmonte da Silveira, todos também pertencentes ao regimento de dragões. Essas tropas eram comandadas pelo general Curado em deslocamento para o rio de Santa Maria e na disputa das margens do Ybiraocaí, e entre esse rio e o Quaraim e o Ybirapuitam. O combate das tropas da Legião de São Paulo se fazia arduamente contra as colunas comandadas pelo chefe inimigo Verdum, revolucionário do lado de Artigas cujas ações visavam deter o movimento dos comandados do coronel José de Abreu¹¹, oficial das milícias do Rio Grande.

Este tenente-coronel era encarregado de cobrir a margem esquerda do rio Uruguai e deter as tropas comandadas por André Artigas¹². Não era

¹⁰ Ver LARA, Diogo Arouche de Moraes. *Memória da Campanha de 1816*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 26 – julho de 1845, pp. 125-177.

¹¹ O coronel José de Abreu, por seu destaque na Campanha de 1816, recebeu posteriormente os títulos de Marechal de Campo e Barão do Cerro Largo.

¹² Andrés ou Andrezito Artigas, também chamado Artiguinhas por Varnhagen, ou Andrés Taquari, por Francisco Bouzá, era um índio guarani nascido em Missões, e filho adotivo de José Gervásio Artigas. Tinha o posto de coronel. Cf. VARNHAGEN, op. cit., Tomo V, p. 145-146 – Anotado por Rodolfo Garcia.

fácil para o coronel Abreu, no comando das milícias do Rio Grande e de São Paulo lutar, contra as forças de André Artigas, sendo este melhor conhecedor do terreno, portanto capaz de efetuar eficientes emboscadas.

Entretanto, o coronel José de Abreu, contando com a presteza do esquadrão de cavalaria da legião de São Paulo, dirigido pelo tenente José de Castro do Canto e Mello, “*fez desbaratar a massa inimiga, tomando-lhe o canhão*” e desordenando a linha de ataque¹³.

A vitória acabou declarada do lado dos portugueses, como relata, em prova testemunhal, Diogo Arouche de Moraes Lara, ao afirmar que o inimigo foi posto “*em fuga precipitada*”, deixando em poder dos portugueses duas peças de artilharia, muito armamento, um carro de munições, montarias, 2000 cavalos, 400 mortos no campo de batalha, 30 prisioneiros, e que até o próprio André Artigas, fugiu precipitadamente, abandonando seus comandados. Diego Arouche de Moraes Lara continua pela descrição das batalhas nas quais se distinguiram os componentes da legião de São Paulo e do Rio Pardo, na “*total restauração da província de Missões*”, relativamente à passagem do Ybicuí, pelo que recebeu honrosa carta do tenente-general comandante das tropas portuguesas. Tratava-se de Sebastião Pinto de Araújo Correa, ajudante-general de Lecor, que havia vindo com as tropas dos Voluntários Reais.

Diogo Lara não deixa de nomear todos os participantes membros da Legião de São Paulo nas batalhas havidas à margem esquerda do Uruguai. Em sua narrativa vai especificando cada batalha, eventos, e ocorrências, construindo importante fonte para o conhecimento dessa participação. Conjugada que estava às forças que haviam sido deslocadas para a região do Prata, a Legião de São Paulo é mostrada pela relevância dos chefes militares e a disposição hierárquica da oficialidade. São muitos os nomes citados e sua repetição no presente trabalho extrapolaria o espaço disponível, mas não sem merecer uma referência especial a Bento Manuel Ribeiro, dada pelo Tenente-coronel Pedro Dias de Campos, por sua participação na Campanha de 1816¹⁴.

¹³ LARA, Diogo Arouche de Moraes sobre a exposição dos acontecimentos militares das fronteiras de Missões e Rio Pardo, da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul e no território inimigo, ocupado pelas tropas da mesma capitania, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 26, julho de 1845, pp. 132-138.

¹⁴ CAMPOS, Pedro Dias, tenente-coronel. *Quem era o sorocabano Bento Manuel C. Ribeiro?* Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – vol. XXI de 1916 a 1921. São Paulo, 1924, pp. 35-55.

Sobre as ações de Bento Manuel ver também VARNHAGEN, op. cit., pp. 122-125, que o trata de maneira destacada, assim como a Menna Barreto na perseguição às tropas comandadas por Artigas (José Gervásio) e Frutuoso Rivera.

Enfatiza o autor que “*a divisão de Curado, composta pelas tropas paulistas e rio-grandenses, com hábitos de disciplina e de sobriedade, seguindo a guerra ofensiva, houvera podido sujeitar Entre-Rios e todo o mais território aonde fossem os inimigos*”.

Segundo P. D. Campos, Bento Manuel Ribeiro tornou-se um mito por suas participações militares em toda a chamada Campanha Cisplatina, tendo participado de diferentes embates. Incorporado com seu regimento em 1816 à divisão do general Curado, que ocupara Ibirapitua-Chico, fez, ao lado das tropas da Legião de São Paulo e das portuguesas, deter Artigas, que rompia a fronteira do Rio Pardo. Participava assim das batalhas nas coxilhas de Sant'Ana, assim como de Carumbé, juntando-se às tropas sob o comando do tentente-coronel José de Abreu.

Segundo a narração de Pedro D. de Campos, Bento M. Ribeiro avançava contra o caudilho Verdun, derrotado em Ibiracoá pelo general Menna Barreto, e após a vitória em Catalán chegou, com as tropas comandadas por Lecor e demais comandantes das unidades, a Montevidéu.

Tantos outros mereceram destaque nas listas de Diogo Arouche de Moraes Lara, preocupado em arrolar todos os nomes, funções e participações de cada unidade componente da Legião de São Paulo. Por exemplo, do Estado maior sob a chefia do Marquês de Alegrete, da Infantaria, da Cavalaria, da Artilharia, do Regimento dos Dragões, do Regimento do Rio Pardo, do Esquadrão de Entre-Rios, das Guerrilhas e Regimentos de Porto Alegre e de Santa Catarina e das Milícias. Faz ainda uma minuciosa relação dos mortos e feridos.

A ampla documentação com a publicação das cartas trocadas entre os chefes da Campanha de 1816-1817, e das cartas geográficas e topográficas dos movimentos das tropas, fazem, da *Memória* de Diogo Arouche de Moraes Rezende, referência histórica importante no estudo da questão Cisplatina. E nesse caso, não só pela descrição participativa de seu envolvimento na questão, especificamente da Campanha de 1816, mas, principalmente, pelo meticoloso registro, que nos moldes dos estudos do século XIX, se propunham elaborar como fonte, referência, tratamento e cuidado dispensado, os pesquisadores e memorialistas do Instituto Histórico Brasileiro e seus congêneres.

É interessante observar que os dados topográficos e a respectiva toponímia são não só bem explicitados como bem legendados. Os mapas e cartas, possivelmente elaborados pelos sistemas dos engenheiros e cartógrafos militares, são ricos das informações fundamentais, inclusive da exposição das escalas usadas, o que os tornam elementos imprescindíveis ao conhecimento e evolução das ocorrências. Não faz parte do presente trabalho transcrever e apresentar todos esses documentos, mas registrar a

possibilidade de seu uso para fins de estudos mais específicos. O que, aliás, o tema requer¹⁵.

Conclusão

O importante é ressaltar que da campanha de 1816 resultou a ocupação de Montevideu, em janeiro de 1817, como prova o registro da entrega das chaves do Cabildo a Carlos Frederico Lecor, em reconhecimento da vitória das tropas portuguesas e da Legião de São Paulo e do Rio Grande, e a incorporação da Banda Oriental aos domínios de D. João VI. Não sem deixar de registrar o texto intitulado *Banda Oriental Del Rio de La Plata*, publicado na Gazeta de Buenos Aires de 14 de dezembro de 1816 sobre as lutas na região. Após a introdução apelativa dos “*grandes destinos e à glória*”, o articulista faz o seguinte questionamento: “*Quem poderia calcular que a invasão dos portugueses no território oriental de nosso Rio havia de produzir o efeito de reconciliar aos que moram em margens opostas?*” E sem entrar em detalhe sobre os acontecimentos entre agosto e dezembro de 1816, do ponto de vista dos combates e seus resultados, preocupa-se em celebrar o patriotismo e criticar os “*ambiciosos estrangeiros*”.

Faz a afirmação de que estes “*havia calculado a ventura de suas insidiosas empresas sobre a duração de nossas discórdias: que conheçam agora todo o poder de nossas virtudes*”. Em *Apontamentos sobre a guerra do sul*, obra atribuída a Tomás Antônio de Vilanova Portugal e a seu secretário Antônio de Menezes Vasconcellos de Drumond¹⁶, encontram-se esses papéis, dentre outros de grande importância para a pesquisa histórica.

Tomás Antônio era chanceler-mor do Reino em 1816 e ministro dos negócios do Reino a partir de 1817 (24-06-1817). Assim, em janeiro de 1817, completado o cerco a Montevideu e celebrado o acordo entre os deputados do Cabildo da cidade e o general Lecor, a questão dos limites passou a ser debatida. A propósito desses acontecimentos, dois deputados do Cabildo, Geronimo Pio Bianqui e Damaso Antonio Larrañaga dirigiram carta a D. João VI solicitando uma série de pedidos referentes à situação da província da Banda Oriental do Rio da Prata, em prol de sua autonomia e

¹⁵ Ver a propósito as publicações sobre o tema pelas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o de São Paulo. No caso do IHGB ver entre outras, a Revista Trimestral nº 27 (tomo VII), datada de outubro de 1845 (publicada como segunda edição em 1866). A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui substancial acervo em fundo denominado *Documentos relativos à província Cisplatina (1812-1836)*. Códice I-31, 5, 3 com 223 documentos em 584 páginas.

¹⁶ Ver FERREIRA, D. de C., op. cit., p. 62. *Os apontamentos da guerra do sul* apresentam-se em cópia pertencente ao acervo dos *Documentos relativos à Província Cisplatina (1812-1836)*. BNRJ – Códice I-31, 5, 3.

de seus habitantes, com data de 31 de janeiro de 1817¹⁷. O comandante Lecor dirigiu-se em discurso no Cabildo aos habitantes de Montevideu para explicar as razões de seus atos em nome do rei de Portugal¹⁸. A partir daí, as questões da ocupação militar de fortes, praças de guerra e, ainda, as de natureza política, ligadas à administração, limites e interesses econômicos, ameaçados pela prática de pirataria, atribuída aos seguidores de Artigas, estavam sendo discutidas. Toda essa temática refletia-se na península ibérica e em toda a Europa, incluída ainda, nas disputas entre as grandes potências, gerenciando os acontecimentos através de vários congressos como os de Viena e Aix-la-Chapelle, onde os interesses primordiais da Grã-Bretanha e da França eram peças fundamentais. Questões que não caberiam aqui mas eram decisivas para a Corte portuguesa no Rio de Janeiro, frente a seu projeto de instalar no Brasil a sede imperial.

A história da Cisplatina seguiu seu rumo, e devido ao recorte deste trabalho, não será explicitada. Exigiria um trabalho mais amplo. O fragmento aqui exposto, voltado às ações da Legião de São Paulo, busca mostrar essa participação como composição de um movimento gerado por um audacioso plano da expansão das fronteiras do Reino do Brasil na direção meridional, e no interesse em consolidar limites que estavam sendo discutidos desde os tratados anteriores, (1750, 1777) e em convenções estabelecidas por seus negociadores. Além de mostrar como a composição militar das tropas já refletia uma nova idéia que se impunha, e se constituía num projeto ambicioso, do qual o território e sua posse eram significativas expressões de poder. Uma nova fórmula para refletirmos sobre o significado de um Reino que se instalava como novo e de um governo que deve ser analisado por uma ótica mais acurada do que se tem feito.

O período aqui tratado termina com a convenção de 30 de janeiro de 1819, entre o Cabildo de Buenos Aires e o Conde da Figueira (capitão-general do Rio Grande), que ainda estava empenhado na continuação das lutas contra as tropas inimigas.

Vencedor em Taquerembó (22 de janeiro de 1820), o citado Conde da Figueira celebra, em nome de D. João VI, o tratado de 31 de julho de 1821, pelo qual a Banda Oriental foi incorporada ao Reino do Brasil com o título da Província Cisplatina, “*conservando porém as suas leis, a sua*

¹⁷ Documento endereçado por Geronimo Pio Bianqui e Damaso Antonio Larrañaga ao rei de Portugal. BNRJ – Códice 1-29, 17, 4, n° 9 SDM – Coleção Linhares.

¹⁸ Do acervo dos Documentos relativos a Cisplatina (1812-1836). BNRJ, Cit.

língua e uma espécie de autonomia”¹⁹. A história da Província Cisplatina adentrou o 1º Reinado após a Independência.

Portanto, especialmente, no evento da comemoração dos 450 anos da cidade de São Paulo, oportunidade para a reavaliação de um período em que as projeções se encaminhavam como referenciais de uma História ainda não suficientemente conhecida.

É, por exemplo, o que nos recomenda Tucídides, ao defender o caráter de novidade de um trabalho histórico confrontado com o que lhe precedeu ao tratar de um mesmo tema e argumento. E na perspectiva de uma análise histórica documental, que está a exigir estudos mais aprofundados.

¹⁹ Cf. VARNHAGEN, F. A. op. cit., p. 126.

Das antigas freguesias paulistanas

Sylvio Bomtempo

De múltiplo interesse para o conhecimento de nossa evolução histórica, é inevitável percorrer os pontos fundamentais da natureza e configuração das freguesias criadas antes do advento do regime republicano, nem sempre expostos suficientemente pelos autores que os têm abordado. Poderia ter oferecido explicação menos ligeira Paulo Berger ao ensejo de preparar a republicação de parte dos *Apontamentos para o Indicador do Distrito Federal* de Noronha Santos referente às freguesias cariocas, mas preferiu anotar tão-só: “A cidade do Rio de Janeiro, nos seus primórdios, era dividida sob um aspecto eclesiástico em diversas freguesias ou paróquias, as quais limitavam os territórios de jurisdição religiosa, em princípio. Depois essas mesmas freguesias passaram a abranger os territórios de jurisdição administrativa” (1). Pouco acrescentou à breve anotação, aliás abalada de certa impropriedade (ambas as jurisdições não foram sucessivas, mas concomitantes), e outros historiadores detêm-se na acepção meramente religiosa, omissão inexplicável ante as repercussões civis da instituição ao tempo da Monarquia.

Neste passo liminar tenha-se presente que a Igreja, mantida a sua catolicidade sob a chefia suprema do Papa, compõe-se de Igrejas Particulares, de que é protótipo a diocese, governada por um Bispo, que poderá seccioná-la em paróquias, sinônimas de freguesias, sempre embaixo de sua autoridade, confiadas ao ministério de um sacerdote, o Pároco, com atribuições religiosas locais, chamada Matriz a igreja em que é sediado e consideradas filiais as capelas e outras igrejas de sua área.

Essas comunidades de fiéis, de existência multissecular, cujos elementos fundamentais e indispensáveis foram melhor estabelecidos pelo Concílio Tridentino, hoje dotadas de personalidade jurídica nas lindes eclesiais pelo *Codex Iuris Canonici*, constituem divisões do território diocesano e as menores divisões territoriais do orbe católico.

Instituições de natureza religiosa, disciplinadas por diretrizes exclusivamente canônicas, as freguesias ou paróquias são criadas, modificadas e extintas pelo Bispo em seu território pastoral.

Mas até 1889 não foi assim no Brasil.

É que, sobre a particular significação para o catolicismo, freguesias, a exemplo do que ocorria em Portugal, tinham aqui sentido mais abrangente. Por sua natureza conservavam-se no âmbito eclesiástico, mas revestiam simultânea

feição estatal àquele tempo, quando se *unia a espada dos Constantinos às chaves de São Pedro*, amalgamados os interesses da Religião com os interesses do Estado, as *duas bases da sociedade cristã*, na manifestação de um velho padre súdito da Monarquia.

As freguesias, divisões das dioceses, eram ainda como que divisões das vilas, correspondentes estas a municipalidades (não raro uma vila toda continha uma só freguesia), bivalência resultante da união da Igreja com o Estado, particularmente em face do Padroado (*ius patronatus*) concedido à Coroa, consubstanciado no direito de assunção de determinados setores da jurisdição eclesiástica, provimento de certos cargos religiosos, fundação de igrejas, criação de dioceses e paróquias ou freguesias, atribuída ao Estado, em contrapartida, a função de executar decisões da Igreja como seu Braço Secular em algumas circunstâncias, manter o culto e defender a Fé.

Em Portugal, já o exercia o Rei quando o Infante D. Henrique o obteve também para a Ordem de Cristo com referência a terras que viessem a ser descortinadas pelas navegações marítimas e, preservada esta outorga, dele cuidaram sucessivos documentos pontifícios, como Carta de 1472 do Papa Sixto IV ao Arcebispo de Lisboa e ao Bispo de Lamego, e Bula de 1481, que o reiteraram ao Monarca.

Quanto às terras brasileiras, sob a orientação espiritual e temporal da Ordem de Cristo, foram atribuídas ao Vicariato de Tomar e após ao Bispado de Funchal, e finalmente à Diocese de São Salvador, da Bahia, sufragânea do Arcebispado de Lisboa. Entretanto, escreve Varnhagen, “como terras que eram do padroado da ordem de Cristo, continuavam sujeitas *in spiritualibus et in temporalibus* ao seu grão-mestre, que era agora el-rei D. João III, a quem, pela morte de el-rei D. Manuel, o papa Adriano VI conferira essa dignidade em 1552; e depois vieram a tê-la todos os reis sucessores. Pois que, falecendo (em 22 de julho de 1550) o mestre das ordens de Santiago e São Bento, D. Jorge, o Papa Júlio III, imitando o que já a cúria concedera à Espanha para aumentar o poder real, anexou e incorporou para sempre o grão-mestrado das três ordens na coroa; com o que, de então em diante, coube no Brasil aos reis a apresentação das igrejas e benefícios, e a cobrança e administração dos dízimos” (2).

Desde o reinado de D. João III, em síntese, passaram à Coroa todos os direitos inerentes ao Padroado, e o Brasil, ao fazer-se independente de Portugal, não os abdicou e não se separou da Religião, por força da Constituição Política do Império.

A união Altar e Trono subsistiu, e sob o regime do Padroado continuaram a ser criadas as freguesias brasileiras, nos mesmos moldes, *mutatis mutandis*, das freguesias ou paróquias paulistanas, com as peculiaridades que as fizeram partícipes simultaneamente da esfera eclesiástica e da esfera civil,

bivalência que se manifesta de diferentes modos, alguns dos quais se registram como exemplos:

Conquanto de natureza religiosa, a freguesia tinha origem legal em ato privativo do Rei, com a coadjuvação e parecer da Mesa da Consciência e Ordens.

Esta competência exclusiva nem sempre foi respeitada, como no reinado de D. Maria I, em cujo nome, em 1797, era advertido o chefe diocesano de São Paulo de certas práticas contrárias a seus direitos sobre as paróquias, que lhe cabiam como *Grã-Mestra da Ordem de Cristo e Padroeira de todas as igrejas* de seus domínios na América. Não obstante, D. Mateus de Abreu Pereira, denotando conformação com o sistema ao considerar-se impedido de dividir, em 1803, a freguesia de São Sebastião (*como estas igrejas são do Padroado do Grão-Mestre unido hoje à Coroa, eu segundo os cânones e alvarás régios não o posso fazer sem ordem de S. Alteza Real*), não deixava de incentivar a formação de curatos (3), que faziam as vezes de paróquias, o que se tinha por normal mesmo sem o consentimento oficial, mas condenada pela Rainha a sua proliferação distorcida.

Como quer que fosse, não era possível criar, modificar e extinguir paróquias ou freguesias sem o mando real.

Ademais eram da responsabilidade fazendária as despesas para a sua manutenção e desenvolvimento, a conservação da Matriz e de outras igrejas do seu território, e para a cômputo.

E porque as criava e mantinha e porque remunerava os Párocos, delas e destes valia-se o Estado também para atuação não eclesiástica, como no caso de alguns pontos do Juízo de Paz.

Ao tratar do Poder Judiciário, a Constituição Política do Império (1824) impôs que processo algum teria início sem que antes se intentasse a reconciliação das partes, perante autoridades por isso intituladas Juizes de Paz, que após a implementação da norma distribuíram-se pelas freguesias, com várias atribuições. Escreve Fernando H. Mendes de Almeida:

“A categoria dos Juizes de Paz, hoje quase adstrita à celebração de casamentos, teve sua jurisdição até mesmo na República. Foi criada pela Lei de 15 de outubro de 1827, para as freguesias, a qual não somente lhes apontou as funções, como foi, em tal parte, complementada pelo Decreto de 29 de setembro de 1829.

As escriturarias de Paz foram criadas pela Carta de Lei de 30 de outubro de 1830. Não tinham, porém, elas as atribuições relativas ao registro dos fatos da vida civil, afetos que se achavam estes à incumbência dos párocos. O registro civil das pessoas naturais foi instituído pela Lei nº 1826, de 9 de setembro de

1870, e realmente posto em prática pela Lei nº 3.316, de 11 de junho de 1887” (4).

Antes disso, ajunte-se, nos livros das Igrejas Matrizes é que constavam os assentos de nascimento, casamento e óbito. Lavrá-los e certificá-los eram atribuições dos Párocos, ou Vigários, como também eram conhecidos os titulares das freguesias, os quais em regra percebiam cômgrua paga pela Fazenda Real.

Os Juizes de Paz jurisdicionavam distritos marcados nas paróquias, vê-se ainda que os Párocos exerciam funções de interesse também civil, e é de notar que em muitas vezes eram submetidos a ônus e encargos sem nenhum liame com o ministério religioso, a exemplo das tarefas que tiveram quando da promulgação da Lei de Terras.

No meado do século XIX declarou-se a necessidade do conhecimento pormenorizado da situação jurídica do solo, pelo que surgiu a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que tratou das terras devolutas do Império, das sesmarias sem efeito por descumprimento das condições legais por seus beneficiários, bem como das posses mansas e pacíficas, para que, medidas e demarcadas aquelas, pudessem ser transferidas, mediante recebimento de seu preço, para empresas particulares e estabelecimentos destinados a colônias nacionais e à colonização estrangeira.

Dentre as medidas para a consecução desses objetivos e ante a necessidade de fixação prévia do que era de domínio público e do que era de domínio particular, ficou determinado, pelo artigo 13, *organizar por freguesias o registro das terras possuídas, sobre as declarações feitas pelos respectivos possuidores*, formando-se então, conquanto sem as características do complexo registral de imóveis de nossos dias, amplo arrolamento fundiário da Nação. O governo valeu-se de todas as freguesias do Império, e os respectivos Párocos tiveram o encargo de acolher as declarações e registrá-las.

As autoridades serviam-se das paróquias para fins administrativos civis e para efetivá-los obrigavam os Párocos, seus regedores, que se assemelhavam a funcionários estatais.

Vulgarmente conhecido como Registro do Vigário, assim se fez o chamado Registro Paroquial.

Em matéria eleitoral, para citar mais um exemplo entre tantos, ressaltava-se o papel das paróquias e dos Párocos.

A Constituição Imperial adotou a eleição indireta, obedecidas as condições que estabeleceu, para membros da Câmara dos Deputados e membros da Câmara dos Senadores ou Senado, integrantes da Assembléia Geral (hoje Congresso Nacional) e para membros dos Conselhos Gerais das Províncias, após substituídos pelas Assembléias Legislativas Provinciais (hoje Estaduais).

Eram sufragados pelos eleitores de Província, e estes pelas *Assembléias Paroquiais*, formadas pela massa dos cidadãos para tal qualificados.

Para coadjuvarem a realização das *Assembléias Primárias de Paróquia* eram designados os Párocos, cumprindo-lhes seguir as ordens e instruções das autoridades civis.

A Constituição foi promulgada em 25 de março de 1824, e poucos meses após o Senado da Câmara de São Paulo já determinava ao Escrivão Benedito de Toledo “oficiasse a todos os senhores reverendos párocos das freguesias do seu termo, que para cumprir o seu dever, instruções, e ordens para a eleição das câmaras de deputados, de senadores, e dos membros dos Conselhos Gerais das Províncias, que se há de principiar sem demora por eleições paroquiais de eleitores se faz preciso, que quanto antes e com brevidade possível, transmitam a este Senado certidão por onde conste o número certo de fogos das suas respectivas freguesias, para poder designar o número de eleitores a cada uma, fazendo ao mesmo tempo (segundo as instruções) afixar nas portas das suas igrejas editais para onde conste o número de fogos das mesmas” (5), ainda ficando a cargo daqueles sacerdotes outras diligências para oportuno cumprimento, como a prestação de esclarecimentos aos eleitores e a preparação das suas Matrizes.

A freguesia alicerçava o sistema.

Não se poderia encerrar o exame que se fez de alguns de seus antigos aspectos sem observar que em regra uma povoação era elevada a freguesia antes que o fosse a vila (município), e esta, uma vez criada, passava a abranger aquela, conservando-lhe todavia o predicamento.

Embora não poucos povoados tenham alcançado diretamente a autonomia local, de ordinário a freguesia funcionava como etapa no processo genético das municipalidades brasileiras.

Foram numerosas as freguesias estabelecidas em São Paulo sob o regime do Padroado.

A primeira não se constituiu senão bem depois da outorga do foral de vila ao povoado espartador da colonização do Planalto de Piratininga e da transferência da gente de Santo André da Borda do Campo para o entorno do Colégio. Parece que bastava a assistência dos jesuítas. “Os moradores desta vila não têm outros nenhuns vigários ou sacerdotes, cujo ministério suprem os nossos, com toda a eficiência”, escreveu Anchieta ao Padre Cláudio Acquaviva, Geral da Companhia de Jesus, em 1584, informação que se põe acorde com uma referência da Câmara e do povo agradecidos ao *mosteiro* loyolista (*uma cousa das melhores que há nesta terra por razão do muito fruto que faz*), lançada em ofício a Estácio de Sá vinte anos antes.

Mas de quando em quando se cogitava da obtenção do predicamento de freguesia, afinal concretizada, com a subsequente presença do Padre Lourenço Dias Machado na Câmara, em 1591, a fim de cientificá-la de sua nomeação para Vigário.

A paróquia recém-instituída foi consagrada a Nossa Senhora da Assunção e posta sob o patrocínio de São Paulo, invocações tão acolhidas pelo sentimento geral que se confirmaram em documento exarado em 1611 por D. Mateus da Costa Aborim, Bispo do Rio de Janeiro, e a partir de 1745, por causa da Sé da diocese então criada, ficou conhecida como freguesia de Nossa Senhora da Assunção da Sé, e mais comumente freguesia da Sé.

Com a expansão populacional para todos os pontos, distanciados do núcleo paroquial, surgiram capelas filiais da Matriz que propiciaram a formação de novas freguesias, das quais por sua vez se tornaram Igrejas Matrizes, mencionadas pelo Padre Manoel José Vaz ao tempo da instalação e organização do Bispado paulista. Foram as de Nossa Senhora do Desterro (Juqueri), São João de Atibaia, Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, Santo Amaro, São Roque e Nossa Senhora do Monte Serrate (Cotia), as quais, depois de contempladas com o predicamento paroquial, acabaram desmembradas do território paulistano porque conduzidas à categoria de vilas.

Mais tarde, uma relação da época do Bispo D. Frei Manuel da Ressurreição, datada de 1777, narra que a cidade de São Paulo, abrangidos os subúrbios, tinha uma só freguesia, a da Sé, que era a mais povoada das cinquenta e nove paróquias da diocese e contava até sete léguas em algumas direções.

Ao aproximar-se o final do século, apontavam-se dificuldades para a conveniente assistência aos moradores disseminados pela imensa área, razão por que foi decretada a sua tripartição, com a instituição de mais duas freguesias, a de Nossa Senhora da Penha de França e a de Nossa Senhora do Ó, desmembradas da freguesia de Nossa Senhora da Assunção da Sé, pelo Alvará Régio de 15 de setembro de 1796:

“Eu, a Rainha, como Governadora – Faço saber a Vós Reverendo Bispo de São Paulo do Meu Conselho, que em Consulta do Meu Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens me foi presente a representação, que me fizestes, sobre a extensão que compreende a Freguesia da Sé desse Bispado de sete léguas por uma parte, e quatro por outra, compondo-se de perto de onze mil pessoas, de confissão, das quais morriam muitas sem sacramento, por não poder o Cura administrar-lhes a tempo em tão grande distância. Pedindo-me fosse servida conceder-vos faculdade para dividir a Freguesia da Sé, ficando competindo uma parte, e reconstituindo as outras duas, uma no Bairro de N. Senhora do Ó, que fica além do Rio Tietê, outra em N. Senhora da Penha até o Bairro do Pilar, que

é a parte mais remota da Catedral, e que aos Párocos destas assinasse cômgrua pela Minha Real Fazenda. E visto o parecer do Meu Tribunal e resposta do Procurador Geral das Ordens: Hei por bem conceder-vos faculdade para dividir em três a sobredita Freguesia, ficando uma na Sé, outra no Bairro de N. Senhora do Ó, além do Rio Tietê, e a terceira em N. Senhora da Penha até o Bairro do Pilar, cuja faculdade vos concedo somente para a dita Freguesia, e não para outra, que não podereis sem licença Minha como Grão Mestra, a quem privativamente compete esta jurisdição; na carta desta Divisão do Curato e Freguesia da Sé sereis obrigado a fazer incorporar este Alvará, o qual mandareis também registrar na Vossa Câmara Episcopal para guarda, conservação do Direito da dita Ordem. Os Vigários das duas Freguesias novamente criadas e divididas do Curato da Sé na forma referida terão cômgrua anual de duzentos mil réis pagos pela Minha Real Fazenda dessa Capitania, e serão apresentados por Mim, como são e devem ser indistintamente os Párocos de todas as Igrejas desse Bispado e este Alvará se cumprirá sendo passado pela Chancelaria da Ordem. E se passou por duas vias, de que uma só tem efeito. Lisboa-15 setembro 1796. O Príncipe- e Conde de Val de Rios, Presidente.”

Em consonância com direitos oriundos do Padroado, observe-se que o Alvará dispõe que os Vigários, ou Párocos, das duas novas freguesias receberiam cômgrua da Fazenda Real, a efetuar-se, no caso, pelo erário da Capitania de São Paulo, e assim era com referência a todos os Párocos do Bispado, igualáveis que eram a funcionários públicos. E sublinhe-se a advertência contida no texto documental de que a jurisdição exclusiva a respeito da criação de freguesias e de apresentação de seus Párocos pertencia a S. Majestade, como Soberana e como autoridade suprema da Ordem de Cristo.

A Rainha D. Maria I, todavia, em consequência de enfermidade mental fora arredada dos negócios do Reino em 1792, pelo que desde esse ano os papéis públicos emanados de atos reais, como o Alvará transcrito, têm a assinatura do Príncipe, elevado ao trono mais tarde como D. João VI, depois de haver exercido a Regência.

Em 21 de abril de 1809, no exercício da Regência, a que fora elevado em 1799, D. João deu o predicamento de freguesia ao povoado em que a Irmandade de Santa Ifigênia e Santo Elesbão construíra a sua Capela (até 1801 tivera abrigo na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos).

O Príncipe-Regente instituiu a nova paróquia sob o patrocínio de Nossa Senhora da Conceição de Santa Ifigênia.

Seguiu-se a criação da freguesia do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, na paragem de José Brás (atual Brás), ainda sob o Padroado, por decisão de D. João VI, agora Rei e Grão-Mestre da Ordem de Cristo em sucessão a sua falecida mãe D. Maria I.

Criou-a nos termos do Alvará datado de 8 de junho de 1818, no Rio de Janeiro:

“Hei por bem Erigir em Freguesia Colada a Capela do Senhor Bom Jesus dos “Matozinhos”, Filial da Freguesia da Penha de França do Bispado de São Paulo, desmembrando desta Freguesia e da Sé o território, que lhe há de ficar pertencendo pelo que mando ao Revmo. Bispo de São Paulo do meu conselho designe a esta nova Freguesia os limites que forem mais convenientes. Este se cumprirá, como nele se contém, sendo registado nos Livros da Câmara do Bispado de São Paulo e nos da nova Freguesia, e das que com ela fiquem confinando – Rio de Janeiro, 8 de junho de 1818. Rei”(6).

Passado pouco tempo, não mais se procedeu à instituição de paróquias por Alvará Régio.

A Independência do Brasil não acarretou a separação entre o Estado e a Igreja. A Constituição Política de 1824 dispôs que *a Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império* (artigo 5º), e mandou que o Imperador antes da aclamação e os Conselheiros de Estado antes da posse prestassem o juramento de defendê-la, solenidade que traz à memória o grande fundamento do Padroado. É emanação deste o disposto no artigo 102, que estabeleceu como uma das *principais atribuições* do Imperador a seguinte: *Nomear Bispos e prover os Benefícios Eclesiásticos* (inciso II).

Mas o Ato Adicional de 1834, no artigo 10, parágrafo 1º, atribuiu às Assembléias Legislativas Provinciais a competência sobre divisão eclesiástica, o que não diminuiu os direitos da Coroa inerentes ao Padroado. Apenas se alterou, com a anuência tácita do Imperador e por modernização das instituições, o exercício de um direito, não a sua substância.

Foi na vigência do Ato Adicional de 1834 que a povoação formada em torno da Ermida de Nossa Senhora da Consolação recebeu a qualidade de freguesia, confinante com as paróquias da Sé, Santa Ifigênia e Nossa Senhora do Ó e com as vilas de Cotia e Santo Amaro, por força da Lei Provincial nº 33, de 23 de março de 1870, sancionada pelo Juiz de Direito Antônio Cândido da Rocha, Presidente da Província.

As freguesias percorridas – Nossa Senhora da Assunção da Sé, Nossa Senhora da Penha de França, Nossa Senhora da Expectação do Ó, Nossa Senhora da Conceição de Santa Ifigênia, Senhor Bom Jesus de Matosinhos do Brás, Nossa Senhora da Consolação e São João Batista – são as que, surgidas ao tempo do Padroado e existentes em São Paulo quando do advento da República (7), ainda permanecem, embora fundamente reformadas, nos chãos paulistanos.

Resta acrescentar ao rol a de Santana, com área envolvente da Capela de Santa Cruz, das terras de Pedro Doler e da fazenda do Bispo, e com o lado

perlongante do rio Tietê traçado do porto da Barra Funda à Ponte Grande e desta à foz do ribeirão Cabuçu do Guapira, na divisa da Conceição dos Guarulhos.

Estabeleceu-a a Lei Provincial nº 99, de 4 de abril de 1889, sancionada pelo Presidente Pedro Vicente de Azevedo, porém não teve as características que se examinaram, a não ser um pouco além do próprio ato que lhe deu existência, a saber, provindo de autoridade civil em matéria eclesial.

É que se chegava às portas de novo regime político.

Veio a República e com ela veio a separação entre a Igreja e o Estado, não obstante o disposto no Decreto nº 7, de 20 de novembro de 1889, que atribuiu aos Governadores a competência para a divisão civil, judiciária e eclesiástica dos Estados. Ponto capital do ideário republicano a laicização da coisa pública, foi indevida essa ingerência em divisão eclesiástica, só possível no vigor do Padroado.

O equívoco não teve conseqüências. O Decreto nº119-A, de 7 de janeiro de 1890, que ditou a separação, seguindo o projeto de Rui Barbosa e precedendo a primeira Constituição republicana neste passo fundamental, em seu artigo 4º foi breve e peremptório:

Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas.

A esfera religiosa desamarrou-se da esfera civil, e esta manteve os *distritos de paz* ou simplesmente *distritos*, qual sucedâneo, no que coubesse, da parte não eclesiástica, isto é, os da Sé (correspondente ao Norte da Sé), Liberdade (correspondente ao Sul da Sé), Penha de França, Nossa Senhora do Ó, Santa Ifigênia, Brás, Consolação e Santana (8), remanescentes civis daquelas paróquias ou freguesias paulistanas que surgiram nos tempos monárquicos e ainda subsistem no município de São Paulo, mas sem nenhum liame estatal e fiéis à sua natureza.

(1) Em *As Freguesias do Rio Antigo Vistas por Noronha Santos*, Edições O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1965, pág. 7.

(2) Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, tomo I, 10ª edição, Edições Melhoramentos, São Paulo 1978, págs. 254-255.

(3) Cf. *Documentos Avulsos*, vol. III, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1953, págs. 43-44 e 12.

Estava-se no reinado de D. Maria I, e apesar da *Viradeira* ainda se exercia sobre a Igreja a mesma força do tempo de Pombal.

E o Padroado nunca se aplicou de modo uniforme, devido a circunstâncias de época e lugar e à sua constante submissão a tendenciosidades, corruptelas e conflitos políticos e filosóficos.

(4) “Observações Finais”, em *Ordenações Filipinas*, vol.1º, Edições Saraiva, São Paulo, 1957, pág. 558.

(5) *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*, Arquivo Municipal de São Paulo, vol. XVII, 1922, págs. 487-489.

(6) Quanto aos Alvarás Régios de 15 de setembro de 1796 e 8 de junho de 1818, valemo-nos de transcrições de Mons. Paulo Florêncio da Silveira Camargo, *A Igreja na História de São Paulo*, vol. 5º, 1953, págs. 174-175 e 333, respectivamente.

(7) As denominações mencionadas são as que tinham curso na ocasião. Ainda vigoram, algumas com modificações e variantes, que todavia não as invalidam.

(8) Mas depois todos vieram a ser subdistritos do distrito de São Paulo.

A propósito da coroação de Aparecida

Armando Alexandre dos Santos

No dia 8 de setembro do corrente ano de 1904, a imagem milagrosa de Nossa Senhora da Conceição Aparecida foi solenemente coroada pelo Cardeal Eugênio de Araújo Sales, legado especial do Papa João Paulo II, e pelo Arcebispo de Aparecida, Dom Raymundo Damasceno Assis, na presença do Núncio Apóstólico, Dom Lorenzo Baldisseri, de numerosos arcebispos e bispos, do governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alkmin, de autoridades e de numeroso público. O fato recebeu razoável cobertura dos meios de comunicação social de todo o Brasil.

A cerimônia, na qual foi lida uma mensagem especial do Sumo Pontífice (1), evocou e reafirmou análoga coroação realizada há precisamente um século, quando o então Bispo de São Paulo, Dom José de Camargo Barros, coroou a imagem da Aparecida como Rainha do Brasil, por mandado do Papa São Pio X (1903-1914).

Todos os documentos emitidos por autoridades eclesiásticas a respeito da re-coroação da Imagem realçaram, como era compreensível, o fato de se estar agora refazendo um ato de elevado significado simbólico ocorrido há 100 anos, e lembraram também que o ato de 1904 se fez no cinquentenário da proclamação do Dogma da Imaculada Conceição, realizado pelo Beato Papa Pio IX em 1854.

Nenhum desses documentos, porém, fez sequer alusão a um fato histórico quase completamente esquecido entre nós: é que o patrocínio

oficial e a realeza de Nossa Senhora da Conceição sobre o Brasil não tiveram início em 1904, mas são muito anteriores.

Aludimos a um episódio ocorrido em Lisboa, no dia 25 de março de 1646, quando Portugal se consagrou solenemente a Nossa Senhora da Conceição, tomando-a por Padroeira e especial intercessora junto ao trono de Deus. Em sinal de tributo e vassalagem, o Reino se comprometeu a pagar todos os anos, a sua celeste Senhora, cinquenta cruzados de ouro, a serem entregues à Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, por ser a primeira erigida na Península Ibérica com essa invocação (2).

A consagração de 1646 teve considerável alcance político na sua época -- no contexto da Guerra da Restauração (1640-1668) -- e, do ponto de vista religioso, marcou profundamente a História de Portugal. Desde então, nunca mais os reis lusos puseram a coroa na cabeça, porque sempre se entendeu que a legítima Soberana de Portugal e seus domínios era Nossa Senhora. A tradição acabou por consagrar o já antigo uso de não serem coroados mas apenas aclamados os reis, e de no ato da aclamação figurar sempre a coroa sobre uma almofada, ao lado do monarca, significando que este era tão-só lugar-tenente e representante da verdadeira Rainha, que era a Padroeira.

O Brasil, que em 1646 constituía parte integrante e destacada do Império luso (3), também foi evidentemente consagrado a Nossa Senhora da Conceição, e sob seu padroado viveu quase dois séculos unido à Mãe-Pátria lusa. Mais tarde, quando, no primeiro quartel do século XIX, separou-se politicamente de Portugal, o Brasil teve o bom senso de fazê-lo de modo não traumático, sem romper com todo o glorioso passado comum, mas conservando dele a Dinastia de Bragança, a Fé Católica Apostólica Romana e a mesma Padroeira.

Com efeito, foi também à Imaculada Conceição -- sob o título de Nossa Senhora da Conceição Aparecida -- que desde seus primórdios de nação emancipada, o Brasil se quis devotar.

É digno de nota que no dia 22 de agosto de 1822, 16 dias antes do 7 de setembro, o Príncipe Regente D. Pedro esteve rezando em Aparecida, e prometeu consagrar o Brasil a Nossa Senhora da Conceição, caso chegasse a bom termo a crise política que então se verificava. Uma placa, na fachada da Basílica Velha de Aparecida, relembra essa visita (4).

Em 1868 estiveram em Aparecida a Princesa Imperial D. Isabel e seu esposo, o Conde d'Eu. Em 1884 lá voltaram ambos, acompanhados dos seus três filhos, D. Pedro de Alcântara, D. Luiz e D. Antonio. A Princesa ofereceu a Nossa Senhora, na ocasião, uma coroa de ouro cravejada de 40 brilhantes. Essa mesma coroa serviria, a 8 de setembro de 1904, para a coroação solene da Imagem (5).

A 16 de julho de 1930, atendendo a uma solicitação do Episcopado Brasileiro, o Papa Pio XI declarou Nossa Senhora Aparecida, oficialmente, Padroeira Principal do Brasil (6).

E no dia 31 de maio de 1931, no Rio de Janeiro, então Capital Federal, o Cardeal Sebastião Leme leu a fórmula de consagração do Brasil a sua Padroeira, diante de todo o Episcopado, de autoridades civis e militares, do corpo diplomático e de muitos milhares de fiéis (7).

Tentaremos a seguir resgatar do esquecimento a consagração de 1646, recordando em breves traços como ela se procedeu.

* * *

Restaurada a independência do Reino a 1º de Dezembro de 1640, sete dias depois se celebrou a Festa da Imaculada, na Capela Real, com o máximo esplendor, por ordem do Rei D. João IV.

Pregou o franciscano Fr. João de São Bernardino, que julgou a ocasião oportuna para sugerir que o Reino erguesse um monumento imorredouro em louvor de Maria Imaculada. Depois de falar da proteção que Nossa Senhora tinha reservada para dispensar a Portugal e ao monarca ali presente, nas aflições e lutas futuras, concluiu: *"Seja assim, Senhora, e eu vos prometo em nome de todo este reino que ele agradecido levante um troféu a vossa Imaculada Conceição, que vencendo os séculos, seja eterno monumento da restauração de Portugal"* (8).

Que troféu seria esse? A semente lançada pelo religioso franciscano caiu em terra fértil e germinaria na consagração do Reino a Nossa Senhora da Conceição. Ao que parece, a primeira pessoa que explicitamente recomendou ao Rei que consagrasse o Reino a Nossa Senhora da Conceição foi o jesuíta Pe. Nuno da Cunha, irmão do Bispo de Elvas e Capelão-Mor de D. João IV, D. Manuel da Cunha.

Em carta de 26 de dezembro de 1644, após cumprimentar o monarca pela vitória obtida pelas armas lusas contra as chefiadas pelo Marquês de Torrecusa, defronte à cidade de Elvas, o religioso lembrava já ter anteriormente entregue ao soberano um memorial em que sugeria que fosse tomada a Virgem Imaculada por especial Padroeira do Reino:

"... O dia antes de me partir dessa terra, beijando a mão a Vossa Majestade, dei um memorial sobre tomar por protetora e padroeira deste Reino a Conceição da Virgem Senhora Nossa. Disto dou a Vossa Majestade uma e muitas vezes os parabéns, e da sua parte, sem ser profeta, prometo a Vossa Majestade grandes favores do céu, debaixo de seu amparo. No mesmo memorial, disse a Vossa Majestade se lembrasse de assim como restituíra a S. Bernardo o que lhe deu o gloriosíssimo Rei D. Afonso Henriques [referia-se ao fato de D. João IV ter restituído, dois

anos antes, aos Monges de Alcobaça, certas terras que lhes haviam sido usurpadas], *restituir a Nossa Senhora o reconhecimento que ele prometeu ter este Reino sempre a Nossa Senhora de Claraval; e porque o estar em Reino estranho poderá ter seu inconveniente, lembro a Vossa Majestade de que será de grande glória da mesma Senhora que Vossa Majestade lhe restitua o tributo que aquele Santo Rei lhe prometeu* [referia-se ao preito de vassalagem que, segundo antiqüíssima tradição, D. Afonso Henriques fizera a Santa Maria de Claraval, ainda em tempos de São Bernardo], *ou em Nossa Senhora de Loreto, que por ser aonde viveu a Senhora é venerada e honrada com dons de todos os Reis Cristãos, ou a Nossa Senhora de Cárquere neste Reino, que é aquela que, nascendo o Santo Rei D. Afonso Henriques com os pés torcidos, lhos sarou sendo menino. Porá Vossa Majestade com isto o selo a sua piedade e ficará com grande penhor de ser favorecido da mãe de Deus que guarde a Real pessoa de Vossa Majestade. Coimbra, 26 de Dezembro 1644. Nuno da Cunha" (9).*

D. João IV, com efeito, proclamou Nossa Senhora da Conceição Padroeira do Reino, e jurou defender até à morte o insigne privilégio da Mãe de Deus, conforme se lê na provisão régia de 25 de março de 1646, a qual no mesmo dia foi lida pelo secretário de Estado Pedro Vieira da Silva e foi repetida, em voz alta, pelo Rei, ajoelhado na capela real dos Paços da Ribeira. Também juraram o Príncipe D. Teodósio, os representantes da Nobreza, os do Terceiro Estado e os cinco Bispos presentes.

Dizia, a certa altura, o importante documento:

"Assentamos de tomar por padroeira de nossos Reinos e Senhorios a Santíssima Virgem nossa Senhora da Conceição, na forma dos Breves do SANTO PADRE Urbano 8º, obrigando-me a haver confirmação da Santa Sé Apostólica, e lhe ofereço de novo em meu nome e do Príncipe Dom

Teodósio meu sobre todos muito amado e prezado filho, e de todos os meus descendentes, sucessores, Reinos, Senhorios, e Vassallos, a sua Santa Casa da Conceição sita em Vila Viçosa, por ser a primeira que houve em Espanha desta invocação, cinqüenta cruzados de ouro em cada um ano em sinal de Tributo e Vassalagem: E da mesma maneira prometemos e juramos com o Príncipe e Estados, de confessar e defender sempre (até dar a vida sendo necessário) que a Virgem Maria Mãe de Deus, foi concebida sem pecado original (...) salvando porém este juramento no Caso em que a mesma Santa Igreja resolva o Contrário (10), esperando com grande confiança na infinita misericórdia de Deus nosso Senhor, que por meio desta senhora padroeira e protetora de nossos Reinos e Senhorios, de quem, por honra nossa, nos confessamos, e reconhecemos Vassallos e tributários, nos ampare e defenda de nossos inimigos, com grandes acrescentamentos destes Reinos, para glória de Cristo nosso Deus, exaltação da nossa Santa Fé Católica Romana, conversão das gentes, e redução dos hereges.

"E se alguma pessoa intentar cousa alguma contra esta nossa promessa, juramento, e vassalagem, por este mesmo efeito, sendo vassallo, o havemos por não natural, e queremos que seja logo lançado fora do Reino; E se for Rei (o que Deus não permita) haja a sua e nossa maldição, e não se conte entre nossos descendentes: esperando que pelo mesmo Deus que nos deu o Reino e subiu à dignidade Real, seja dela abatido e despojado" (11).

Impressiona, no texto dessa provisão, a maldição severíssima contra o rei que violasse tão sagrado juramento. Ela bem denota a seriedade com que D. João IV entendia o que estava fazendo.

Por outro lado, edifica a submissão prévia protestada junto à Cátedra de São Pedro, caso esta resolvesse o contrário daquilo pelo que o monarca estava disposto a dar a vida: bastaria o Romano Pontífice ensinar doutrina diferente, e docilmente se obedeceria àquele que Santa Catarina de Siena chamava "*o doce Cristo na Terra*".

A consagração de 1646 revestiu-se de um carácter oficial como maior não poderia ter. Pelos usos e costumes da época, bastaria que a fizesse o Rei, por si e pelo Reino; mas D. João IV quis que também jurasse seu sucessor, o Príncipe D. Teodósio (o qual infelizmente morreria cedo e não chegaria a reinar); e isso na presença das Cortes, também jurando os representantes de toda a Nação. Mas D. João IV não se contentou com isso, e quis ademais, como veremos, que a consagração fosse posteriormente endossada pelas Câmaras e pelo Clero das várias municipalidades, e que depois o próprio Papa, enquanto representante de Nosso Senhor Jesus Cristo na Terra, a confirmasse.

Por que teria querido o monarca dar à consagração um carácter tão minuciosamente oficial? Em missiva muito posterior, enviada em 1717 à Universidade de Coimbra, D. João V se referiu a uma carta que seu avô havia mandado em 6 de dezembro de 1644 à mesma Universidade, avisando ter resolvido que todas as cidades, vilas e lugares do Reino tomassem por Padroeira Nossa Senhora da Conceição. Tal carta era inteiramente desconhecida, até que o Pe. Domingos Maurício S.J., encontrou na Biblioteca da Ajuda o respectivo teor, embora sem referência dos destinatários nem indicação cronológica:

"Tenho entendido que Sua Santidade tem passado um Breve, em que declara os santos que se hão de guardar em cada Reino e cidade: e que, entre as festas de N. Senhora, que ordena se guardem, não entra sua

Imaculada Conceição. E, porque eu desejo que esta festa da Senhora em particular seja celebrada, como merece, me advertiram que a podia fazer mais solene tomando esta invocação da Senhora por padroeira especial deste Reino: com que ele ficará mais seguro com a proteção da Senhora e a mesma Senhora mais obrigada a tomá-lo particularmente debaixo de seu amparo, pois já todas as Séis deste Reino são dedicadas a sua gloriosa Assunção. E assim me pareceu encomendar, como faço aos mais Prelados e Cabidos, que nessa sé, na conformidade do mesmo Breve, façais tomar assento para que uniformemente se guarde em todo o Reino, e do que assi assentardes me avisareis" (12).

Essa carta, enviada a todos os Prelados e Colegiadas do Reino e também, naturalmente com as necessárias adaptações, à Universidade de Coimbra, estaria na raiz de todo o movimento que culminou na consagração de 1646. Ela se ligava a um decreto da Sagrada Congregação dos Ritos, publicado a 23 de março de 1630, durante o pontificado de Urbano VIII, exigindo que para um santo ser constituído padroeiro de determinado reino, sua escolha, depois de feita pelos órgãos representativos habituais do reino, fosse assentida pelo clero e pelos bispos e fosse, ademais, confirmada pela Santa Sé. Pelas normas litúrgicas em vigor, a festa do padroeiro principal era de primeira classe para toda a nação, província ou lugar de que se tratava, sendo festa de preceito e comemorada com oitava.

A carta régia ligava-se ainda a outro documento pontifício, mais próximo, ao qual, aliás, se refere explicitamente. Trata-se da bula *Universa per Orbem*, de 13 de setembro de 1642, que fixava 36 festas de preceito para toda a Igreja, não mencionando entre elas a da Imaculada Conceição.

À vista disso, fica patente que o monarca tinha intenção de que Nossa Senhora da Conceição fosse proclamada Padroeira com absolutamente todas as formalidades de praxe, para que o Sumo Pontífice a confirmasse e, dessa forma, a festa da Imaculada Conceição pudesse ser celebrada, em todo o Império luso, com o maior esplendor. O caminho era longo e tortuoso, mas chegou, como veremos, a bom termo.

No tocante à aprovação das Câmaras e do Clero das várias vilas e cidades do Reino, condição necessária para que Roma aprovasse a eleição da Padroeira, já em 11 de setembro do mesmo ano se providenciou. Nessa data, com efeito, foram expedidas cartas aos Juizes, Vereadores e Procuradores da Câmaras do Reino, para que todos ratificassem, juntamente com o Clero dos respectivos locais, a eleição da Padroeira -- o que efetivamente se realizou.

Apenas como exemplo, veja-se o documento relativo a tal ratificação e juramento pela cidade de Braga:

"Nós, Dignidades, Cônegos e Cabido da Santa Sé de Braga, Primaz das Espanhas, sede vacante; e mais clero presente, com os regedores, nobreza e povo desta cidade; conformando-nos com o que Sua Majestade tem obrado, e nos encomenda e manda, segundo os Breves de Sua Santidade, em conformidade dos quais o dito senhor Rei, seguindo o exemplo dos senhores Reis deste reino, seus predecessores, tem tomado por Padroeira dos reinos e senhorios desta coroa de Portugal a Santíssima Virgem Nossa Senhora da Conceição; -- prometemos e juramos, de confessar sempre até dar a vida, se necessário for, e assim defender, que a Virgem Maria, Mãe de Deus, foi concebida sem pecado original...." (13). Desde a consagração de 1646, como dissemos, nunca mais os reis de Portugal puseram a coroa sobre a cabeça. Embora a

provisão real de 25 de março de 1646 não dissesse explicitamente que Nossa Senhora era Rainha de Portugal, sempre se entendeu assim pacificamente, e sobre esse ponto nunca pairou a menor dúvida.

Outro capítulo digno de nota na mesma quadra histórica foi o relativo ao juramento imaculista da Universidade de Coimbra.

Em 17 de janeiro de 1646, o Rei determinou formalmente que os lentes e estudantes da Universidade prestassem o juramento de defender a Imaculada Conceição. Evidentemente, ninguém poderia ser coagido a prestar um juramento, pois sob coação qualquer juramento é inválido. Mas o Rei podia impor o juramento como condição -- e efetivamente impôs -- para a concessão de graus acadêmicos na Universidade. Ninguém era obrigado a jurar; mas os que não quisessem fazê-lo deveriam ir estudar ou ensinar em outra parte.

Já anteriormente o monarca manifestara à Universidade seu desejo de que se prestasse tal juramento, mas encontrara resistência por parte de alguns catedráticos, que responderam com longo memorial, expondo as razões pelas quais lhes parecia que não devia ser prestado o juramento. Desta vez, o monarca, baseado em douto parecer de Frei Manuel da Esperança, que rebateu brilhantemente as objeções levantadas pelos catedráticos, sustentou a posição e fez prevalecer sua vontade. A cerimônia de juramento se realizou com grande brilho no dia 28 de julho de 1646 (14).

Assim reza o Auto desse juramento:

"Puríssima Virgem Senhora nossa, Santíssima Mãe de Deus e Rainha dos Céus, esta insigne Universidade, vossa mui devota, humilde e afeiçoada, oferecida e dedicada a vosso serviço, reconhecendo sempre por vosso particular favor e intercessão, o aumento e perfeição a que tem

subido desde seus princípios: e movida hoje da grande piedade e santo zelo do sereníssimo Rei Dom João o 4º nosso senhor: e da devoção particular a vossa inefável e nunca maculada conceição, não contente com ensinar, defender, e ter para si esta sentença mais pia, desde que foi fundada, hoje o manifesta com este ato solene de juramento por mostrar a grande devoção e obrigação que vos tem: e o que sente da pureza de vossa Santíssima Conceição com a solenidade deste sagrado e ditoso dia. E assim, Senhora, juntos aqui todos em um corpo de toda esta insigne Universidade votamos, prometemos, e juramos firmemente de nossa Livre vontade, a Deus todo poderoso: e a Vós santíssima e gloriosíssima Virgem Maria Mãe sua, de defender, ler, pregar, e ensinar pública e particularmente que Vós, Virgem bem-aventurada, santa, Imaculada, e Bendita entre todas as mulheres fostes preservada por singular privilégio da mácula do pecado original, de que vos livrou a Graça divina, santificando-vos desde o ditoso instante de vossa puríssima Conceição. E para que com mais certo e durável sucesso este nosso voto se confirme, fazemos Lei, e estatuto (atento à ordem de S. Majestade) que valha, e tenha força para sempre, que em nenhum tempo seja admitido aos graus desta Universidade o que não fizer o mesmo juramento, obrigando-se a defender pública e particularmente esta sentença e voto. E todos prostrados humildemente diante de vossa sagrada Imagem, vos fazemos esta promessa, assim Deus nos ajude e estes santos Evangelhos" (15).

Em 1648, D. João IV decidiu cunhar moedas de ouro e prata, com os valores de, respectivamente, doze mil réis e seis tostões, e mandou vir da França, expressamente para cunhá-las, um artista de nome Antoine Ruitier. Com tais moedas foi pago o primeiro tributo a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Elas tiveram o nome corrente de *Conceição* e

circularam em 1651. Tinham numa das faces a imagem clássica de Nossa Senhora da Conceição com os pés sobre a meia lua e o globo terrestre, e coroada de sete estrelas; em volta da imagem, figuravam alguns símbolos bíblicos de Nossa Senhora (o sol, o espelho sem mancha, o jardim fechado, a casa de ouro, a fonte selada, a Arca da Aliança); ademais, as palavras *"TVTELARIS REGNI"* (Protetora do Reino) e o ano de 1648; na outra face, a legenda *"JOANNES IIII D. G. PORTUGALIAE ET ALGARBIAE REX"* (João IV, pela graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve), a Cruz de Cristo e as armas do Reino. Em fins do século XVII, já no reinado de D. Pedro II, foram novamente cunhadas as mesmas moedas, mas apenas com intuito comemorativo, sem que se destinassem à circulação como dinheiro. Em fins do século XIX, no reinado de D. Carlos I, novamente se cunharam tais moedas, utilizando os mesmos primitivos cunhos. E em 1946, por ocasião do terceiro centenário da proclamação de Nossa Senhora Padroeira do Reino, novamente se reproduziram comemorativamente as moedas (16).

Em 1654, D. João IV quis perpetuar de outra forma a devoção de Portugal à Padroeira. E, atendendo a uma sugestão que lhe fizera Fr. Antonio das Chagas, da Ordem franciscana, escreveu às Câmaras de Vereadores do Reino, ordenando que sobre as portas de todas as cidades e vilas fosse afixada uma lápide alusiva à consagração de 1646:

"Juiz, Vereadores e Procuradores da Câmara de ... Eu El-Rei vos envio muito saudar. Para que seja mais notória a obrigação que eu e todos meus Vassallos temos de defender que A Virgem Senhora Nossa foi concebida sem pecado original: Houve por bem resolver que em todas as portas e entradas das cidades, Vilas e lugares de meus Reinos se ponha em uma pedra bem lavrada, a inscrição de que será copia com esta carta: Encomendo-vos a façais pôr nas portas e lugares dessa cidade e me

aviseis de como o tendes executado. Escrita em Alcântara a 30 de Junho de 1654. Rei" (17).

A legenda que deveria ser perpetuada em pedra foi redigida, por ordem do Rei, pelo erudito secretário de Estado Antonio de Sousa de Macedo. São os seguintes os seus dizeres, traduzidos do original latino: *"Para perpétua memória, D. João IV, Rei de Portugal, juntamente com as Cortes Gerais, se consagrou, a si e aos seus reinos, publicamente, à Imaculatíssima Conceição de Maria, com o tributo anual de um censo. E com juramento firmou que defenderia sempre que a Mãe de Deus, eleita Padroeira do Império, fora preservada da culpa original. Para que a piedade dos portugueses perenemente constasse, mandou gravar em pedra esta memória no ano de Cristo de 1646, sexto do seu reinado".*

Na cidade do Salvador, capital da América Portuguesa, foi devidamente cumprida a ordem real, e a inscrição acima foi colocada na fachada da Casa dos Governadores. Lá ficou até 1898, quando foi retirada por ocasião de uma reforma geral no edifício; a essa retirada não foi alheia a influência do laicismo então dominante.

Mas um fac-símile em bronze da antiga lápide foi solenemente recolocado no mesmo local no dia 25 de março de 1946, precisamente no dia em que se comemorava o 3º centenário da consagração feita por D. João IV -- diante de enorme multidão estimada em 80 mil pessoas (18).

* * *

Após a Restauração de 1640, durante perto de 30 anos estiveram suspensas as relações diplomáticas oficiais de Portugal com a Santa Sé. Somente quando consolidada a independência lusa -- após uma guerra longa e desigual em que Portugal triunfou graças à proteção milagrosa de

sua celeste Padroeira -- a Santa Sé oficialmente restabeleceu relações diplomáticas com Portugal.

Em 1668, já no reinado de D. Afonso VI, sendo Regente seu irmão D. Pedro (futuro Rei D. Pedro II) foi assinado, afinal, o tratado de paz com a Espanha, que reconhecia a independência de Portugal e a soberania da Casa de Bragança.

Pouco depois, restabeleciam-se relações com Roma e em 8 de maio de 1671 o Papa Clemente X confirmava solenemente, pela bula *Eximia dilectissimi*, a eleição de Nossa Senhora da Conceição como Padroeira de Portugal.

Assim se cumpria, decorrido um quarto de século, o piedoso desígnio do Monarca Restaurador.

Notas

(1) Cfr. Carta do Papa João Paulo II por ocasião do centenário da Coroação de Nossa Senhora Aparecida, em: www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/letters/2004

(2) Ver, a respeito, nosso livro *O culto de Maria Imaculada na tradição e na História de Portugal*; ver também, entre outros, Simão Pedro de Aguiã, *A Imaculada Conceição, Padroeira e Rainha de Portugal*, e Alberto Pimentel, *Historia do Culto de Nossa Senhora em Portugal*.

(3) Desde a ascensão da Dinastia de Bragança ao trono luso, em 1640, o Brasil, que já constituía a parte mais importante do império português do Ultramar, foi erigido em Principado, sendo o título de Príncipe do Brasil reservado ao herdeiro presuntivo da Coroa -- ou seja, o imediato sucessor à mesma. O primeiro Príncipe do Brasil foi D. Teodósio, que não chegou a reinar porque faleceu antes de seu pai D. João IV. E o último Príncipe do Brasil foi D. Pedro -- que usou esse título até 1815, quando da elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, e mais tarde foi nosso primeiro Imperador.

(4) Cfr. Côn. João Corrêa Machado, *Aparecida na História e na Literatura*, pp. 248-259.

(5) Cfr. Pe. Júlio Brustoloni, C.SS.R., *A Senhora da Conceição Aparecida*, p. 115.

(6) Apud Côn. João Corrêa Machado, op. cit., p. 397.

(7) Cfr. Côn. João Corrêa Machado, op. cit., pp. 398ss. Também do Exército brasileiro Nossa Senhora da Conceição foi, desde os mais remotos tempos, patrona; ver, a respeito, E. Vilhena de Moraes, *A Padroeira do Brasil*, pp. 61-79; ver também, do mesmo autor, *Alguns aspectos históricos e toponímicos da devoção de N. S. da Conceição no Brasil -- A Padroeira do Exército*, pp. 435-450. A "Canção do Soldado", verdadeiro hino do Exército, era um antigo cântico em louvor da Imaculada. Narra o General Dionísio Cerqueira, em suas memórias sobre a Guerra do Paraguai, que na véspera da Batalha de Tuiuti (23 de maio de 1866) "*ao toque de recolher, às oito da noite, todos os corpos formaram. Depois da chamada, os sargentos puxaram as companhias para a frente da bandeira, e rezou-se o terço. Algumas praças, os melhores cantores, entoaram com voz vibrante, sonora e cheia de sentimento, a velha canção do soldado brasileiro: Ó Virgem da Conceição, Maria Imaculada, vós sois a advogada dos pecadores, e a todos encheis de graça com a vossa feliz grandeza. Vós sois dos céus, princesa, e do Espírito Santo Esposa. Maria mãe de graça, mãe de misericórdia, livrai-nos do inimigo e protegei-nos à hora da morte. Amém*" (*Reminiscências da Campanha do Paraguai*, p. 155).

(8) Apud Pe. Miguel de Oliveira e Pe. Moreira das Neves, *A Padroeira de Portugal -- Notas e documentos*, p. 20.

(9) Documento divulgado em primeira mão pelo Pe. Domingos Maurício, S.J., no estudo que publicou na revista lisboeta "Brotéria", de 1946, pp. 625-649, sob o título *Iniciativa da consagração de Portugal a Nossa Senhora da Conceição*.

(10) Em meados do século XVII ainda eram muito vivas as polêmicas em torno do privilégio marial da Imaculada Conceição, havendo considerável número de teólogos que o negavam, por não conseguirem conciliá-lo com o dogma da redenção universal de todos os homens pelos méritos da Paixão de Jesus Cristo. Foi somente em 1854 que a Igreja encerrou definitivamente a questão, proclamando como dogma de fé a Imaculada Conceição. A respeito das polêmicas em torno do tema, e do lento e gradual processo de explicitação desse dogma, ver nosso livro *O Brasil sob o manto da Imaculada*.

(11) *A Padroeira de Portugal -- Notas e Documentos*, pp. 21-23.)

(12) Art. cit., p. 630.

(13) Apud Alberto Pimentel, *Historia do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, p. 255.

(14) Sobre a luta de bastidores em torno do juramento pela Universidade de Coimbra, ver Alberto Pimentel, op. cit., pp. 233-254. Ver ainda Fr. Fernando Félix Lopes, *A propósito do culto da Imaculada Conceição em Portugal*, pp. 19-83. Quando visitou a Universidade de Coimbra, em 15-5-1982, o Papa João Paulo II teve ocasião de aludir ao histórico juramento: "*É para mim um momento de grande alegria encontrar-me nesta Universidade, uma das mais antigas da Europa e intimamente ligada à ação da Igreja. Desde os seus primórdios, colocada sob a proteção de Deus e da Santíssima Virgem, assumiu, no decorrer da sua história, também um compromisso formal de defender a doutrina da Imaculada Conceição de Maria Santíssima. Sinto por isso palpitar aqui uma longa tradição de devoção mariana, elevada ao mais alto nível da cultura nacional*" ("Osservatore Romano", edição semanal em português, 23-5-1982).

(15) Apud Alberto Pimentel, op. cit., p. 250.

(16) Cfr. Pedro Batalha Reis, *O culto de Nossa Senhora da Conceição na Numismática*, pp. 620-624.

(17) Mons. Miguel de Oliveira, *Nossa Senhora na devoção dos Reis e governantes*, pp. 103-104.

(18) Cfr. C. N. Pires, *A Imaculada Conceição, suas origens em Portugal e no Brasil*.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

AGUIÃ, Simão Pedro de -- *A Imaculada Conceição, Padroeira e Rainha de Portugal*, in *A Virgem Maria, Padroeira e Rainha de Portugal e de todos os povos de língua portuguesa*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1996, pp. 105-130.

AMEAL, João -- *História de Portugal*, Livraria Tavares Martins, Porto, 2ª ed., 1942.

BRANDÃO, Frei Antonio -- *Crónica de D. Afonso Henriques*, com introdução de A. de Magalhães Basto, Livraria Civilização Editora, Porto, 1945.

BRUSTOLONI C.SS.R., Pe. Júlio -- *A Senhora da Conceição Aparecida*, Editora Santuário, Aparecida, 1979.

CARVALHEIRA, Pe. José do Vale -- *Nossa Senhora na História e devoção do povo português*, Edições Salesianas, S. Mamede de Infesta, 1988.

CASTELO BRANCO, Fernando -- *A Virgem na História Militar Portuguesa*, in *A Virgem e Portugal*, Edições Ouro, Porto, 1967, vol. I, pp. 113-143.

CERQUEIRA, General Dionísio -- *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1980.

CORRÊA MACHADO, Cônego João -- *Aparecida na História e na Literatura*, Campinas, 1983, 2ª ed., 2 vols.

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira -- *Portugal na época da Restauração*, São Paulo, 1951.

Homenagens Nacionaes a Nossa Senhora da Conceição Aparecida Padroeira do Brasil, Officinas Graphics do Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1931.

JOÃO PAULO II -- Carta do Papa João Paulo II por ocasião do centenário da Coroação de Nossa Senhora Aparecida, em :
www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/letters/2004/documents/hf_jp-ii_let_20040717_aparecida_po.html.

LEITE S.J., Pe. Serafim -- *A Companhia de Jesus e o culto de Nossa Senhora da Conceição no Brasil*, in "Brotéria", Lisboa, Dezembro de 1946, vol. XLIII, fasc. 6, pp. 591-602.

LEME LOPES S.J., Pe. Francisco -- *A Imaculada no Brasil de ontem e de hoje*, in "Verbum", Rio de Janeiro, t. XI, 1954, pp. 451-492.

LOPES O.F.M., Pe. Fernando Félix -- *A propósito do culto da Imaculada Conceição em Portugal*, in "Colectânea de Estudos", Braga, nº 1, 1946, pp. 19-83.

MAURÍCIO S.J., Pe. Domingos -- *Iniciativa da consagração de Portugal a Nossa Senhora da Conceição*, in "Brotéria", Lisboa, Dezembro de 1946, vol. XLIII, fasc. 6, pp. 625-649.

OLIVEIRA, Mons. Miguel de -- *Nossa Senhora na devoção dos Reis e Governantes*, in *A Virgem e Portugal*, Edições Ouro, Porto, 1967, vol. I, pp. 89-111.

OLIVEIRA, Pe. Miguel de -- *Santa Maria na História e na Tradição Portuguesa*, in *Fátima Altar do Mundo*, Ocidental Editora, Porto, 1953, vol. I, pp. 33-144.

OLIVEIRA, Pe. Miguel de e Pe. MOREIRA DAS NEVES -- *A Padroeira de Portugal -- Notas e documentos*, Edições Letras e Artes, Lisboa, 1940.

PIMENTEL, Alberto -- *Historia do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Livraria Editora Guimarães, Libanio & Cia., Lisboa, 1900.

PIRES, C. N. -- *A Imaculada Conceição, suas origens em Portugal e no Brasil*, in "Catolicismo", nº 327, Março de 1978.

REIS, Pe. Jacinto dos -- *Invocações de Nossa Senhora em Portugal d'Aquém e d'Além-Mar e seu Padroado*, Lisboa, 1967.

REIS, Pedro Batalha -- *O culto de Nossa Senhora da Conceição na Numismática*, in "Brotéria", Lisboa, Dezembro de 1946, vol. XLIII, fasc. 6, pp. 620-624.

Relaçãõ de tvdo o qve passov na felice aclamação do Mui Alto, & mui Poderoso Rey Dom Ioaõ IV nosso Senhor, cuja Monarquia prospere Deos por largos Annos. Dedicada aos Fidalgos de Portugal, Lisboa, 1641, reedição facsimilar de 1939.

SANTOS, Armando Alexandre dos -- *O culto de Maria Imaculada na Tradição e na História de Portugal*, co-edição luso-brasileira, Livraria Civilização Editora (Porto)/Editora Artpress (São Paulo), Porto, 1996.

SANTOS, Armando Alexandre dos -- *O Brasil sob o manto da Imaculada*, Artpress, São Paulo, 1996.

VILHENA DE MORAES, E. -- *A Padroeira do Brasil*, Centro D. Vital, Rio de Janeiro, s/d.

VILHENA DE MORAES, E. -- *Alguns aspectos históricos e toponímicos da devoção de N. S. da Conceição no Brasil -- A Padroeira do Exército*, in "Verbum", Rio de Janeiro, t. XI, 1954, pp. 435-450.

Transcrições

As origens da cidade de São Paulo

Elaine Sanceau

Sendo esta edição comemorativa dos 450 anos da cidade de São Paulo, era conveniente, mais do que isso, indispensável, que nela figurasse uma narrativa simples das origens da Cidade. Inúmeros relatos já foram publicados nos noventa e tantos volumes da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", e não haveria por que reproduzi-los.

Preferimos, por isso, transcrever alguns tópicos da historiadora inglesa Elaine Sanceau (19??-19??), alusivos ao estabelecimento, por Martim Afonso de Sousa, da primeira vila nos campos de Piratininga, em 1532, e à fundação do Colégio de São Paulo de Piratininga, em 25 de janeiro de 1554. Elaine Sanceau é notável não só pela extrema seriedade documental de seus livros, mas também pelo seu estilo jornalístico, extremamente agradável e permeado de uma discreta nota de *humour* britânico.

1532

Martim Afonso e Pero Lopes, na Nossa Senhora das Candeias, seguida pelo galeão São Vicente, chegaram à ilha do mesmo nome a 22 de janeiro de 1532. (...) A toda a volta viam-se montes verdes e muito juntos emergindo de pântanos verdes, ilhas de vegetação beijada pelas águas envolventes, aparecendo aqui e além, como feridas na encosta dos montes, a

rica terra vermelha. *"A todos nos pareceu tam bem esta terra -- declara Pero Lopes -- que o capitam Irmão determinou de a povoar"*.

(...) Entretanto, Martim Afonso lançara-se ao trabalho de construção, edificando e traçando o plano para a organização da colônia. Depois, machado e martelo fizeram-se ouvir na floresta virgem, enquanto as árvores eram derrubadas e se cortavam pranchas que se pregavam para fazerem casebres para os colonos -- o que devia ser, para cada homem, casa e lar neste país de sua escolha. E enquanto todos eles trabalhavam, se dermos crédito ao historiador paulista Madre de Deus, olhos brilhantes os observavam, sem serem vistos, desde as profundezas da floresta.

Alguns índios tupis tinham descido das alturas para pescarem nas enseadas pantanosas, ficando espantadíssimos ao verem três navios muito altos e algumas centenas de brancos acampados na praia, com o aspecto de quem se preparava para ali ficar.

(...) Assim foi que, dentro dum espaço de tempo inacreditavelmente breve, Martim Afonso e os seus homens viram uma nuvem de índios em marcha, com 500 arqueiros à frente.

Aquilo parecia ameaçador. Todos os homens correram para o seu posto defensivo, a artilharia já tinha sido apontada, quando de repente se viu uma figura sair do meio dos guerreiros emplumados e avançar sozinha a grandes passos. Chegada ao alcance da voz, gritou alto em português e correu para o receberem de braços abertos.

Desta maneira entra em cena o grande João Ramalho, mas se realmente aquilo aconteceu desta maneira, não o juramos, nem importa. A história talvez seja lenda, o homem não é. É fato concreto e documentado -- montanhês robusto da Beira, nascido na antiga vila de Vouzela, nos pinhais e soutos do Vale do Vouga.

Ignora-se a história dos seus primeiros tempos, e quando ou porque deixou ele a sua terra para atravessar o oceano. Naufragado como o Caramuru, em 1510 pouco mais ou menos, os índios receberam-no como um dos seus e levaram-no para o interior para viver no elevado planalto de Piratininga.

Parece que João Ramalho encontrou ali vida ao seu gosto. Certamente não era bacharel. Sendo completamente analfabeto de fato, não sentia a falta de contatos intelectuais. O clima era bom, ele novo e forte e a caça excelente, os guerreiros índios amigos e as filhas deles acolhedoras. Quanto à mulher que deixara em Vouzela, se João Ramalho alguma vez sentiu saudades, breve se consolou. Ninguém se preocupou com descobrir quantas mulheres índias ele adquiriu, mas toda a gente está de acordo em que a principal era a filha de Tibiriçá.

Segundo Madre de Deus, João Ramalho contou a sua história a Martim Afonso e apresentou-lhe o sogro. Martim Afonso recebeu Tibiriçá como um príncipe; celebrou-se uma aliança; os índios dançaram e cantaram ao som dos seus bárbaros instrumentos, enquanto atiravam setas para o ar. Os portugueses tocaram música sua e despertaram os ecos dos montes com o troar da artilharia. De ambos os lados o barulho era ensurdecador e toda a gente se sentia contente.

Pero Lopes nada diz acerca de tudo isto. Em algumas linhas refere a sua permanência de três meses em São Vicente.

Fala por alto da visita a Piratininga. João Ramalho deve ter servido de guia. Realmente, eles não poderiam ter alcançado o planalto sem um guia a orientá-los pela muralha de montanhas, (...) indefinidamente, sempre a subir, acima das nuvens que se enovelavam pelos flancos da montanha, abrindo-se de vez em quando para revelar visões celestiais lá muito em baixo.

Os cabos, as penínsulas e as ilhas da costa, jardins cheios de verdura, rodeados pela água azul das baías e das enseadas, apareciam e desapareciam por entre os pedaços de névoa flutuante que se enovelava acima deles. A arquejar, mas triunfantes, chegaram finalmente ao cume e respiraram a aragem pura e vivificante que soprava na amplidão dos espaços dos campos cheios de frescura a que davam sombra grupos de araucárias, banhados por ribeiros cristalinos que corriam para o pequeno rio chamado Piratininga.

Que belo sítio para uma cidade! Pero Lopes diz que o "capitão irmão" resolveu criar ali uma colônia como a que já se criara em São Vicente. Dividiu os colonos entre o planalto e a planície -- e, diz seu irmão, *"fez nellas officiaes: e poz tudo em boa obra de justiça, de que a gente toda tomou muita consolaçam, com verem povoar villas e ter leis e sacreficios e celebrar matrimonios (com mulheres índias, certamente), e viverem em comunicação das artes; e ser cada um senhor do seu; e vestir as enjurias particulares; e ter todolos outros bens da vida sigura e conversavel"*. (...)

1550-1560

Os índios tinham chamado ao Pe. Leonardo Nunes *Abarê-Bebê* -- o Padre voador -- porque ele parecia estar ao mesmo tempo em toda a parte. Junto da costa, em São Vicente, nas montanhas, na planície de Piratininga, no interior, nunca se sabia onde o Pe. Leonardo Nunes podia aparecer.

Em Santos, aonde chegou primeiro em 1550, os colonos tinham-no recebido como o anjo da luz. Ali e em São Vicente pregou, casou e confessou, chamou os pecadores à noção do pecado, edificou uma igreja, fundou um colégio para crianças índias, plantou um pomar. Subiu à muralha de montanhas e nas alturas andou a procura de almas perdidas de brancos a

viverem como pagãos. Por ajudantes tinha o irmão Diogo Jácome, que em breve ia ser ordenado, vários irmãos leigos recrutados no local e alguns meninos da Bahia.

São Vicente tinha todos os pecados que florescia nas outras capitanias, mas, mais especialmente talvez do que em qualquer outra parte, o principal vício dos colonos eram as incursões para a caça de escravos.

Temos de nos deter aqui para considerar as opiniões da cristandade do século XVI acerca da questão da escravatura. A atitude, mesmo entre as pessoas de mentalidade mais elevada, era a de a aceitarem em parte. Todo o prisioneiro feito em guerra justa legalmente considerava-se escravo e, a não ser que o resgatassem, podia passar de mão em mão, ser comprado e vendido -- mas era pecado assaltar e raptar.

O abuso a que tal teoria poderia levar é evidente, sendo a expressão "guerra justa" susceptível de interpretações elásticas. No Brasil cobria muitas excursões duvidosas, especialmente em São Vicente, sempre porto de escravos desde a época dos primeiros naufragos que ali se fixaram. Os índios que viviam nas circunvizinhanças do estabelecimento nunca tinham estado em guerra com os brancos, nem estes se mostravam desejosos de os provocar. Procuravam então as suas vítimas mais para o interior, ajudados gentilmente pelos seus amigos índios. O governador mostrava com firmeza o seu desagrado contra todo o tráfico com os "índios salteados", como essas presas eram chamadas; onde os encontrava, libertava-os e, sempre que possível, repatriava-os. Quando o Pe. Leonardo Nunes chegou a São Vicente, trouxe com ele um grande número de índios carijós do Sul, que tinham sido levados como escravos para a Bahia, mas aí, a pedido de Nóbrega, Tomé de Sousa ordenara que os levassem para a sua terra.

Em São Vicente, na sua campanha de defender os direitos humanos dos selvagens, o Pe. Nunes encontrou um inesperado colaborador. O mais inveterado de todos os traficantes de escravos veio juntar as suas forças às dele.

Pero Correia tinha a pesar-lhe na alma uma grande carga de pecados. Fora um dos mais antigos colonos da capitania. Conhecia a costa, conhecia os rios que lá iam desaguar, falava a língua índia e compreendia os seus costumes. E perseguira-os a ferro e fogo; a roubar escravos enriquecera -- só ele sabia o mal que fizera.

Ao ouvir a pregação do Pe. Leonardo aquele homem convenceu-se do seu pecado. Pero Correia converteu-se e resolveu dedicar o resto da sua vida aos índios a quem tanto mal fizera. Deu as terras e as propriedades que possuía em São Vicente à Companhia de Jesus para construírem lá a igreja e o colégio; pediu que o aceitassem como irmão da Companhia, embora não o pudessem ordenar por ter sangue na alma.

O irmão Pero Correia tornou-se desde então o melhor pregador jesuíta na língua índia, o seu melhor intérprete, o seu guia mais seguro pelo interior, a sua mina de informação local. Para os índios ia ser um protetor, conselheiro, professor e amigo, trabalhando incansavelmente a seu favor, pregando o Evangelho às tribos mais distantes até morrer como mártir às suas mãos. Quando esta notícia chegou a Piratininga, o grande chefe Tibiriçá pôs-se a andar à volta da sua choça durante toda a noite, lamentando:

-- "*Já morreu o Senhor do falar*", gemia ele, "*aquele que sempre nos falava a verdade, aquele que com o coração nos amava; já morreu nosso pai, nosso irmão, nosso amigo*"! (Cartas de Anchieta, pág. 76-77).

Assim devia Pero Correia cumprir a sua expiação.

O Pe. Nunes não tivera tanto êxito com João Ramalho. Ao contrário de Diogo Álvares Caramuru, que tanto ajudava os missionários, tão desejoso de voltar à vida civilizada, o patriarca das terras do Sul parece ter sido uma fonte de amargura e um tropeço. Durante quase meio século, João Ramalho gozara a existência livre dum chefe índio nos campos de Piratininga, onde a sua palavra era lei. Além da filha do grande Tibiriçá, sua primeira mulher, tinha ainda umas duas dezenas de concubinas, o mesmo sucedendo com os seus filhos. Seguiam na senda da guerra com as tribos índias; capturavam escravos como qualquer tratante europeu; não é provável que comessem carne humana, mas todas as suas festas se faziam à moda índia, e raras vezes usavam roupas.

Era uma boa vida e João Ramalho não se propunha alterá-la na sua velhice, nem regularizar a sua situação matrimonial a despeito do que qualquer padre pudesse dizer do pecado morta! Isto significava excomunhão! Excomunhão, na verdade! -- chasqueava João Ramalho. Experimentemos! Ele era tão bom cristão como qualquer outro, na sua família todos eram batizados, e ele ia à igreja tantas vezes quantas queria.

E assim foi que, uma bela manhã, quando o Pe. Leonardo Nunes se preparava para dizer Missa em Piratininga, o velho régulo, rodeado por todos os seus jovens bárbaros, entrou na igreja de adobe.

-- Rua! -- gritou o padre. Os santos mistérios não podiam ser celebrados na presença de pecadores excomungados! Alguma coisa das doutrinas aprendidas na juventude se agitou em Ramalho, que saiu levando os filhos com ele, mas estes estavam furiosos -- e "*são uns homens como selvagens*", diz Diogo Jácome (carta de 1551). Queriam vingar-se do padre que insultara seu pai e os insultara a eles, por isso esperaram para lhe bater quando ele saísse da igreja. O Pe. Leonardo Nunes podia ter sido morto se

não fosse a intervenção da mulher de João Ramalho, que chamou os filhos. Frequentemente as mulheres índias punham-se ao lado dos padres cristãos, e parece que esta era particularmente devota.

Nóbrega, quando veio com o governador em 1553, deitou água na fervura. Trouxe com ele o Pe. Manuel de Paiva, que reconheceu João Ramalho como parente perdido havia muito. É evidente que isso ajudou enormemente. Mais tarde Nóbrega pôde ganhar a confiança do velho e João Ramalho disse-lhe que gostaria de casar-se com a filha de Tibiriçá, mãe de tantos dos seus filhos. A dificuldade era que ele deixara uma mulher em Vouzela e não sabia se ela ainda vivia. Após todos aqueles anos com certeza tinha morrido, acrescentou ele esperançado, mas Nóbrega não queria incertezas. Escreveu para fazerem investigações no reino, e João Ramalho ofereceu-se para pagar todas as despesas que pudessem ocorrer, mandando açúcar.

Os vouzelenses são uma raça dura que não morre facilmente, pelo que aconteceu que a mulher ainda era viva. E assim João Ramalho e a filha de Tibiriçá não puderam casar-se, mas como ambos eram de idade muito avançada, as suas relações deixaram de ser pecaminosas. Viviam lado a lado perfeitamente inocentes e reconciliados com a igreja. Durante o resto dos seus dias -- e foram muitos porque ele quase atingira o centenário quando morreu -- João Ramalho levou vida mais ou menos digna, respeitado como o pai da colônia composta de tantos dos seus descendentes.

Nóbrega ficou impressionado com São Vicente. *"Achei grande casa e muito boa igreja; ao menos em Portugal não a temos tão boa"* ((carta de 12 de fevereiro de 1553). O Pe. Leonardo Nunes reunira grande número de rapazinhos órfãos, filhos dos colonos, e muitos índios pequenos haviam sido levados pelos pais para serem ensinados.

O colégio era já uma iniciativa em marcha. As crianças pareciam contentes e aprendiam bem. Visitavam-nos os pais ali? -- perguntou Nóbrega. Disseram-lhe que vinham tantas vezes quantas podiam, mas a viagem era longa e difícil. Porque havia poucos índios a viver junto da costa. Quase todos desciam das montanhas do interior, de onde vinham também os alimentos para o colégio: a mandioca que servia para o pão diário das crianças tinha de ir buscar-se muito longe, no interior.

Nóbrega trepou à cordilheira íngreme e visitou os florescentes campos do planalto de Piratininga. Ficou encantado. Ali encontrou o sítio ideal para a sede da missão, com índios a viverem a toda a volta; ali estava a encruzilhada e o ponto de encontro de muitas tribos no caminho do rio da Prata e do Paraguai. O ar era puro e fresco, o solo produzia tudo; aqueles Campos Elísios, perto dos índios e longe dos brancos, seriam um local esplêndido para fundar um colégio. A cidade de Martim Afonso junto do rio de Piratininga parece ter desaparecido -- pelo menos ninguém fala mais dela - - mas Nóbrega resolveu fixar-se a algumas léguas da nova aldeia de Santo André da Borda do Campo, fundada por Tomé de Sousa. Esta era, achava ele, um ponto-chave de que se podia irradiar para o interior.

Enquanto o governador reunia em Santo André os portugueses espalhados pelo planalto, Nóbrega procurava os índios cristãos que havia nas redondezas e trazia-os para as suas instalações, onde a 29 de agosto de 1553 batizou 50 catecúmenos.

Ele previa grandes coisas no futuro. "*Desta Capitania se deve de fazer mais fundamento que de nenhuma*", escreveu ele. Por isso, quando o governador voltou à Bahia, Nóbrega ficou, mas mandou o Pe. Leonardo Nunes a ver que reforços chegavam do reino e levá-los para o Sul.

Em São Vicente, assim como o Pe. Manuel de Paiva, Nóbrega tinha já com ele vários novos irmãos leigos. Além de Pero Correia, havia Manuel de Chaves, mancebo educado no Brasil e que falava fluentemente a língua índia, e Mateus Nogueira, alma já idosa mas cândida, ex-soldado da África e hábil armeiro, que emigrara para o Brasil quando enviudara.

Havia também Antônio Rodrigues, intérprete e músico, soldado e aventureiro, que com os conquistadores castelhanos percorrera o continente desde o rio da Prata ao Amazonas, à procura de prata e ouro, até que, cheio de saudades de Portugal, partiu sozinho e atravessou os desertos do Paraguai a São Vicente, esperando encontrar um navio que o levasse ao reino. Ou assim esperara um dia, mas nos longos dias solitários de vagabundagem através da terra ínvia, sozinho contra os perigos do deserto, cercado pela indiferença opressiva da natureza, Antônio Rodrigues encontra-se frente a frente com Deus, achando que toda a sua escala de valores se alterara e que ele não tinha desejos de voltar ao mundo que deixara. Uma conversa com o Pe. Nóbrega fixou-lhe o destino; Antônio Rodrigues foi recebido como irmão da Companhia de Jesus.

Homens como estes, conhecendo a terra profundamente, falando as línguas indígenas e perfeitamente familiarizados com os costumes, eram recrutas inapreciáveis para uma missão de pioneiros. Ainda precisavam de orientação, evidentemente, por parte daqueles que tinham sido educados nos processos da Companhia, mas o Pe. Leonardo Nunes trouxe alguns desses instrutores com ele. O Pe. Afonso Brás, que tinha feito muito bom trabalho no Espírito Santo, Vicente Rodrigues, agora ordenado, juntamente com dois jovens irmãos mandados ao Brasil por razões de saúde: Gregório Serrão era um e -- o mais notável de todos os recém-chegados naquele ano, embora ainda se não suspeitasse do fato -- o outro era José de Anchieta.

Este rapaz, de 20 anos, alma ardente no frágil corpo dum doente, era um sonhador, um poeta, um sábio. Embora filho dum fidalgo biscainho e duma senhora das ilhas Canárias, fora educado em Portugal, ignora-se exatamente por que razão. Ali fez brilhantes estudos na Universidade de Coimbra, em latim e filosofia, e a sua oratória era muito admirada. Tudo isto aos 17 anos, mas José não ambicionava nenhuma distinção mundana. Visões celestiais e duma santidade perfeita abrasavam de entusiasmo este jovem. Pediu que o recebessem na Companhia de Jesus e depois, arrebatado pelo seu fervor, lançou-se em austeridades que lhe minaram a saúde, a que há a acrescentar a queda duma escada que um dia lhe aleijou a espinha. Parecia inutilizado para toda a vida.

José passara três anos no hospital com o coração amargurado pelo receio. A sua longa doença parecia incurável. Despedi-lo-iam da Companhia por fisicamente incapaz? Não poderia ele servir ao Senhor?

-- *"Filho José, perdi esse cuidado com que andais -- disse o Pe. Simão Rodrigues, o provincial -- porque Deus vos não quer com mais saúde."* (Simão de Vasconcelos, *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*).

Estas palavras caíram como bálsamo na alma aflita do rapaz, Deus queria-o tal como ele era, por isso podia esperar com paciência. E a paciência recebeu no final a recompensa. Embora estivesse longe de estar curado, os seus superiores resolveram mandá-lo para o Brasil, porque o Brasil era considerado uma bela estância de cura.

José mal podia crer na sua boa fortuna quando ouviu que fora escolhido para a missão do Brasil. Como podia ele agradecer ao Senhor tão grande mercê? A viagem foi toda uma alegria para ele. Com a satisfação e o ar do mar sentia-se cada dia melhor. Havia tanto que fazer a bordo, que nunca se aborrecia. José ajudava toda a gente: cozinhava para os companheiros e

auxiliava-os em todos os seus trabalhos; ele e os marinheiros eram como irmãos; mantinha aulas de instrução religiosa no convés e falava aos homens na sua salvação e nos seus deveres para com Deus. Toda a gente recebia muito bem os seus ensinamentos. Este jovem entusiasta tinha uns modos a que ninguém podia resistir. Havia algo na sua simpatia irradiante que fazia que todos confiassem nele, e a sua intuição rápida do pensamento alheio torná-lo-ia mais tarde um leitor tão seguro do coração humano que o creram dotado duma segunda visão ou inspiração divina.

No Brasil o Pe. Nóbrega amou-o imediatamente, reconhecendo no seu jovem colega um espírito afim. Entre os dois desenvolveu-se uma amizade que duraria até à morte.

José de Anchieta começou a sua longa carreira missionária nas alturas arejadas do planalto meridional. Ali, a 25 de janeiro de 1554, festa da conversão de São Paulo, Nóbrega fundou o seu novo colégio de São Paulo de Piratininga.

O "colégio" não passava dum casebre feito de canas e adobe com telhado de colmo, como 13 passos de comprimento por 10 de largura, que serviu imediatamente *"ao mesmo tempo a escola, a enfermaria, o dormitório, o refeitório, a cozinha, a despensa"* (carta de Anchieta). Vinte pessoas dormiam às vezes ali e as crianças iam lá para as ensinarem. As aulas davam-se freqüentemente ao ar livre, mesmo quando estava muito frio como naquelas alturas às vezes está -- porque, diz Anchieta, *"preferimos sofrer o incomodo do frio de fora, do que o do fumo de dentro"* (ibid.).

Como o seu patrono São Paulo, trabalharam com as mãos para satisfação das suas necessidades. O irmão Diogo Jácome aprendera por si só a arte de torneiro e com uma roda feita à mão fabricou rosários e grinaldas que deliciavam os índios, e o irmão Mateus Nogueira instalou uma forja e fez-

lhês utensílios de ferro e anzóis de pesca. Todas estas coisas eram oferecidas, mas em troca os índios davam-lhes vegetais ou caça.

Os alimentos em São Paulo consistiam em mandioca, feijões, abóboras ou ervas cozidas, às vezes carne de veado, macacos ou lagartos, outras -- mas mais raramente -- um pouco de peixe. Em vez de vinho, bebiam a água do milho cozido adoçada com mel das abelhas bravas que enxameavam nos bosques dos arredores, e havia plantas medicinais para curar os doentes. Com tudo isto, Anchieta escreve, "*o Senhor a cujo cuidado nos entregamos, nos provê de todas as cousas de que carecemos, até de onde menos esperamos*" (ibid.). E sentiam-se muito felizes.

Apesar de toda a falta de conforto, naquelas alturas levava-se vida saudável ao ar puro. José sentiu que ela lhe convinha -- "*nenhuma diferença se faz de mi a um sã*", escreveu ele aos amigos que deixara no hospital, "*ainda que as vezes não deixão de haver algumas reliquias das doenças passadas, e porem não faço mais caso dellas como se não fossem in rerum natura*" (Carta de José de Anchieta aos irmãos enfermos.).

Ali não havia nenhum conforto como no hospital -- uma refeição consistia muitas vezes apenas em folhas de mostarda fervidas. E trabalhava-se muito; José ensinava gramática latina aos irmãos durante todo o dia, e "*às vezes, estando dormindo, me iam despertar para me perguntarem*". Todavia, com tudo isto parecia que ele passava bem e "*podereis ver minha disposição pelas cartas que cá escrevo, as quais parecia impossível eu poder escrever estando lá!*"

O seu companheiro, o irmão Gregório Serrão, estava no mesmo caso feliz, embora "*ainda que não é tão valente como eu, por ser de mais fraca compreição, todavia ele não me quer dar vantagem e tem para si que é tão bem disposto como eu*". E este mesmo irmão Gregório, apesar da sua saúde

precária, fora o portador dum recado urgente de São Vicente para Piratininga, ao longo de caminho longo e árduo, *"e creio que o pior que há em muita parte do mundo, de atoleiros, subidas e matos... E assim foi, dormindo de noite com a camisa empapada em água e sem fogo entre matos, et vivit et vivimus!"* Na verdade era um bom clima. O conselho de Anchieta aos doentes do reino é: deitem fora todos os remédios e venham para o Brasil!

Em Piratininga, além de ensinar, fazia toda a espécie de coisas -- mesmo de cirurgião da aldeia, sangrando doentes, aplicando cataplasmas e tratando muitas mazelas com êxito. E acrescenta triunfantemente que *"alem disto aprendi cá um oficio, que me ensinou a necessidade"*. Aprendera a fazer sandálias de fibra e *"sou já bom mestre; e tenho feitos muitos pera os Irmãos, porque não se pode cá andar polos matos com sapatos de coiro"*.

Quanto à língua índia, Anchieta aprendeu-a rapidamente, e daí a pouco lançou-se a compor uma gramática. Entre os irmãos então ali residentes *"não há cá a quem aproveite"*, mas serviria de ajuda aos que chegassem de novo.

O colégio de Piratininga floresceu. Em 1555 Anchieta já podia escrever: *"temos uma grande escola de meninos Índios, bem instruidos em leitura, escrita e bons costumes"* Eles também tinham aprendido a cantar. O irmão Antônio Rodrigues era o mestre das crianças; as classes de Latim para os estudantes mais adiantados -- irmãos que se preparavam para tomar ordens, ou possíveis recrutas para a Companhia -- continuavam a ser dirigidas por Anchieta.

As crianças *"são elas a consolação nossa"*, diz José, porque a geração mais velha era um problema difícil. Mesmo entre estes, contudo, se tinha verificado alguma melhoria. Os que viviam nos arredores da missão de São Paulo, declara ele, *"já parecem mui diferentes nos costumes dos de*

outras terras; pois não matam, não comem os inimigos, nem bebem da maneira porque dantes o faziam". De fato, após um combate, enterravam os que tinham matado -- era o inimigo que, ao voltar do campo de batalha, desenterrava os cadáveres e os devorava, julgando que aqueles corpos eram os dos seus rivais!

Todavia, havia recidivas infelizes, mesmo entre os conversos de estirpe tão antiga como a do Tibiriçá, sogro de João Ramalho e o primeiro amigo dos brancos.

O grande chefe Martim Afonso Tibiriçá, afilhado do donatário de São Vicente, que fora cristão batizado durante mais de 20 anos, tinha momentos de saudade nostálgica dos costumes da sua juventude. Um dia, tendo capturado um inimigo muito perigoso, achou que a honra exigia a celebração do triunfo à moda dos velhos tempos. Mandou buscar as cordas rituais para amarrar a vítima e a clava para lhe esmagar a cabeça, ordenou às velhas que retirassem as sertãs para o festim -- que tudo se preparasse porque ele queria matar o prisioneiro em frente da aldeia!

A proposta foi recebida com brados de alegria por índios do exterior e até os catecúmenos não esconderam a sua grande satisfação. Em vão Nóbrega procurou trazê-los à razão, dizendo "*brandas palavras de Deus*" -- todos eles clamavam por sangue como tigres esfaimados.

Então os missionários agarraram nas cordas que deviam segurar a vítima e esconderam-nas em sua própria casa. Tal era o seu prestígio que conseguiram fazer isto e de qualquer modo impediram a clava de ser entregue ao chefe. Ao ver-se frustrado, Tibiriçá berrou por uma foice, porque queria matar o inimigo, e todos aqueles padres estrangeiros tinham de ir-se embora!

Novamente foram as mulheres que se puseram do lado dos anjos. A mulher de Tibiriçá e a sua velha sogra conseguiram, com palavras brandas,

acalmá-lo e persuadi-lo a adiar a execução. Ele afastou-se jurando que não o haviam de enganar: o seu prisioneiro seria morto noutra aldeia. Trovejava e espumava, falando "*diabólicamente*", injuriando os cristãos. Queria renunciar ao seu nome e fé cristã e voltar a ser pagão, e combater e matar e devorar os seus inimigos como nos belos tempos da sua mocidade!

Os jesuítas estavam gravemente preocupados, mas toda a fúria dele veio a extinguir-se. Os catecúmenos, chamados à razão, pediram humildemente perdão. Pouco depois o próprio Tibiriçá, tendo sido fortemente censurado pelas mulheres, lançou-se aos pés de Nóbrega. Nunca, nunca mais voltaria a fazer tal coisa! E Tibiriçá cumpriu a palavra, dizem, até que morreu como cristão uns 7 anos depois.

Apesar de tais desapontamentos e atrasos, a missão aumentou e progrediu. E a jovem cidade de São Paulo cresceu com ela. Pouco a pouco edificações permanentes se levantaram para substituir as de adobe e colmo. Foi o Pe. Afonso Brás que, embora nunca o ensinassem, se mostrou um hábil carpinteiro e preparou todo o trabalho de madeira para a construção. Superintendeu na edificação e trabalhou nela com as próprias mãos, transportando cestos de terra às costas e indo buscar água à fonte. Assim se construiu um colégio com dormitórios e salas de aula e todas as acomodações necessárias, levantando-se ao lado uma pequena igreja atraente. O Pe. Afonso Brás, com os seus companheiros e discípulos, trabalhando uns como pedreiros e outros como carpinteiros, construiu casas para as famílias índias que viviam nos arredores, metodicamente dispostas ao longo das ruas como numa aldeia portuguesa.

Plantaram-se terras e produziram-se frutos -- limões e laranjas e figos e marmelos -- a horta deu cebolas e ervilhas e hortaliças e plantas de Portugal; também se cultivaram flores, rosas e cravos vermelhos. O gado

proliferou e multiplicou-se. Pero Correia dotara a missão com vacas da sua antiga propriedade, e Nóbrega tratara-as com o maior cuidado. Por muito que estivessem faltos de carne nos primeiros anos, não deixara matar gado. Devia-se pensar no futuro, disse ele, *"porque ha de haver grande multidão de Padres e Irmãos no Brasil que ajudem as almas"*.

Assim, trabalhavam com os olhos no futuro, sonhando trazer o reino dos Céus à terra. Como sempre fazem os sonhadores, trabalharam para o que este mundo não pôde ver realizado, mas acenderam uma tocha.

Na vasta cidade que desde então cresceu sobre a humilde choça onde primitivamente tinham vivido e tiveram primeiro a sua visão, o mundo, a carne e o diabo também cresceram, como sempre acontece onde há grande riqueza material. Os ambiciosos de fortuna emigraram em grande número para São Paulo; os que procuravam posição e lugar ultrapassaram em muito os pesquisadores de almas que Nóbrega esperava ver. Apesar disso, aqueles que, entre os seus cidadãos, sabem compreender, podem sentir-se orgulhosos ao saber que não foi como um solo de caça ao ouro que a sua cidade nasceu, mas como uma luz acesa num lugar tenebroso.

(Tópicos seleccionados dos capítulos 6 e 18 de *"Capitães do Brasil"* (Civilização, Porto, 19..)

Um julgamento célebre: o júri que absolveu o assassino do pintor Almeida Júnior

Emeric Lévy

O Desembargador Emeric Lévy, há poucos meses falecido, deixou-nos sem ter podido concluir um estudo sobre as instituições judiciárias na São Paulo quinhentista, que estava preparando para este número da Revista do IHGSP. Como homenagem à memória do saudoso consócio, reproduzimos aqui um artigo de sua lavra, extraído do portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Foi em Piracicaba, há pouco mais de 100 anos, a 20 de fevereiro de 1900, que os jurados da comarca se reuniram para julgar o matador de José Ferraz de Almeida Júnior, mortalmente ferido com uma punhalada, pelo fazendeiro José de Almeida Sampaio.

O fato, que ganhou triste notoriedade àquela época, verificou-se à entrada do Hotel Central, no Largo da Matriz, numa sexta-feira, dia 13 de novembro de 1899, por volta das 3 horas da tarde. O assassino encontrava-se no interior da hospedaria, a espera de sua família, já avisada por telegrama, vindo de São Paulo. Ao que tudo indica, apressou o retorno, deixando de realizar algum negócio na Capital, por haver encontrado, na residência da vítima, que ele freqüentava livremente, devido a amizade que os unia, uma carta comprometedora de sua mulher Maria Laura.

Tinha ela, na ocasião, 28 anos, mãe de vários filhos, visto que se casara muito nova, em plena adolescência, como era costume ao tempo dos fatos, residindo o casal no município de Rio das Pedras, na comarca de Piracicaba, de onde Maria Laura saíra de carro, na companhia das crianças e da cunhada Ana Brandina Sampaio, para ir ao encontro do marido, que, ao vê-los, aproximou-se do grupo, entre os quais se encontra o próprio Almeida Júnior, sem demonstrar qualquer ânimo homicida.

Súbito, dominado por violenta emoção, José de Almeida Sampaio investe furiosamente na direção do pintor, no momento em que este pagava o cocheiro, cravando-lhe a faca na clavícula esquerda, de maneira que a vítima não teve tempo de sacar sua própria faca, nem esboçar qualquer gesto

defensivo, por estar subjugado pelo agressor, a custo retirado de cima de seu corpo, inclusive por Maria Laura, que arrancou o punhal do pescoço do moribundo, atirando-o para longe.

A síndrome de Otelo

A motivação do crime teve um caráter eminentemente passional, em face das fortes suspeitas de adultério que o assassino alimentou em seu delírio de ciúmes, ao topar com a referida missiva, enviada pela esposa a seu amigo, a ponto de tornar impossível a continuação da vida conjugal.

As testemunhas ouvidas no inquérito instaurado pelo delegado de polícia, Dr. João Xavier da Silveira, pouco ou nada puderam dizer acerca dos antecedentes da tragédia, que, por envolverem pessoas da maior representação social na comarca, causou profunda consternação no âmbito estadual e quiçá no resto do País.

Contudo, da leitura das declarações prestadas pelo indiciado, sabe-se que José de Almeida Sampaio esteve na casa da vítima, dias antes dos fatos, e encontrou, sobre o toucador, a questionada carta, cuja caligrafia lhe era bem familiar, por emanar do punho de sua mulher, e que, lendo-a, ficou plenamente convencido de que Maria Laura mantinha com o amigo uma relação amorosa.

Desesperado com tamanha desgraça o indiciado tratou de retornar a Piracicaba, quanto antes, a fim de providenciar o divórcio (sic), quando, na data mencionada no auto de prisão em flagrante, defrontou-se com o pintor, e se viu *"impelido por seu estado nervoso a cometer o delito"*.

Maria Laura, ouvida na polícia e reinquirida por precatória no sumário da culpa, negou a grave acusação de adultério, frisando que seu relacionamento com o marido era harmonioso, e que fora Alonso de Carvalho quem acudiu ao acusado, retirando-o de cima da vítima, caída no solo, ocasião em que ela, declarante, arrancou a faca de seu pescoço, arremessando a arma para longe, ao mesmo tempo que apelava às pessoas ali presentes para que a socorressem.

No banco dos réus

A descrição dos fatos, na denúncia do Promotor Público, dr. Cherubim Ferraz, coincide, em linhas gerais, com o relatório da autoridade policial, com a observação de que a vítima, mortalmente ferida, *"tentou debalde defender-se com uma faca comum, de seu uso, e não com uma faca punhal"*, como constou, *"naturalmente por engano"*, do mesmo relatório.

Após as diligências de praxe, como a realização do exame de corpo de delito no cadáver, recolhido ao necrotério da Santa Casa local, sobreveio o lançamento do libelo acusatório, datado de 29 de dezembro de 1899, seguido da convocação dos jurados, em número de 48 cidadãos, para, desse grupo, mediante sorteio, formar-se o Conselho de Sentença, de acordo com a legislação da época, constituído de 12 juizes de fato, que prestaram o juramento de praxe, com a mão direita sobre o livro dos Santos Evangelhos, apesar de esta formalidade ter sido abolida após a separação da Igreja do Estado, com o advento da República.

A peça acusatória, redigida pelo Dr. Cherubim Ferraz de Andrade, imputava ao réu a prática de homicídio triplamente qualificado, com a premeditação do crime, superioridade de forças e surpresa, tendo o Júri, por unanimidade de votos, respondido negativamente a todos esses quesitos, a fim de absolver o réu ao reconhecer que ele "*se achava em estado de completa privação de sentidos e da inteligência, no ato de cometer o crime*", não tendo Maria Laura, nem sua cunhada Ana Brandina, comparecido à sessão, apesar de intimadas para o ato.

A defesa do réu, segundo as crônicas dos jornais, foi brilhante na sustentação da inocência do acusado, apoiada na invocada dirimente legal, a cargo do jovem advogado Francisco Morato, futuro político e professor emérito da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, cuja biografia, ilustrada com farta documentação coeva, foi pacientemente elaborada pelo saudoso magistrado Luís Roberto de Almeida, do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, com prefácio do prof. José Frederico Marques.

A glória *post mortem*

Ao tempo da tragédia, Almeida Júnior residia em São Paulo na Rua da Glória, n° 74, perto do então Largo São Paulo, logradouro esse que recebeu posteriormente o nome do eminente artista, através do Ato n° 136, de 1° de abril de 1931, assinado pelo prefeito Luís de Anhaia Mello, em atenção a representação da Sociedade Paulista de Belas Artes, numa homenagem à memória imortal do insigne autor de *Partida da Monção*, magnífico painel pertencente ao Museu Paulista da USP, entre outras obras espalhadas pelos museus do País e entidades culturais, entre as quais se destaca a tela em que o pintor, numa feliz apreciação do acadêmico Vicente de Azevedo, "*imprimiu o melhor de sua sensibilidade, e sublimou o seu poder de expressão, no mesmo ano de sua morte, ao retratar o sentimento da SAUDADE*" (cf. Almeida Júnior - *O Romance do Pintor*, pág. 80), cujo original hoje, integra o valioso acervo da Pinacoteca do Estado.

Consoante informa o pesquisador Jorge Luís Antonio, em sua apreciada obra *Almeida Júnior através dos tempos*, José de Almeida Sampaio liquidou seus negócios em Piracicaba e voltou a residir na cidade de Itu, tornando-se administrador de uma fazenda onde passou a viver maritalmente com uma italiana, que lhe deu um filho.

Maria Laura, segundo o mesmo Autor, divorciou-se dele em 1902, ficando com a guarda dos três últimos filhos do casal. Ela faleceu no município de Indaiatuba em 1913, e seu ex-marido em 1930, na fidelíssima cidade de Itu.

Noticiário

Visita da Ministra da Cultura de Portugal ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

No dia 25 de setembro de 2004, nossa Casa foi honrada pela visita da Dra. Maria João Espírito Santo Silva, Ministra da Cultura de Portugal, que recebeu o Colar do Centenário, a mais alta condecoração do Instituto.

Na ocasião, S. Exa. foi saudada pelo Ministro e Embaixador José Gregori, e pela Dra. Nelly Martins Ferreira Candeias. Transcrevemos a seguir os seus discursos, e reproduzimos algumas das fotografias tiradas durante essa histórica visita.

Palavras do Embaixador José Gregori:

Um Embaixador que cumpra missão no Exterior pode se considerar realizado quando, além do trabalho de disseminação das coisas, idéias e possibilidades de seu país, descobre e toma contato com as coisas realmente importantes que estejam sendo feitas ou acontecendo no país que o hospeda. Parece-me que, sob esse critério, logrei atingir essa dupla missão quando estive, por quase dois anos, em Portugal.

Não só passei para aquele adorável país tudo que podia em matéria de Brasil, como recebi e absorvi o que lá acontecia e aconteceu nos planos político, econômico e cultural.

Uma das minhas descobertas foi a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva e a presidente de seu Conselho, Maria João Bustorff.

Foi para mim importante a visita que fiz onde está à mostra, para toda a população portuguesa, o fruto de anos seguidos de um colecionador que tinha consciência do que fazia, retendo objetos -- os mais diversos -- que realmente se impunham pelo apuro artístico ou significado histórico. É

impressionante o acervo acumulado numa vida que não foi tão longa, mas deixou, na cultura portuguesa, marca muito profunda.

Hoje, Maria João prossegue nessa obra e o faz de forma a, não só mantê-la, mas dinamizá-la, estendendo suas atividades para além Portugal. As oficinas de restauro da Fundação, que reúnem equipes de altíssimo padrão técnico, estão habilitadas a cumprir qualquer tarefa por maior que seja sua delicadeza ou complexidade. O Museu se torna vivo pelos cursos, visitas monitoradas de juventude, simpósios, enfim, tudo que possa infundir gosto, padrão, elegância que, afinal, são componentes civilizatórios de uma Fundação desse porte.

Por isso, Maria João, nome respeitadíssimo em Portugal, recebeu seu recente cargo de Ministra da Cultura como uma decorrência natural de suas intensas atividades no plano cultural.

É, portanto, para uma grande dama da cultura portuguesa que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo está abrindo suas portas para uma homenagem.

Essa homenagem leva o selo de uma instituição respeitável. Há mais de um século, o Instituto é, por excelência, o espaço paulista e paulistano de preservação de nosso passado e do nosso presente que será lembrado. Sua história guarda o eco das vozes mais qualificadas da história, da literatura, da política e da cultura de nossa cidade e do nosso Estado. Bastaria evocar três vultos gigantes -- verdadeira santíssima trindade -- das letras brasileiras, no seu sentido mais orgânico, criativo e de longevidade no reconhecimento e influência exercida: Euclides da Cunha, Mario de Andrade e Oswald de Andrade.

O que São Paulo, na sua história, por seus maiores e seu povo, tenha feito de assinalável, aqui se encontra registrado. É possível acompanhar por esse Instituto a evolução das raízes paulistas, as que aqui nasceram, as que tornaram possível esse nascimento e as que vieram depois, todas indispensáveis para que São Paulo, de burgo com viés provinciano, se transformasse na atual megalópole. Este Instituto tem as certidões de nascimento, vida, evolução e, agora, gigantismo dessa cidade. Por isso, mais uma vez, se justifica, plenamente, a homenagem a uma mulher portuguesa que trabalhou e trabalha pelo Brasil e, nessa dupla condição, representa o que o luso-brasileirismo tem de mais fecundo.

Portugal e Brasil constituem um caso singularíssimo, praticamente, sem paralelo na história do mundo, em que a convivência entre os dois povos se fez e faz de fatos históricos, culturais, sociais e econômicos que se entrecruzam, com tanta constância e especificidade, através dos séculos, que

se poderia dizer que o relacionamento que estabeleceram é um amálgama de impregnação recíproca. Nada nos separa, tudo nos mistura.

E uma das representações desse amálgama de impregnação recíproca que dá bem a dimensão do quanto recebemos e do quanto contribuímos é o nosso Barroco, para cuja sobrevivência e conservação Maria João está sempre tão atenta e empenhada.

O que os portugueses trouxeram aqui foi absorvido e reprocessado pela nossa imaginação e sentimento. Impregnamos de nosso lúdico, de nossa sensualidade, de nosso romantismo a escultória que aqui aportou. E aportou, não como simples importação, mas para um processo de reinvenção conjunta. Nem houve, como insinua Oswald de Andrade, uma "cabralização do Brasil", mas uma hibridização com a componência índia, negra, mulata e dos descendentes europeus aqui nascidos. A verdadeira arte não se impõe de cima para baixo numa rigidez ortodoxa, mas absorve e decanta os elementos de vida e inspiração que recebe do lugar onde é feita. Cabe indagar se haveria o Barroco sem o ouro brasileiro, sem a pujança de nossa natureza, a irreverência e malícia de nossa maneira de ser que ampliou a liberdade de linhas, curvas e formas dos entalhes. O Barroco brasileiro foi uma maneira nova de expressar o novo mundo. Aliás, uma vez indaguei à Maria João, que tem total afinidade com o Barroco feito em nossas plagas, se existia mesmo a nossa marca em tudo o que foi feito no Brasil. Não esqueço sua resposta: *"Nesses restauros você vai descobrindo e revelando e surgem as formas, curvas e figuras portuguesas, que poderiam estar no Brasil, no Porto ou Lamego. Mas, de repente, desponta um caju com toda a exuberância de sua expressão tropical e a gente sente o Brasil vibrando"*.

Com essa resposta, reforcei minha convicção de que não é fácil distinguir onde começa ou acaba o contributo de cada um de nossos países no Barroco e em tudo o mais que, na verdade, se fundem nisso que chamei de amálgama de impregnação recíproca.

A homenagem de hoje segue esse modelo: o que São Paulo tem de mais tradicional se abre a uma figura que trabalha pela aproximação dos dois países na descoberta e manutenção do que, no passado, fizeram juntos para espanto e admiração do mundo. Entre outros, o restauro que Maria João liderou, no Rio de Janeiro, de toda a azulejaria da Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro é a comprovação cabal de sua dedicação às raízes brasileiras que, afinal, também são portuguesas.

Bem fez Nelly Candeias, com sua admirável dedicação a esse Instituto, ao tomar a iniciativa dessa homenagem. Com Nelly Candeias o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo passou a ter outra vida, revitalizando sua atuação e influência.

Finalizando, desejo dizer que sei bem o quanto de preocupação e temor carregam os dias atuais. Parece incrível termos iniciado o novo século com tanta violência e com a emergência de tanto extremismo.

Mas, de repente, numa tarde tépida paulistana, de início de primavera, num lugar bem no centro da cidade gigante, tudo se torna tão ameno que esquecemos todo o entorno de angústias para, de novo, na homenagem da Maria João Bustorff, convivemos com a esperança e a elegância que nossos dois países, Portugal e Brasil, têm doado à cultura do mundo.

Palavras da Dra. Nelly Martins Ferreira Candeias:

Temos a honra de receber no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sua Excelência a Senhora Ministra da Cultura de Portugal, Dra. Maria João Espírito Santo Bustorff Silva, e Sua Excelência, o Senhor Ministro e Embaixador Dr. José Gregori -- em cujas pessoas saúdo as Autoridades civis e militares aqui presentes, assim como acadêmicos, amigos e visitantes desta Casa.

Senhores e senhoras.

No século XVI, ao tempo em que Gil Vicente dizia “*(ora,) assim me salve Deus e me livre do Brasil*”, no Planalto de Piratininga e no litoral da Capitania, homens e mulheres, de origem européia, portugueses, foram capazes de enfrentar as mais árduas dificuldades, nas circunstâncias mais adversas.

De alma forte e determinada, uma “*raça de gigantes*” (a expressão é de Saint-Hilaire, referindo-se aos paulistas), constituída por portugueses, índios e mamelucos, nasceu, viveu e morreu contemplando a alvorada de uma grande Nação.

Com coragem e convicção, romperam os limites teóricos do Tratado de Tordesilhas, moldando penosamente o território deste País. Isso ocorreu numa época em que as vidas corriam perigo a cada passo e a cada momento, e em que as decisões imediatas, certas ou equivocadas, não tinham retorno.

Como destacou Nina Rodrigues, membro deste Instituto, entre o Descobrimento e a Independência do Brasil, em 1822, à exceção das terras e dos índios, tudo aqui era português. Portugueses, da mais alta competência técnica, formavam os quadros administrativos, religiosos e militares do País.

De 1872 a 1972, 1.662.180 portugueses imigraram para o Brasil. Mostram as estatísticas que, de 1827 a 1959, do total de imigrantes que aqui aportaram, nada menos que 14,2% eram portugueses. Hoje o Brasil abriga

uma das maiores comunidades lusitanas fora de Portugal, cujas maiores concentrações se encontram nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

O IHGSP foi criado em 1^o de novembro de 1894. Estamos portanto às vésperas da grande comemoração dos 110 anos de nossa existência.

Desde a fundação até a presente data, 101 portugueses nos honraram e têm honrado com suas presenças. É interessante lembrar que o primeiro português a ingressar nesta entidade foi, no ano de 1900, o engenheiro **Francisco de Paula dos Santos Rodrigues**. Neste ano de 2004, quatro portugueses tomaram posse: como titular, o genealogista madeirense Sr. **David Ferreira de Gouveia**, residente em São Paulo; e, como correspondentes, a Sra. **Maria Luísa de Paiva Boleo**, residente em Lisboa, cujos estudos sobre o tema "mulheres famosas", muito nos impressionaram. A ela devemos interessantes dados sobre D. Ana Pimentel, mulher de Martim Afonso de Sousa, cuja competente atuação no governo da Capitania de São Vicente era, até então, pouco conhecida. Ainda como correspondentes, os Profs. Alberto Vieira e Rui Carita, ambos do Funchal, Arquipélago da Madeira.

Se a memória histórica representa um dos nossos principais objetivos, menciono, brevemente, alguns dos nomes de portugueses que muito honraram e honram esta Casa:

Ricardo Severo, o grande engenheiro e arquiteto, mencionado pelo Professor João Alves das Neves, membro do Instituto, aqui presente, por ocasião da saudação de Ricardo Severo a Affonso Taunay, quando este disse em 1931: *"o patriotismo brasileiro se fundirá com o nosso, português, na restauração duma pátria, cuja influência e ação mundiais constituem um postulado da moderna ciência histórica"*. Sonhando com o mar, ele definia *"a missão dos portugueses"*, prevendo para o Atlântico o mesmo papel desempenhado pelo Mediterrâneo no período clássico das civilizações do ocidente europeu.

A casa onde nasci e vivi, registro de minhas primeiras percepções com todas as imagens de descanso e tranqüilidade que acompanham minha infância, foi construída por esse grande engenheiro e arquiteto, e a ela, até hoje, retorno nos meus mais infinitos devaneios.

Outros portugueses ilustres, membros desta Casa:

Carlos Malheiros Dias, historiador e romancista, o organizador da monumental obra “*História da Colonização Portuguesa no Brasil*”, publicada em 1922, primeiro centenário da Independência;

Padre Serafim Leite, o grande historiador da Companhia de Jesus no Brasil;

Marechal Francisco Higinio Craveiro Lopes, presidente da república cuja visita ao Brasil, nos anos 50, marcou tão a fundo a colônia luso-brasileira;

Fidelino de Figueiredo, Mestre da Língua e grande difusor da cultura e da literatura lusas entre nós;

Jaime Zuzarte Cortesão, o historiador perpetuado, na Universidade de São Paulo, por uma cátedra que leva seu nome;

Jorge Borges de Macedo, grande Mestre da História portuguesa.

Entre os portugueses vivos, sócios-correspondentes do Instituto, lembro três nomes:

Embaixador José Hermano Saraiva, figura marcante da luso-brasilidade;

Alberto Vieira, que num trabalho admirável a partir do Funchal está resgatando toda a história do ciclo açucareiro madeirense-brasileiro;

Dom Marcus de Noronha da Costa, de Lisboa, historiador lisboeta e um dos nossos mais freqüentes e assíduos sócios correspondente internacionais.

Outros portugueses membros deste instituto como sócios-titulares, que nos dão a alegria de sua presença neste momento e residem em São Paulo: **Frederico Perry Vidal**, mestre em Eça de Queirós; **João Alves das Neves**, professor de Jornalismo e presidente do Centro de Estudos Americanos Fernando Pessoa; e o já citado **David Ferreira de Gouveia**, genealogista e estudioso do relacionamento entre famílias da Madeira e do Brasil.

Gostaria ainda de lembrar a presença simpática e carregada de esperanças, entre nós, dos Srs. Jorge Pereira de Sampaio, Pedro Leite de Faria e Carlos Pereira Pinto, representantes da nova geração da intelectualidade lusa e amigos muito queridos desta Casa, na qual ainda ontem proferiram interessantes palestras sob o título geral de “*Estudos Luso-Brasileiros*”.

As pessoas aqui mencionadas, desde as mais antigas até as mais recentes, conhecem de perto o valioso acervo do nosso Instituto, com o qual todos nós, brasileiros e portugueses, há muito nos preocupamos. Todos nós sabemos, e muitos por experiência de participação direta, que as relações

luso-brasileiras evoluem com base em três eixos norteadores: o político, o comercial e o cultural.

Ultimamente em nosso País e em nossa Cidade, que está comemorando seus 450 anos de fundação, e depois de algumas isoladas abordagens, que marcaram as décadas anteriores. temos verificado que o nível cultural tem-se ampliado de forma considerável, impondo-se como eixo sólido e bem sucedido na divulgação de nossos ideais, valores e empenho da educação para a cidadania.

A exemplo do que ocorreu no século XVI, que todos nós agora reunidos -- portugueses, índios, mamelucos e todas os outros imigrantes e descendentes de imigrantes que tanto têm contribuído para a grandeza do País -- continuemos a dignificar, pela cultura em sua dimensão de memória histórica, os valores éticos e morais que fazem do Brasil uma grande Nação.

Muito obrigada, Senhora Ministra, pela sua presença entre nós.

Acordos de cooperação firmados pelo IHGSP

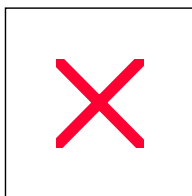
No dia 24 de junho de 2004, o Instituto recebeu a visita do Jornalista Dr. João Carlos Nunes Abreu -- que há mais de 20 anos exerce as funções de Secretário do Turismo e Cultura da Região Autônoma da Madeira -- e do nosso sócio-correspondente Prof. Dr. Alberto Vieira, vice-presidente do Centro de Estudos de História do Atlântico-CEHA, sediado na cidade do Funchal. Os ilustres visitantes foram recebidos pela Presidente Nelly Martins Ferreira Candeias e por uma comissão de diretores e membros destacados do IHGSP.

Depois de animada conversação em que foi realçada a oportunidade de uma cooperação mais intensa entre o CEHA e o IHGSP, o Dr. João Carlos Nunes Abreu, bem conhecido na Madeira por seu dinamismo e determinação, exclamou: -- *"Boas intenções não se deixam para depois... Vamos assinar já esse acordo, uma vez que aqui estão presentes todas as partes -- o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, representado por sua Presidente; o CEHA, representado pelo seu vice-presidente; e o Governo da Madeira, representado por mim..."*

E, pedindo papel, redigiu de imediato um Protocolo de Cooperação entre as duas entidades.

* * *

Cinco meses depois, outra visita de diretoras de uma importante Associação nossa co-irmã ensejou a assinatura de análogo documento. Com efeito, no dia ... de novembro último, participaram do almoço de confraternização, na Sala Ibrahim Nobre de nossa sede social, a Prof. Dra. Consuelo Pondé de Sena e a Dra. Angelina Nobre Rolim Garcez, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. As duas visitantes retornaram no dia 23 para conhecerem melhor as instalações do IHGSP, e nessa ocasião foi assinado um Protocolo de Cooperação entre os dois Institutos quase gêmeos -- pois o da Bahia também foi fundado em 1894, apenas uns poucos meses antes que o de São Paulo.



Documentação

**Ata da Sessão Solene de 25 de Janeiro de 2004 – Comemoração
dos 450 anos de São Paulo**

Às quinze horas do dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e quatro, no Salão Nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, realizou-se a Sessão Solene Comemorativa da data simbólica da fundação da cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1554. Presidida por Nelly Martins Ferreira Candeias e tendo como Mestre de Cerimônia Armando Alexandre dos Santos, compôs-se a mesa da seguinte forma: : Dr. Luis Elias Tâmbara, Presidente do Tribunal da Justiça de São Paulo, Dr. Álvaro Lazarini, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, escritora Lygia Fagundes Telles, da Academia Brasileira de Letras e da Academia Paulista de Letras, Dr. Arno Wehling, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Dr. Paulo Nathanael Pereira de Souza, Presidente do CIEE, Historiador Ernâni Donato, Presidente de Honra do IHGSP, e poeta Paulo Bomfim.

A esta importante sessão, compareceram os Presidentes dos seguintes Institutos Históricos e Geográficos paulistas: Piracicaba, Prof. Haldumont Nobre Ferraz; Sorocaba, Prof. Adilson César; Santos, Sra. Carolina Ramos ; Cubatão, Sr. Arlindo Ferreira. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi representado por seu Presidente, Prof. Arno Wehling. Com a palavra, o Prof. Haldumont Nobre Ferraz ofereceu belíssima placa aos Presidentes do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contendo os seguintes dizeres: *“O Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba em solidariedade com os demais Institutos Históricos e Geográficos Paulistas*

homenageia os 450 anos da Cidade de São Paulo por intermédio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”.

Completamente lotado, em seus dois andares, o auditório recebeu cerca de 250 pessoas, a maioria das quais assinou o Livro de Ouro do IHGSP, tendo seus nomes registrados para sempre na memória de São Paulo por ocasião dessa data comemorativa. Após a execução do Hino Nacional Brasileiro, tocado pela banda da Polícia Militar e cantado respeitosamente por todos os presentes, o clarim da Polícia Militar executou o toque da alvorada, tendo a Senhora Presidente, Nelly Martins Ferreira Candeias dado início à Abertura Solene da Sessão de Comemoração dos 450 Anos de São Paulo. O Mestre de Cerimônia, Armando Alexandre dos Santos, coordenador oficial da cerimônia, concedeu a palavra ao Senhor Presidente de Honra, historiador Hernâni Donato, que brilhantemente discorreu sobre o tema “São Paulo, ontem e hoje”, abordando características definidoras e curiosas da cidade, assim resumidas: *“Quatro e meio séculos... Quatro e meio séculos depois do ato da instituição, a cidade segue fiel -- no que é bom e também no que não é -- às motivações que lhe deram origem. Local escolhido para congregar, dominar, inovar, São Paulo ergueu-se orando, ensinando, agasalhando, abrindo caminhos, estreitando laços. Repete em 2004 o Non ducor, duco que já se impunha em 1554. Dos onze milhões de habitantes que a fazem a cidade mais populosa do sub-continente, mais de um terço veio de fora e a elegeu sua pequena pátria. Em 1565, tendo menos de quinhentos moradores, cedeu duzentos homens e a colheita de três meses para ajudar a fundar a cidade do Rio de Janeiro. Nenhuma como São Paulo tão ativa, dinâmica, prometedora, mas também exigente, selecionadora, rica-pobre, altruísta, violenta. Nisso é que sempre foi. A crônica mostra fidelidades curiosas. Hoje, recordista em roubo de automóveis, nos anos quinhentos lutava contra os ladrões de canoas. Naqueles anos, ninguém se oferecia para vereador e quem o fosse, não só não recebia*

remuneração por esse encargo mas pagava multa se não legislasse bem e assiduamente. Ontem e hoje, as mulheres paulistanas trabalhavam e trabalham. As de agora em tudo. As de ontem também, criando indústrias, abrindo ruas, consertando pontes enquanto seus homens devassavam e estendiam o Brasil. De 1554 a 2004 esse é o ser e o fazer de São Paulo: engrandecer o Brasil, sendo mais do que nunca, Paulista. NON DUCOR..."

A seguir, o Colar do Centenário foi outorgado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na pessoa de seu Presidente, Dr. Arno Wehling. Ao agradecer, mencionou o Presidente ter sido essa a primeira vez que o mais antigo Instituto brasileiro, criado em 1838, por D. Pedro II, fora oficialmente convidado para visitar o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado este em 1894, às vésperas, portanto, de comemorar seus 110 anos de existência. Expressou sua alegria por participar desta comemoração que tornava ainda mais significativa o ano de 2004, data dos 450 anos de São Paulo e de aniversário do Instituto Paulista. A seguir, com o título "*Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a identidade paulista*", fez precisa apresentação sobre as condições dos Institutos Históricos e Geográficos no Brasil, enfatizando particularmente o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Ao final e sob prolongados aplausos, entregou, por escrito, a palestra apresentada. Passou-se então à Cerimônia de Posse de novos sócios. Para ler o Termo de Compromisso foi indicado pela Comissão Organizadora do Instituto, para representar os demais, o Dr. José Maria Marcondes do Amaral Gurgel, por ser neto do Dr. Leôncio do Amaral Gurgel, o qual tomou posse no IHGSP em 1902 e, além disso, foi autor do livro "Ensaio Quinhentistas", enquadrando-se, portanto, no espírito de uma comemoração dirigida especificamente ao século XVI. Com isso, mais uma vez evidenciou-se o empenho da entidade no sentido de dar continuidade à memória de seus membros. Passou-se à posse então das seguintes pessoas: **Titulares:** Augusto Francisco Mota

Ferraz de Arruda, Damásio Evangelista de Jesus, Guido Arturo Palomba, Heloísa Maria Silveira Barbuy, Ives Gandra da Silva Martins, João Emílio Gerodetti, José Maria Marcondes do Amaral Gurgel, José Renato Nalini, Liliana Rizzo Piazza, Maria Aparecida Toschi Lomonaco, Mário Albanese, Nelly Novaes Coelho e Samuel Moraes Kerr. **Correspondentes Nacionais:** Clotilde de Lourdes Branco Germiniani, Edivaldo Machado Boaventura e Eduardo Bueno. **Correspondentes Estrangeiros:** Alberto Vieira, Alexandra Wilhelmsen e Rui Carita. Após a cerimônia de posse, novamente com a palavra, o Dr. José Maria Marcondes do Amaral Gurgel subiu à tribuna, onde falou sobre seu avô e sobre Paulo Setúbal, este selecionado como seu patrono no IHGSP. Com a palavra e dando prosseguimento à cerimônia, Nelly Martins Ferreira Candeias, homenageando as mulheres do IHGSP, assim como as mulheres do século XVI presentes na Capitania de São Vicente, referiu-se ao valor dos livros de autoria da Dra. Nilva Rogick Mello, filha do Dr. Alexandre Mello (como ela membro do IHGSP) e de sua mulher D. Laura Rogick Mello. Prestou-se então merecida homenagem à autora que, sob prolongado e merecido aplauso, recebeu um diploma e belo ramo de flores por sua preciosa presença na entidade e por seu livro “As mulheres quinhentistas da Piratininga e a formação dos primeiros troncos paulistas”.

Consta no Diploma: -- O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, por ocasião da Comemoração dos 450 Anos da Cidade de São Paulo, presta a Nilva Rogick Mello Homenagem especial em reconhecimento ao seu estudo As Mulheres da Piratininga Quinhentista e a Formação dos Primeiro Troncos Paulistas: “As mulheres brancas subiram a Serra do Mar, chegaram ao Planalto e aqui formaram família, tiveram seus filhos, e juntamente com as índias e mamelucas, originaram a formação dos primeiros troncos Paulistas da gente piratiningana.” São Paulo, 25 de janeiro de 2004. Nelly Martins Ferreira Candeias, Presidente, Lauro Ribeiro Escobar, Secretário.

Dando prosseguimento à cerimônia e com a palavra, Nelly Martins Ferreira Candeias discorreu sobre “*A Presença feminina na história de Piratininga*”, ressaltando os nomes de Maria da Silva Gonçalves, primeira mulher a chegar na capitania de São Vicente, D. Ana Pimentel, mulher de Martim Afonso de Souza, a qual, por procuração, governou a Capitania por cerca de dez anos, durante o período em que seu marido se encontrava nas Índias, e Leonor Leme, que deu origem aos primeiros troncos paulistas. Sua fala terminou em tupi antigo, como homenagem a Tibiriçá, Potira, Mboy-su, e Terebê nos seguintes termos: “*Cunhã etá Piratininga pupé, Morubixaba Tybyressá rajyra, Potyra, Mboi-sy, Terebé... Jandé pab Piratininga pupé, Tetama guassu coyr, jande maenduar aõa rera aramé. Tupi-anama, Però-anama, carayba-anama, coyr, ahe Tetama-guassu pe, jandé iru pab.*” Traduziu a seguir suas palavras: “*Mulheres de Piratininga, filhas do Morubixaba Tybyressá, Potyra, Mboi-su, Terebé... nós todos de Piratininga, agora grande Nação, lembramos portanto seus nomes. Descendentes de tupi, português e estrangeiro, hoje nesta grande nação, somos todos companheiros*”.

Com a palavra, Paulo Bomfim, o Poeta de São Paulo, declamou pela primeira vez sua poesia criada especialmente para a Comemoração dos 450 anos de São Paulo, com o título “*O milagre paulista*”, tendo sido calorosamente aplaudido pela audiência em pé:

O MILAGRE PAULISTA

A cidade nasceu numa taba,
Fez-se o sol na manhã quinhentista,
Os tambores da guerra anunciavam
Que surgia o milagre paulista.

Paulicéia foi burgo e é metrópole,
Foi aldeia e arraial sertanista,
Bandeirismo de agora retrata
O perfil do progresso paulista !

A cidade nasceu de uma prece,
No planalto que longe se avista,
Foi no amor pela índia Bartira
Que Ramalho tornou-se paulista.

A cidade surgida de um templo,
Nossa grei, nosso chão de conquista,
São as raças formando Janeiros,
Sob a luz da Bandeira Paulista !

Teve então início a parte musical do programa, sob a responsabilidade do Maestro Mário Albanese, autor da melodia para a letra de “*O milagre paulista*”, por ele magistralmente executada em teclado. Entusiasmadas com a beleza e com o calor humano da sessão, várias pessoas, entre elas Geraldo Vidigal e Mariazinha Congílio, Malcolm Forest e outros membros e amigos do Instituto levantaram-se de suas poltronas para cantar, em coral espontâneamente formado, a belíssima composição de Paulo Bomfim e Mário Albanese, criada, a pedido do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, para comemorar os 450 anos de São Paulo e os 110 anos do Instituto. Essa excepcional Comemoração de São Paulo 450 Anos terminou com belíssima chuva de prata, evocando a chuva de prata que marcou a Comemoração do Quarto Centenário de São Paulo, no Vale do Anhangabaú, a 25

de janeiro de 1954. Grande emoção e alegria tomaram conta das pessoas que se encontravam no auditório Afonso de Freitas. Comentou-se ter sido a sessão solene do IHGSP uma das mais belas comemorações realizadas em São Paulo, com o mérito de refletir os valores e os ideais do povo Paulista. Aspectos dessa inesquecível cerimônia foram registrados por dois fotógrafos, ali presentes, com o intuito de doar ao Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a lembrança de tão bela e inesquecível festa em homenagem à Memória Paulista. Eu, Nelly Martins Ferreira Candeias, presidente, lavrei a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, será assinada por mim e pelos secretários, Lauro Ribeiro Escobar e Pedro Abarca.

Relatório da Diretoria do Instituto
Histórico e Geográfico de São Paulo
Janeiro/2002-Agosto/2004

“Centenário e revigorado, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo completa 110 anos se renovando”
(Revista *Pesquisa*, da FAPESP, agosto de 2004)

A Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ao se iniciar o último semestre de seu mandato estatutário, vem pelo presente informar, a todos os Srs. Sócios, o estado geral em que se encontra o Instituto, e ao mesmo tempo prestar contas de quanto até o momento realizou em sua gestão.

Para facilidade de exposição, dividiremos a matéria em duas partes, sendo a primeira dedicada aos aspectos econômicos e administrativos, e a segunda aos aspectos culturais.

Se preferimos iniciar pelos aspectos menos nobres, ao invés de começar por aqueles que são por sua própria natureza mais elevados, é exclusivamente porque, na ordem concreta dos fatos, foi no campo econômico e administrativo que o Instituto precisou travar, nos últimos semestres, uma árdua e graças a Deus bem sucedida batalha por sua sobrevivência.

I - Aspectos econômicos e administrativos

1) Saneamento das finanças

Do ponto de vista econômico/financeiro, quando assumimos a direção do Instituto este se encontrava numa crise que não hesitamos em classificar como a mais grave de sua centenária história.

Os balancetes do Instituto, que se encontram à disposição dos Srs. Sócios que os desejem examinar, e o relatório da situação do Instituto do ponto de vista trabalhista, realizado em maio de 2003, mostram que a atual Diretoria herdou, da anterior gestão, uma dívida acumulada que, com os juros, a atualização monetária e as multas, chegou a atingir a cifra de R\$ 311.421,45.

Dessa avultada soma, considerável parte correspondia a quantias de longa data devidas ao INSS e ao FGTS de funcionários, e o seu não pagamento revestia-se de suma gravidade pela legislação vigente, que comina até mesmo sanções criminais contra tal inadimplência.

Para agravar ainda mais essa situação já de si assustadora, considere-se que, em janeiro de 2002 as entradas mensais regulares do Instituto (correspondentes aos aluguéis recebidos pelas partes de nosso edifício-sede locadas a terceiros) eram significativamente inferiores às suas despesas mensais.

As perspectivas eram, assim, muito sombrias, pois o passivo herdado se ia crescendo mês a mês, indefinidamente.

Diante dessa situação calamitosa, mais de um consócio nos manifestou sua convicção de que o Instituto estava com os dias contados e de que já estávamos administrando uma massa pré-falimentar. De fato, o encerramento das atividades do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo parecia iminente e inevitável, e não foram poucas as propostas que recebemos de, realmente, fechar as portas e confiar nosso precioso acervo a

outra instituição cultural ou educativa que o aceitasse em troca do pagamento de nossas dívidas.

Em face dessa triste situação, a atual Diretoria adotou um plano de emergência, que consistiu em impedir que a dívida aumentasse, diminuindo com toda a urgência as despesas mensais, e ao mesmo tempo procurar novas fontes de recursos econômicos que possibilitassem o pagamento da dívida acumulada.

Fundamentalmente, foi isso o que fizemos nesses 31 meses: reorganizamos administrativamente o Instituto, enxugando sua máquina funcional, racionalizando suas despesas, poupando os recursos sociais quase até à avareza, e lutamos arduamente para conseguir novos recursos.

De janeiro a dezembro de 2001, a folha de pagamentos dos salários dos doze funcionários registrados do Instituto, e os respectivos encargos sociais, corresponderam em média à quantia de R\$ 13.093,29 por mês, enquanto que, nesse mesmo período, as entradas mensais foram, também em valores médios, de R\$ 15.900,00. Ou seja, somente a folha de pagamentos consumia mais de 80 % das receitas.

Hoje temos apenas cinco funcionários registrados, somando os salários e encargos sociais deles R\$ 4.719,00 (média de janeiro a agosto de 2004). O contador antigo, que trabalhava de modo insatisfatório e era registrado como empregado permanente, foi substituído por um novo escritório de prestação de serviços, que nos custa menos e tem realizado os serviços de modo adequado. No momento estamos estudando uma proposta de redução ainda maior do quadro funcional, mediante a terceirização de alguns serviços.

Algumas providências aparentemente pequenas representaram grandes economias: por exemplo, a colocação de uma grade de ferro de

segurança, no *hall* de entrada do edifício, permitiu-nos dispensar dois vigilantes, e a modernização dos elevadores permitiu a dispensa de dois ascensoristas, poupando-se assim o pagamento de quatro funcionários.

Para a dispensa dos funcionários excedentes -- tanto os despedidos por justa causa como para os que o foram sem litígio -- foi preciso despende grandes quantias. Foram sacrifícios dolorosos a prazo breve, mas a prazo médio e longo significarão grande vantagem para o Instituto. Em todo o procedimento de dispensa dos empregados, assim como na Justiça do Trabalho, o sócio Octavio Bueno Magano prestou-nos, com a equipe de seu escritório jurídico, competente e dedicada colaboração, sem cobrar honorários.

Conseguimos sensibilizar muitos senhores Sócios -- como também amigos beneméritos do Instituto que, embora alheios ao seu quadro social, se sentiram motivados a colaborar no esforço comum para o reerguimento do Instituto e preferiram, como bons Samaritanos, que seus nomes não fossem divulgados -- e pudemos contar com preciosas e desinteressadas colaborações. Algumas dessas colaborações o foram em dinheiro, outras o foram arcando pessoalmente os benfeitores com despesas não pequenas para reformas e melhorias nas instalações do Edifício Ernesto de Souza Campos, que abriga a sede social. Sobre essas reformas e melhorias falaremos mais adiante. Todas essas colaborações, devidamente escrituradas e contabilizadas, constam em nossos registros. Das mais relevantes foram as contribuições de Rogério Ribeiro da Luz, José Celestino Bourroul, Heinz Budweg e Editora Saraiva.

Vários senhores Sócios doaram livros ao Instituto, muitos dos quais, por constituírem duplicatas -- ou até triplicatas -- de volumes já existentes em nossa Biblioteca, puderam integrar um acervo que, com

consentimento explícito dos doadores, pusemos à venda num pequeno "sebo-livraria" instalado no 7º andar, no qual todas as vendas foram rigorosamente contabilizadas e lançadas no boletim de caixa. Entre tais doações, destacam-se as feitas pelo herdeiro de Délio Freire dos Santos e por Hernâni Donato, Sólon Borges dos Reis, Nilva Rogic Mello, Rosemarie Érika Horch, Cárbia Bourroul, José Luiz Pasin, Sylvio Bomtempo, Malcolm Forest, Carlos Cornejo. João Gerodetti e Pedro Abarca.

Outro meio de que nos valemos para angariar recursos foi o aluguel das instalações físicas da sede a pessoas ou entidades que desejavam realizar exposições, conferências ou cursos. Como tais eventos, sem embargo de serem promovidos sob inteira responsabilidade dos locatários, em geral versavam sobre temas de natureza cultural ou cívica afins com os nossos, a realização deles constituía importante propaganda para o Instituto, atraindo numeroso e seletivo público que visitava as nossas instalações. O auditório passou a ser regularmente alugado a entidades, valendo ressaltar, nesse sentido, a colaboração do sócio General Meira Matos, que nos conseguiu excelentes contatos, e à Gráfica BMK, que produziu milhares de *folders* sobre o Instituto e sobre seu auditório.

Hoje, graças à dedicação e generosidade de nossos beneméritos consócios e amigos, e a um esforço administrativo que, com a consciência tranqüila, podemos afirmar que foi total, os resultados benéficos de nossa conduta já se fazem sentir.

O Instituto se encontra com as finanças saneadas, a dívida antiga está quase inteiramente paga e contamos com um saldo de caixa suficiente para enfrentar eventuais incertezas futuras.

No dia-a-dia foram grandes as aflições e, não temos vergonha de o confessar, a situação chegou a ser desesperadora. Não raras vezes

amanhecíamos com uma conta a ser paga impreterivelmente naquele mesmo dia, sabendo que não tínhamos saldo algum em caixa... Mais de uma vez, pessoalmente, tivemos que adiantar quantias e fazer doações pessoais, extraídas de nossos orçamentos familiares, para que o Instituto honrasse seus compromissos e seu bom nome pudesse ser preservado.

Fomos incompreendidos e criticados, principalmente por aqueles que menos se interessavam pelos problemas do Instituto e pelo esforço conjunto para resolvê-los. Até um escandaloso processo judicial tivemos que sofrer por parte de um antigo diretor que nos acusou injustamente de estar leiloando bens do acervo do Instituto. Mas felizmente a Justiça paulista se pronunciou a tempo e, com a graça de Deus, prosseguimos a luta.

O reerguimento econômico/financeiro do Instituto foi realizado sem o sacrifício de seu patrimônio. Teria sido muito fácil pagar as dívidas acumuladas alienando nosso patrimônio imobiliário, ou peças importantes de nosso acervo -- como, aliás, repetidas vezes nos foi sugerido por pessoas bem intencionadas que não viam outro modo de salvar o Instituto -- mas sempre lutamos por melhores soluções.

Um único bem do acervo do Instituto a atual Diretoria se viu obrigada a alienar, durante os 31 meses de seu mandato, e para fazer frente a gravíssimas e inadiáveis necessidades econômicas: foi uma tela de Benedito Calixto, que não dizia respeito à história de São Paulo, uma vez que representava uma cena nordestina, e que foi avaliada em aproximadamente R\$ 40.000,00. A Diretoria somente decidiu alienar essa tela numa gravíssima emergência, depois de ter cuidadosamente esgotado todas as possibilidades de obter recursos de outras fontes, e levou seu escrúpulo ao ponto de enviar previamente uma consulta a todos os Srs. Sócios, solicitando que manifestassem sua opinião sobre o assunto. Dos membros da

Diretoria, a quase totalidade se manifestou favorável à venda, e dos Srs. Sócios consultados, mais de 70% manifestaram por escrito sua concordância com ela. Na ocasião em que o quadro foi vendido, a crise econômica foi tão grave que um dos inquilinos, solidário conosco nas horas difíceis que estávamos vivendo, resolveu antecipar o pagamento do aluguel devido para que o Instituto pudesse honrar seus compromissos.

Hoje, repetimos, a situação econômico/financeira do Instituto é promissora. Continuamos -- e sempre continuaremos -- a política de economia e contenção de gastos, mas já estamos podendo nos lançar em projetos ousados para o progresso das atividades sociais em matéria cultural e educativa, como falaremos mais adiante.

2) Progressos administrativos

a) Reforma do edifício-sede

Nestes 31 meses, sem embargo das dificuldades expostas no item anterior, a atual Administração conseguiu promover grandes reformas e sensíveis melhoramentos no edifício-sede.

Logo depois de ter tomado posse, solicitamos ao sócio Rogério Ribeiro da Luz, engenheiro civil e historiador, um relatório detalhado sobre o estado de conservação do edifício e sobre os meios de recuperá-lo.

O referido consócio, que há mais de 20 anos se dedica à área da patologia e reabilitação de edifícios e outras construções, após acurada análise apresentou relatório pormenorizado, do qual se destaca o seguinte trecho:

"...durante vários anos, percebo com nitidez, as obras de recuperação, manutenção e conservação do edifício que abriga o sodalício, foram única e simplesmente esquecidas. Estamos chegando a pontos insustentáveis, principalmente nas partes elétrica e hidráulica, com reflexos à vista de todos, apresentando acelerada desvalorização do patrimônio".

A partir desse alarmante relatório, a Diretoria iniciou um longo e penoso caminho no sentido de reformar -- com curto orçamento, é claro -- o edifício-sede.

Todas as reformas foram pessoalmente conduzidas e dirigidas pelo referido consócio, que não só dedicou ao Instituto meses a fio de seu trabalho profissional de alto valor sem nada cobrar, mas arcou pessoalmente com a maior parte dos gastos realizados em tão ampla reforma. Cabe também uma palavra de gratidão a Heinz Budweg e Guy Christian Collet, pelo muito que fizeram.

Inicialmente, foi refeita a calçada por completo. Sobre a terra socada, foi colocado concreto com espessura suficiente, como base para o ladrilhado, com padrão homologado e recomendado pela Prefeitura. Foi também procedido ao desentupimento de sumidouros e sarjetas.

Em seguida, foi reformada a marquise. A laje que se projeta sobre a calçada, e que sustenta os mastros das bandeiras, apresentava infiltrações, com a penetração de cloretos, que estavam erodindo o raro mármore da fachada. Foi realizada na marquise a completa reposição de rebocos, impermeabilização, desobstrução de furos, remates e pintura na cor bege-camurça.

Problema maior foi, sem dúvida, repor e polir as pedras de mármore da fachada. Faltavam muitas peças e outras estavam partidas, pichadas ou riscadas. Encontrar pedras idênticas, sem fissuras, para a perfeita reposição, exigiu trabalho paciente de meses.

Em seguida foi restaurada a histórica porta de madeira, de pinho de Riga, na entrada do edifício. A porta, que estava totalmente desnivelada, apresentava aparência decadente, com pontos de corrosão e podridão junto às soleiras. Os batentes, tal como as dobradiças e fechaduras, foram também recuperados.

Depois foi a vez de reformar o velho corredor de entrada, que permite o acesso aos elevadores. Quem comparece atualmente ao nosso Instituto tem logo a atenção atraída para a bela e renovada aparência desse corredor. As novas bandeiras e painéis, assim como um prático balcão de atendimento compõem a nova decoração, discreta e elegante.

Para atingir esse ponto, entretanto, foi indispensável uma pintura completa, com tintas da melhor qualidade, sobre camada de massa fina aplicada em superfície cuidadosamente lixada até o teto.

Foram recuperados ou trocados os lambris, e envernizados. As placas comemorativas de bronze foram enceradas com muito cuidado. A parte da iluminação foi também revista, com troca de fiações, lâmpadas e disjuntores, ficando solucionado o crônico problema das falhas antes existentes. No porão foi eliminado o lixo de há muito acumulado.

Também os elevadores foram modernizados. 100% dos elevadores em edifícios residenciais e 80% dos elevadores em edifícios comerciais são automáticos em São Paulo, segundo dados fornecidos pela EMURB. Não havia sentido em mantermos dois ascensoristas, sobretudo considerando o custo elevado que representavam, em salários e direitos sociais, para nossas

minguadas finanças. Por outro lado, era preocupante o estado de obsolescência de alguns equipamentos dos elevadores, e as indispensáveis inspeções de técnicos de manutenção estavam defasadas. Chamava também a atenção o mau estado das cabinas, com pisos, portas e laterais durante muitos anos riscados por elementos cortantes.

Foi então feita pela Diretoria uma licitação para automatizar os elevadores, com a participação de nove empresas. Com o acompanhamento constante de dois diretores, foi vencedora a empresa que apresentou, além de ótimas referências, o menor preço. Com isso, eliminaram-se dois postos de trabalho do quadro de empregados do Instituto.

Atualmente, nossos elevadores, já automatizados, cumprem os princípios gerais de segurança que devem ser obedecidos e contam com rígido contrato de manutenção.

A reforma que exigiu esforço maior foi a do auditório. Primeiramente foram retiradas todas as 196 cadeiras, verificando-se que 36 delas estavam com os estofamentos de couro rasgados. Tais poltronas foram recuperadas, recebendo novo revestimento de couro. Muitas cadeiras apresentavam problemas na estrutura de ferro, no sistema de fixação, e foram substituídas. Foi lixado o vasto piso, foram colados os muitos tacos soltos e, por fim, aplicou-se sinteco da melhor qualidade e procedeu-se à pintura das paredes. Não faltou um completo trabalho de tratamento contra insetos xilófagos, sendo que esse trabalho foi bem mais delicado em relação à mesa nobre e às cadeiras ao redor. Até a tribuna estava tomada por cupins. Muitos outros procedimentos de conservação, recuperação e decoração foram tomados no auditório. Por exemplo, foram recuperados os aparelhos de ar condicionado, como também as esquadrias de ferro e vedantes das janelas; foram trocados os carpetes e a forração das mesas, o aparelho de

som, os lustres, os vidros etc., sem falar nos quadros, que foram restaurados por técnicos competentes.

O aspecto atual do auditório, remoçado e renovado apesar dos seus cinquenta anos de existência, impressiona favoravelmente o numeroso público que frequenta suas dependências, em animadas sessões das quais se falará adiante.

O 7º andar foi também recuperado com o mesmo cuidado e amplitude quase igual à do auditório. A idéia básica inicial foi integrar a secretaria à diretoria, mas mantendo ambientes distintos. Essa distinção, que antes não existia, prejudicava o sigilo que o Estatuto impunha a certas reuniões. O *layout* inicial foi respeitado, sendo tudo planejado com soluções interessantes, para que sócios, pesquisadores, professores e convidados possam desfrutar, com certa privacidade, do andar a qualquer hora. Até iluminação setorizada foi instalada. Foi também feita pintura geral e reaplicação de sinteco no piso. Os banheiros foram totalmente reformados. O mobiliário foi restaurado, e toda a área foi desratizada, dedetizada e descupinizada. Este último ponto foi muito importante, pois todas as dependências do sétimo andar estavam dominadas por cupins.

A reforma do 7º andar impressiona favoravelmente os visitantes. Alguns deles manifestaram desejo de colaborar, e em consequência disso o Instituto recebeu presentes e doações que completaram o ambiente: computador, *home-teather*, quadros, placas e até um valioso conjunto de chá em prata. Até o piano foi reformado e afinado!

Em todo o edifício foi feita uma revisão nas divisões que têm em comum a presença de equipamentos e instalações essenciais para o dia-a-dia, envolvendo a utilização de água, ou seja, pequenas cozinhas e banheiros. Foram identificados defeitos e apuradas suas causas, procedendo-

se em seguida a reparos nos revestimentos cerâmicos e de azulejos. Foram fixados os aparelhos sanitários e resolvidos os problemas de fuga e infiltrações de água, reparando-se torneiras e canalizações.

Foram também verificados e substituídos, com a supervisão de Rogério Ribeiro da Luz, os sistemas completos de abastecimento de água, conseguindo-se reduzir as contas mensais em 30%. As caixas de água, que acumulavam sujeira de muitos anos, foram tratadas, graças ao empenho do diretor Aristides Almeida Rocha que, como sanitarista, assumiu esse encargo técnico, trazendo funcionários da Faculdade que dirige, nos fins de semana, e pagando pessoalmente as despesas necessárias. Toda a rede de esgotos foi revista, principalmente as fugas e caixas de limpeza, assim como a delicada alimentação de energia elétrica. Foram revistos os dispositivos de proteção, os interceptores, disjuntores, circuitos, tomadas, fusíveis. Foram instalados relógios de luz independentes para os inquilinos do prédio, o que determinou imediatamente uma redução significativa de nossas contas. As lâmpadas antigas incandescentes foram trocadas por outras fluorescentes, que podem durar cinco vezes mais com um consumo cinco vezes menor, com a mesma capacidade de iluminação. No futuro, pretende-se instalar painéis fotovoltaicos, que permitirão a auto-suficiência energética do edifício.

Foi feita, ainda, uma vistoria geral no sistema de detecção e combate a incêndios, providência essa que há muitos anos se fazia necessária.

Finalmente, na cobertura do edifício fez-se uma completa inspeção visual para depois proceder-se à correção das telhas partidas ou deslocadas, que de longa data provocavam irritantes goteiras nos meses de verão.

Atualmente mais dois andares estão sendo reformados. No quarto andar, será brevemente instalado o maior acervo de títulos existentes sobre a Revolução Constitucionalista de 1932, acumulado durante décadas pelo saudoso consócio José Celestino Bourroul. Esse acervo foi doado ao Instituto por seus herdeiros, que levaram a generosidade ao ponto de custearem a reforma de toda a área em que será instalado. Além disso, dispuseram-se a reformar os banheiros do Auditório, no primeiro e segundo andares, que se encontravam em condições lastimáveis.

No terceiro andar, está sendo instalado, sob a direção pessoal do sócio Geraldo de Andrade Ribeiro Jr., o Centro da Memória Postal do Brasil, com arquivo e exposição permanente de fotografias, pinturas, aquarelas, selos e moedas.

A segurança do edifício é preocupação constante da Diretoria. Foram desde logo trocadas as fechaduras antigas por outras mais modernas e seguras, e instalou-se no *hall* de entrada uma artística grade de ferro, o que permitiu eliminar dois postos de trabalhos, os dos vigias noturnos. No momento, está aberta uma licitação para a instalação de câmeras filmadoras nos principais locais do edifício, inclusive no sétimo andar, no arquivo e na biblioteca, visando a aumentar a segurança geral. O novo porteiro fará treinamento, para que possa atuar como segurança do edifício.

b) Reforma Estatutária

Ainda no rol dos progressos administrativos, é de se incluir a reforma estatutária realizada pela Assembléia Geral Extraordinária Permanente de 19 de maio de 2004, a qual fez uma pequena alteração no que diz respeito aos cargos da Diretoria, reduzindo-os de sorte a permitir

uma administração mais ágil. Ao mesmo tempo, a referida Assembléia também dispôs sobre a revisão do Estatuto para adequá-lo às normas do Código Civil vigente, especialmente porque o prazo para tal adequação vencerá a 11 de janeiro de 2005, sob pena de se tornarem irregulares, com todas as conseqüências daí decorrentes, as associações que não tiverem adaptado seus Estatutos.

Foram reformas parciais que, a nosso ver, deverão ser futuramente completadas por mais ampla revisão estatutária, pois o Estatuto vigente data de 1973 e o Regimento de 1963, e ambos lucrariam em ser atualizados. Uma comissão jurídica presidida pelo sócio Augusto Francisco Mota Ferraz de Arruda está estudando tal revisão. Há que agradecer, a propósito, a excelente colaboração dada pelo sócio Ives Gandra da Silva Martins.

c) Biblioteca, Hemeroteca, Mapoteca e Arquivo

Está sendo realizado no Instituto, sob a supervisão da Diretora Rosemarie Erika Horch, amplo trabalho de catalogação e informatização da Biblioteca, por estagiários patrocinados pelo sócio Jorge Caldeira Filho.

Um assunto delicado que se insere no rol dos problemas administrativos é o propalado roubo de livros raros perpetrado por uma quadrilha que atuava em bibliotecas de instituições culturais importantes, de vários Estados brasileiros. A imprensa tem noticiado amplamente o ocorrido. Cientificados pela Polícia de que milhares de livros raros haviam sido apreendidos na casa do principal indiciado, o qual freqüentara as dependências do Instituto, fomos convidados a ir reconhecer e recuperar os que pertenciam ao nosso acervo. Com alegria já reconhecemos e recuperamos mais de 30 volumes, e prosseguimos pessoalmente, com o

auxílio da sócia Liliana Rizzo Piazza, o esforço de exame e reconhecimento que é, como compreendem os Srs. Sócios, demorado e penoso.

No momento, o inquérito prossegue, buscando a autoridade policial esclarecer os meios utilizados pelos meliantes para penetrar no interior das várias instituições lesadas e delas surrupiar os volumes furtados.

A Hemeroteca foi amplamente reformada, graças a um projeto aprovado pela FAPESP, sendo responsável o sócio Alexandre Hecker.

No que diz respeito à Mapoteca, o acervo foi revisado pela sócia Helena Ribeiro, 2^a diretora da Biblioteca, que fez cuidadoso levantamento das condições de armazenamento dos mapas, até então totalmente desorganizados nas gavetas do arquivo, e participou na organização de uma exposição de mapas por ocasião das visitas de consultores do Banco Santos e do Banco do Brasil.

Quanto ao Arquivo, foi realizado em 2003 um criterioso trabalho de vistoria e avaliação em suas instalações, por equipe constituída por diretores e sócios categorizados. Fizeram parte dessa comissão dois membros da Diretoria, os consócios Rosemarie Erika Horch, diretora da Biblioteca, Byron Gaspar, diretor secretário, assim como os sócios Guy Christian Collet, Liliana Rizzo Piazza e Armando Alexandre dos Santos, com a presença e colaboração da signatária do presente relatório. Esse foi apenas um trabalho prévio, para avaliar objetivamente o *status quo* do arquivo, com vistas a uma futura eventual reorganização. Não foi em nada alterado o critério anterior de arquivamento e nem se destruíram documentos do acervo, como leviana e irresponsavelmente se afirmou num documento que na ocasião circulou entre sócios e não-sócios do Instituto.

d) Atualização do quadro social

No momento está sendo concluída a atualização do quadro social, inteiramente informatizada. O fichário anterior estava arcaico e obsoleto, pois ainda se enviava correspondência a sócios falecidos ou que há muito tempo haviam mudado de endereço. Outros sócios queixavam-se de que não recebiam a correspondência ou então que chegaram a receber duas vezes o mesmo material escrito. A listagem então utilizada misturava nomes de sócios e nomes de não sócios e o envio para o correio era descontrolado. Também está sendo atualizado e informatizado o fichário de amigos e simpatizantes que normalmente costumam ser convidados para atos públicos realizados pelo Instituto, bem como de autoridades e outras pessoas gradas e o de Instituições nacionais e estrangeiras com as quais mantemos correspondência..

Outra iniciativa que deverá ser proximamente tomada é a organização do envio de nosso boletim por Internet, para os sócios que possuem e-mail. A esse propósito, acabamos de receber o valioso apoio de um membro do Rotary Clube São Paulo, que se ofereceu para organizar esse valioso serviço.

II - Aspectos culturais e cívicos

a) Sessões culturais

Durante o período abrangido por este Relatório, o Instituto realizou numerosas sessões culturais, abertas ao público, algumas das quais lotaram inteiramente as dependências do Auditório. Nessas sessões, sócios e

convidados proferiram conferências, expuseram suas pesquisas e estudos, participaram de debates.

É a seguinte a relação das principais sessões culturais:

6-3-2002 - Microfilmagem da Coleção Alberto Lamago - Murillo Marx, diretor do Instituto de Estudos Brasileiros da USP

3-4-2002 - A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo - 1860-1914 (Estudo de História Urbana e Cultura Material) - Heloísa Barbuy

24-4-2002 - Tesouros arqueológicos dos primórdios de Piratininga - Malcolm Forest

8-5-2002 - O Rio Tietê: sua importância histórica para a cidade de São Paulo e para o esporte paulista - Henrique Nicolini

29-5-2002 - Vale do Paraíba: roteiro das fazendas e cidades históricas do café - José Luiz Pasin

26-6-2002 - O Jardim da Aclimação: Carlos Botelho – Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha e Paulo Bomfim

31-7-2002 - Comemoração "70 anos da Revolução Constitucionalista"

28-8-2002 - Dois poetas na Penha: Paulo Eiró e Paulo Bomfim - Sylvio Bomtempi

18-9-2002 - Comemoração dos 180 anos da Independência do Brasil - sessão solene na qual falaram Jesus Machado Tambellini, José Luiz Pasin, Paulo Bomfim e o Príncipe D. Luiz de Orleans e Bragança, Chefe da Casa Imperial do Brasil; foi concluída com uma sessão musical, na qual a cantora Ana Maria Kiefer executou modinhas do tempo do Império.

25-9-2002 - Tatuapé: do rancho de Brás Cubas ao bairro do Terceiro Milênio - Pedro Abarca

2-10-2002 - Automóveis em São Paulo: memórias da Cidade e do Interior - Malcolm Forest

5-10-2002 - Avós rebeldes na lembrança de seus netos - Adelaide Magalhães, Paulo Bomfim e Sérgio Marcos Pitombo (evocação da intentona monarquista de 1902, no Interior paulista)

23-10-2002 - O outro Euclides - José Luiz Pasin

6-11-2002 - Trilogia Mar-Navio-Marinheiro - Comte. Lauro Nogueira Furtado de Mendonça; e exposição de modelos de navios antigos, de várias épocas, por Guy Christian Collet.

13-11-2002 - A história do bairro de Higienópolis - Maria Cecília Naclério Homem, (sessão realizada no auditório do Rotary Clube de São Paulo, na Av. Higienópolis)

27-11-2002 - Uma tarde com Sérgio Buarque de Holanda - José Sebastião Witter, Odilon Nogueira de Matos e Israel Dias Novaes

22-3-2003 - História do vinho em São Paulo - Sérgio de Paula Santos

9-4-2003 - O passado, o presente e o futuro dos Jardins - Ebe Reale e Cândido Malta Campos

14-5-2003 - Educação na maioria - Antônio Jordão Netto, Fauze Saadi e Luiz Freitag

23-5-2003 - Inauguração da Sala Ibrahim Nobre, no sétimo andar do edifício-sede, com apresentação musical do Coral Canticorum Jubilum; regente, Maestro Muriel Waldman; pianista, Dong Soon Hong Kim

11-6-2003 - Menus da Casa Real Portuguesa - Dom Marcus de Noronha da Costa, sócio-correspondente do Instituto em Lisboa

30-7-2003 - Comemoração dos 71 anos da Revolução Constitucionalista de 1932, com a outorga do Prêmio Colar do Centenário aos vencedores de concurso promovido pelo Instituto

27-9-2003 - Presença libanesa no Brasil: contribuição cultural, religiosa, econômica e política - Paulo Daniel Farah

4-10-2003 – Comemoração do aniversário do Poeta Paulo Bomfim

25-10-2003 - Contribuição das escolas protestantes americanas para o ensino público de São Paulo, e homenagem a Judith Macknight Jones - Maria Lucia S. Hilsdorf, David Gueiros Vieira e Roberto Machado Carvalho, com a participação especial do Maestro Samuel Kerr e de alunos do Instituto de Arte da UNESP.

10-12-2003 - Homenagem ao Almirante Jaceguay: um paulista, orgulho da história do Brasil - Comte. Lauro Nogueira Furtado de Mendonça

25-1-2004 - Comemoração dos 450 anos da Cidade de São Paulo e tomada de posse de novos sócios. Nessa sessão falou o Dr. Arno Wehling, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e estiveram presentes os Presidentes dos Institutos Históricos de Sorocaba, Piracicaba, Santos e Cubatão.

31-3-2004 - São Paulo e São Paulo: bandeiras e braços - Lauro Ribeiro Escobar

28-4-2004 – A trilha dos Tupiniquim – Júlio Abe

5-6-2004 - Homenagem à Madeira e aos Madeirenses que ajudaram a construir a grandeza de São Paulo, promovida conjuntamente pelo Instituto e pela Casa Ilha da Madeira de São Paulo - Nelly Martins Ferreira Candeias, Armando Alexandre dos Santos e Dalila Teles Veras, com a participação do grupo folclórico da Casa Ilha da Madeira.

3-7-2004 – Homenagem à memória de José Celestino Bourroul –
Nelly Martins Ferreira Candeias, Hernâni Donato e Paulo Bomfim

11-8-2004 - Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil, e tomada de posse de novos membros - Ives Gandra da Silva Martins, Hernâni Donato e Paulo Bomfim, com a participação de músicos da Polícia Militar de São Paulo e do Major Luiz Eduardo Pesce de Arruda.

18-8-2004 – Comemoração dos 80 anos da revolução de 1924 - Ebe Reale

Em setembro serão realizadas três sessões:

15-9-2004 - A estrada real: caminhos e roteiros - José Luiz Pasin (conferência e lançamento de livro)

24-9-2004 - Estudos Luso-Brasileiros - com a participação de quatro conferencistas portugueses, dois deles pertencentes ao Ministério da Cultura luso

25-9-2004 - Visita da Ministra da Cultura de Portugal, Dra. Maria João Espírito Santo Bustorff Silva

Nas sessões culturais, sempre que possível, a Diretoria procurou conjugar as conferências com exposições ou com elementos de música ou canto, de modo a tornar mais atraente e proveitosa a participação dos presentes.

b) Iniciativas diversas

Exorbitaria os limites deste Relatório a relação exaustiva das atividades na área cultural promovidas pela atual Diretoria, tais como

entrevistas a órgãos da imprensa, participação em programas de rádio e televisão, publicação de cartas em jornais por motivos de interesse do Instituto, participação em eventos organizados por outras entidades etc.

Limitar-nos-emos a referir algumas iniciativas especiais que, pela sua importância ou pelo seu ineditismo, merecem aqui ter registro.

- O Instituto promoveu em suas dependências, no primeiro semestre do corrente ano, um Curso de História da Mídia Brasileira, organizado e dirigido pelo sócio José Marques de Mello.

- Na mesma linha, o Instituto está no momento promovendo um Curso de Língua e Cultura Tupi, ministrado pelo sócio Eduardo de Almeida Navarro, que leciona Tupi na USP e desenvolve interessante trabalho junto a índios da Paraíba, aos quais está ensinando o idioma que falaram seus antepassados e que de longa data havia caído no esquecimento.

- Prosseguem as obras para a instalação, no quarto andar, do já aludido acervo de José Celestino Bourroul sobre a Revolução de 1932. À Sra. D. Cárbia Bourroul, e aos seus filhos Alexandre e Frederico, nossos agradecimentos muito comovidos por terem confiado ao Instituto esse precioso acervo, que constitui o maior centro documental sobre a matéria.

- No terceiro andar, estão avançadas as obras de instalação do Centro da Memória Postal Brasileira, sob a orientação do sócio Geraldo de Andrade Ribeiro Jr.

- No sexto andar, está em funcionamento o museu da Pré-História do Brasil e o laboratório de restauro de peças, ambos doados e mantidos pelo sócio Guy Christian Collet.

- Foram realizadas duas exposições de peças escolhidas do nosso acervo nas dependências do Rotary Clube de São Paulo, e uma no Maksoud Plaza Hotel, alusiva à presença libanesa no Brasil.

c) Publicações

Estão em fase final de elaboração dois volumes que deverão ser impressos até o final do corrente ano.

O primeiro é um número especial da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", comemorativo ao mesmo tempo dos 450 anos de São Paulo e dos 110 anos de vida do Instituto. Ele contará com colaborações dos consócios Antonio Penteado Mendonça, Augusto Francisco Mota Ferraz de Arruda, Armando Alexandre dos Santos, Dóli de Castro Ferreira, Emeric Levai, Hernâni Donato, Ives Gandra da Silva Martins, Nelly Martins Ferreira Candeias, Odilon Nogueira de Matos, Paulo Bomfim e Sylvio Bomtempi.

O segundo é uma Poliantéia de textos selecionados na coleção de revistas do Instituto, contendo exclusivamente matéria de autoria de sócios e alusivas à São Paulo quinhentista. A seleção foi feita por Nelly Martins Ferreira Candeias e por Sylvio Bomtempi, e a impressão se fará, sem ônus para o Instituto, graças a generosa contribuição da empresa gráfica do Sr. Álvaro Stephani.

Está sendo digitalizada a coleção completa dos mais de cem volumes da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", graças a generosa iniciativa do sócio Jorge Caldeira Filho, que além de doar computadores e pagar estagiários que trabalharão no projeto, colocou a equipe de sua empresa -- a Mameluco Ltda. -- no projeto, sem qualquer ônus para o Instituto. Como o processo de digitalização é muito oneroso quando realizado a partir de volumes encadernados e é cerca de 10 vezes mais econômico quando feito a partir de volumes desencadernados, a Diretoria do Instituto permitiu que fossem descosturados os volumes que possuíamos em

quantidade suficiente, além da reserva técnica mínima que, de acordo com as boas normas de Biblioteconomia deve ser sempre mantida. Os demais volumes, muito poucos, foram digitalizados sem serem descosturados, embora aumentando muito os custos do processo. Todo esse trabalho foi acompanhado pela diretora da Biblioteca, Rosemarie Érika Horch. Até o final do ano deverá estar disponível em CD-Rom esse imenso acervo documental.

Por fim, também até o final do ano, ainda, estará na Internet o *site* do Instituto.

d) Pesquisadores visitantes

Tem sido muito grande, e cada vez maior, a procura do Instituto por parte de pesquisadores desejosos de consultar a Biblioteca, a Hemeroteca ou o Arquivo.

Por razões de praticidade e, principalmente por segurança, as consultas estão sendo realizadas no 7º andar.

e) Novos sócios

Nestes 31 meses, o Instituto teve a tristeza de perder muitos membros que faleceram. Teve, entretanto, a alegria de receber novos sócios, entre os quais figuras da mais alta qualidade e prestígio intelectual, moral e social, assim como jovens de valor que, por certo, garantirão o prosseguimento de nossa já centenária caminhada..

O rigoroso critério de seleção e eleição dos sócios, que sempre se seguiu à risca, na observância da letra e do espírito do Estatuto social vigente, teve dois objetivos.

De um lado, procuramos enriquecer nossos quadros com intelectuais e pessoas de ação de várias áreas muito ligadas aos temas a que, por vocação, se dedica o Instituto: a Geografia e a História. Além de historiadores e geógrafos, propriamente ditos, também foram eleitos e tomaram posse pessoas que se especializaram mais concretamente em áreas que constituem partes, ou desdobramentos, ou ciências auxiliares, da História ou da Geografia. Recebemos em nossas fileiras, por exemplo, especialistas em História Eclesiástica, Militar, Jurídica ou Musical do Brasil; em Genealogia, em Museologia, em Cartografia, em Patrimônio Cultural, em Filatelia e Numismática, em produção de espetáculos de cinema ou teatro de fundo histórico etc.

De outro lado, procuramos também receber em nosso Instituto, como sócios-correspondentes, membros destacados de Instituições análogas de outros Estados do Brasil ou do Exterior, visando ao estabelecimento de protocolos de cooperação com tais entidades.

f) Acordo internacional de cooperação

Um desses protocolos já foi assinado, graças ao Prof. Dr. Alberto Vieira, nosso correspondente no Arquipélago da Madeira e diretor do CEHA - Centro de Estudos da História do Atlântico, entidade que tem sede na Cidade do Funchal e é tutelada pelo Governo da Região Autónoma da Madeira. Em 24 de junho do corrente ano, recebemos no Instituto a visita do referido consócio e do Dr. João Carlos Nunes Abreu, Secretário do Turismo

e Cultura da Região Autônoma da Madeira. Foi, na ocasião, assinado um *"Protocolo de cooperação entre o IHGSP e o CEHA"*, com vistas a estabelecer *"uma estreita cooperação entre as duas instituições, com objetivos definidos na área da cultura e mais especificamente nos setores da Geografia e da História, tendo por objetivo o enriquecimento do Brasil e da Região Autônoma da Madeira, em áreas fundamentais, das quais sobressaem os períodos açucareiros e da imigração"*. O protocolo foi também firmado pelo Governo da Madeira, representado no ato pelo seu Secretário do Turismo e Cultura.

g) Perspectivas

No momento, estão em estudo dois projetos que, esperamos, poderão representar um grande passo para o futuro.

O primeiro deles é de natureza eminentemente social e educativa. Contamos iniciar proximamente um trabalho de capacitação de jovens carentes do Centro de São Paulo, para ensinar a eles técnicas de encadernação de livros e restauração de móveis antigos. Além do evidente significado social e humano dessa iniciativa, também a cultura brasileira e paulista lucrará com ela, uma vez que poderão ser despertados talentos e vocações que serão de grande utilidade para entidades como a nossa, para bibliotecas, museus etc.

O segundo é a realização de exposições, cursos e outros eventos culturais ou artísticos nas amplas instalações do quarto andar do histórico edifício da antiga companhia Light, no Viaduto do Chá. O sócio Rogério Ribeiro da Luz, que representa o IHGSP no CONDEPHAAT, nos obteve a concessão de uma área de 400 m² no referido edifício, sem qualquer ônus para nós, uma vez que o Governo do Estado pagará os funcionários que zelarão pela área. Como é bem sabido, o Centro de São Paulo — e especialmente aquela parte — está em acelerado processo de revalorização.

Conclusão

Quando assumimos o pesado encargo de gerir os destinos desta Casa, há precisamente 31 meses, declaramos formalmente ser nosso desejo renovar o Instituto, na fidelidade à tradição mais que centenária que lhe vinha desde sua fundação, em novembro de 1894.

Entendíamos ser muito importante -- e mais do que isso indispensável -- essa renovação, para que o Instituto pudesse, em face às circunstâncias peculiares do atual momento histórico que vive a sociedade brasileira, não somente sobreviver, mas, muito mais do que isso, estar à altura de seu passado com os olhos postos no futuro.

Parece-nos que, sem embargo dos problemas e dificuldades -- que foram múltiplos e constantes -- e das limitações impostas por outras obrigações pessoais que tínhamos (pois muitas vezes precisamos sacrificar, em prol do Instituto, momentos preciosos de nossa vida profissional ou familiar), os objetivos visados pela atual Diretoria estão sendo, até o momento, cumpridos.

Por isso, constitui para todos nós um motivo de muita alegria a matéria publicada pela prestigiosa Revista *Pesquisa*, da FAPESP, neste mês de agosto, sobre o nosso Instituto. O título da matéria era expressivo e, para nós, muito gratificante: "*Centenário e revigorado*". Sim, é assim que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo se sente às vésperas de completar 110 anos de existência. Sentimo-nos revigorados e cheios de energia para continuar nosso trabalho, que as gerações seguintes com certeza prosseguirão.

Nossas vidas passam, mas São Paulo permanecerá, e o Instituto que se consagrou a estudar a História da "*raça de gigantes*" que fez a grandeza de São Paulo também permanecerá.

É, pois, com um sentimento de dever cumprido que aqui vimos submeter à apreciação dos Srs. Sócios o presente relatório, na plena disposição de prestar quaisquer esclarecimentos que desejem nos solicitar.

Aos consócios e aos bons amigos que tanto nos ajudaram e estimularam ao longo destes 31 meses, toda a nossa gratidão e simpatia.

São Paulo, 31 de agosto de 2004

Pela Diretoria,

Nelly Martins Ferreira Candeias

Presidente

Ata da Assembléia Geral do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, realizada no dia 13 de outubro de 2004, para a eleição da diretoria para o triênio 2005-2008:

Aos treze dias do mês de outubro de (2004) dois mil e quatro, às treze horas e dois minutos, conforme Edital publicado no Jornal da Manhã da data de 31 de agosto de 2004, o Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e também presidente da mesa de eleição e apuração do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, abriu os trabalhos para a eleição da Diretoria para o triênio 2005-2008. Compunham a mesa Diretora para a eleição e apuração dos votos, em conformidade com o que dispõe o artigo 15, parágrafo único, do Estatuto, em harmonia com o artigo 24, letra “d”, do Regimento Interno, o D.D. Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Presidente da Mesa de Eleição e Apuração, Hernâni Donato, os sócios efetivos na função de 1º Secretário – Maria Luiza Marcílio; 2º Secretário – Helena Ribeiro; 1º Escrutinador – Vilma Gagliardi, nomeados pela Portaria nº 3/2004 e pela Portaria nº 5/2004 que alterou o artigo 3º da Portaria nº 3/2004. Os cargos de Diretoria que serão objeto de sufrágio, conforme a nova redação do artigo 15, do Estatuto Social, pela assembléia Geral Extraordinária de 19 de maio de 2004 e Portaria nº 4/2004, serão: a) Presidente; b) Vice-Presidente; c) Secretário Geral; d) Secretário Adjunto; e) 1º Tesoureiro; f) 2º Tesoureiro; g) Diretor de Publicações; h) Diretor de Cultura; i) Diretor de Comunicações; j) Diretor de Patrimônio.

Os representantes das duas chapas concorrentes verificaram a urna aberta e concordaram com o início da votação. O Sr. Frederico Alexandre de Moraes Hecker pediu para ficar junto à mesa, para conhecer as pessoas que estavam vindo votar. Houve protesto do Senhor Augusto Francisco Mota Ferraz de Arruda, alegando que a presença de um dos candidatos junto à mesa poderia constranger os sócios. Foi então acertado que a mesa leria em voz alta o nome dos votantes, para que as duas chapas tivessem ciência. O Sr. Arruda protestou, ainda, contra esta identificação dos votantes, mas o Sr. Presidente da Mesa manteve sua decisão. Dr. Arruda pediu para constar em ata seu protesto. Dr. Arruda protestou, em seguida, e pediu à mesa que coibisse a boca de urna antes da votação. O Sr. Presidente da Mesa alertou aos presentes para que não conversassem com os votantes antes de irem à urna. Feita a abertura da urna, conferiu-se publicamente o número de assinantes e o número de votos, tendo sido 77 (setenta e sete) votantes e 77 (setenta e sete) votos na urna. Em seguida, prosseguiu-se à apuração dos votos. O resultado indicou 60 votos (sessenta) para a Chapa 1 “Tradição e Trabalho” e 17 votos (dezessete) para a Chapa 2 “ Competência e Renovação com Respeito à Tradição”. Compõem à Chapa 1 vencedora: Presidente: Nelly Martins Ferreira Candeias, Vice-Presidente: Ives Gandra da Silva Martins, Secretário Geral: Augusto Francisco Mota Ferraz de Arruda, Secretário Adjunto: Pedro Abarca, 1º Tesoureiro: Rogério Ribeiro da Luz, 2º Tesoureiro: Geraldo de Almeida Ribeiro Júnior, Diretor de Comunicações: Antonio Penteado Mendonça, Diretor da Cultura: Malcolm Dale Kigar, Diretor de Patrimônio: Liliana Rizzo Piazza, Diretor de Publicações: Armando Alexandre dos Santos. O Senhor Presidente da Mesa Hernâni Donato proclamou então a Chapa 1 vencedora da eleição da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para o triênio

2005/2008. Eu Helena Ribeiro, redigi a presente ata. Adendo: O 2º tesoureiro pediu que fosse retificado seu nome que é Geraldo de Andrade Ribeiro Júnior. Idem a 2º Escrutinadora, cujo nome completo é Vilma Lúcia Gagliardi.

ⁱ História Geral do Brasil, tomo I, 5ª ed., 132.

ⁱⁱ Varnhagen, ob. cit., p.160.

ⁱⁱⁱ Vicente Tapajós, História do Brasil, 9ª ed., 1958, p.64.

^{iv} História Geral do Brasil, tomo I, 5ª ed., p.163.

^v Confira-se em Boris Fausto, História do Brasil, EDUSP, 1995, p.44 e Eduardo Bueno, Capitães do Brasil, Objetiva, 1999, p.74.

^{vi} Pedro Taques, História da Capitania de S. Vicente, Ed. Melhoramentos, p.76/77.

^{vii} Curparê ou Curapacê atualmente é rio Juqueriquerê que deságua no Porto Novo, Caraguatatuba, divisa com São Sebastião. Confira-se em Pedro Taques, Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica, Tomo II. Ed. Itatiaia, 1980, p.113, também em Frei Gaspar da Madre de Deus, História da Capitania de S. Vicente, 3ªed. 1920, p.257, e Apontamentos sobre a Província de São Paulo, de Azevedo Marques, 1954, Tomo II, p.67.

^{viii} Na transcrição de Frei Gaspar, ob. cit, p.259 consta 25º de latitude, mas trata-se de erro de impressão porque se compararmos com a descrição da linha divisória de Martim Afonso consta como 23º. E realmente só pode ser 23º porque 25º de latitude ficaria a linha muito abaixo dos pontos geográficos assinalados.

^{ix} Frei Gaspar, ob. cit. p.259